


SUELLEN OLIVEIRA MILANI



***BIAS NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO:***

**Uma Discussão de Oposições Binárias nos *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)***

Apoio:  Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

**Marília  
2014**

SUELLEN OLIVEIRA MILANI

**BIAS NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO:**

**Uma Discussão de Oposições Binárias nos *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

**Área de Concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação

**Orientador:** Dr. José Augusto Chaves Guimarães

**Coorientadora:** Dr<sup>a</sup>. Hope Alene Olson  
*School of Information Studies, University of Wisconsin-Milwaukee, Estados Unidos*

Marília  
2014

M637b Milani, Suellen Oliveira  
Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD) / Suellen Oliveira Milani. -- Marília, 2014.  
134 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.  
Orientador: Dr. José Augusto Chaves Guimarães  
Coorientadora: Dr<sup>a</sup>. Hope Alene Olson  
Bibliografia: f. 123 - 134

1. Representação de assunto. 2. Bias. 3. Linguagem de indexação. 4. Desconstrução. 5. Functional Requirements for Subject Authority Data. I. Título.

CDD 025.4  
CDU 025.4:17.022



## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

**Título:** *Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*

**Autora:** Suellen Oliveira Milani

**Área de Concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP como parte das exigências para a obtenção do Título de *Doutora em Ciência da Informação* pela Comissão Examinadora:

Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Presidente)  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Marília-SP

Dr. Daniel Martínez Ávila  
University of Wisconsin-Milwaukee – Milwaukee-WI, Estados Unidos

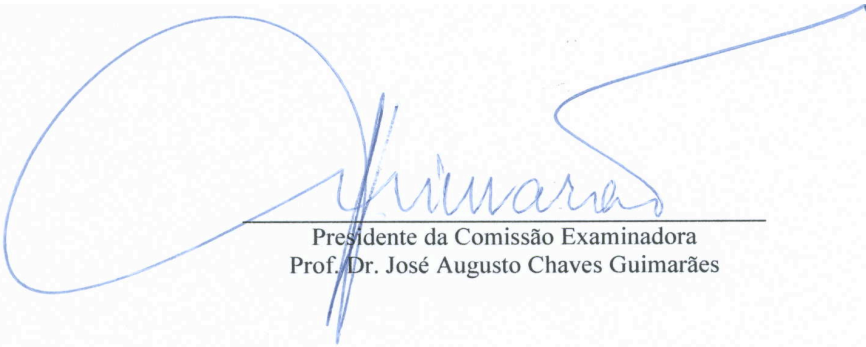
Dr. Fabio Assis Pinho  
Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE

Dr. João Batista Ernesto de Moraes  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Marília-SP

Dr<sup>a</sup>. Miriam Figueiredo Vieira da Cunha  
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC

**Data da apresentação:** 28 de março de 2014

**Local da realização:** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília.



Presidente da Comissão Examinadora  
Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

*Dedico este trabalho a Hope Alene Olson*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais Sueli e Mario e irmã Samara, fonte de amor.

Ao meu esposo Gilson Magalhães Pedroni, fonte de vida.

Ao Professor e orientador José Augusto Chaves Guimarães, pelos dez anos de aprendizado e companheirismo e pelas portas abertas neste caminho.

*To Professor and coadvisor Hope Alene Olson, the most adorable surprise in my academic life. Words are not enough to describe everything you have taught me.*

Aos Professores Fabio Assis Pinho e Daniel Martínez Ávila, que avaliaram minuciosamente este trabalho, deram sua contribuição generosa na ocasião da qualificação e aceitaram participar da banca examinadora desta defesa de doutorado.

Aos Professores Miriam Figueiredo Vieira da Cunha e João Batista Ernesto de Moraes, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca examinadora desta defesa de doutorado.

À Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, por tornar-se minha morada acadêmica, sólida e inspiradora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, seus professores e funcionários, por me ensinarem que podemos construir conhecimento em um ambiente amigável e respeitoso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio durante minha trajetória acadêmica e por me inspirar, por meio de sua solidez e lisura, a construir um Brasil melhor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento da minha estadia em Milwaukee, Estados Unidos, momento de imersão acadêmica e aprendizado de vida.

*To the School of Information Studies, University of Wisconsin-Milwaukee for having welcomed and allowed me to be part of its incredible group.*

À Professora Arlete Bonato Figueiredo, pelo cuidado com o qual realizou não apenas a revisão da minha escrita, mas também a profundidade das minhas palavras.

Aos meus queridos amigos especiais Franciele Redigolo, Jihee Beak, Natália Tognoli e Thiago Barros, pelas reflexões sobre organização da informação e pelos abraços revigorantes.

*While we are not the authors of the ways we understand our lives, while we are subjected to regimes of meaning, we are involved in discursive self-production where we attempt to produce some coherence and continuity*

Patti Lather. *Getting smart*, 1991

## RESUMO

A representação de assunto pressupõe um poder que, valendo-se de processos e instrumentos convencionados, leva à construção de produtos por meio dos quais o usuário terá acesso à informação desejada – os denominados substitutos documentais. No entanto, há o risco de os substitutos documentais serem construídos com *biases* em dois contextos: em um contexto negativo, quando deixam de incluir diversas características, desprivilegiam grupos e temas (OLSON, 2002b) ou contêm inclinações, desvios ou preconceitos. Já em um contexto positivo, percebem-se direcionamentos ou vieses que visam garantir especificidade a determinadas comunidades usuárias. Neste cenário polissêmico, surge uma questão importante: como as *biases* se compõem, se constroem e se comportam teoricamente na representação de assunto? Face a uma constatada lacuna na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação de estudos sobre esses temas, propomos uma discussão crítica no campo da organização da informação que possa situar, definir e caracterizar o fenômeno *bias* na representação de assunto. Para tanto, essa pesquisa exploratória e de caráter qualitativo adota uma metodologia mista e documental baseada na releitura que Frohmann (1994) faz da Análise de Discurso Foucaultiana e numa postura epistêmica pós-estruturalista, pois não estamos em busca de verdades universais, mas de uma outra maneira de entender a representação de assunto e os substitutos documentais construídos pelos bibliotecários. Elegemos o método Desconstrução (OLSON, 1996, 2001a, 2002b) para descentralizar a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais”, isto é, de um lado temos a crença do bibliotecário em evitar a interferência de seus valores morais na busca de uma suposta imparcialidade; e do outro, a necessidade deste mesmo profissional realizar julgamentos de valor visando melhor representar comunidades usuárias específicas. Os binários foram descentralizados a partir dos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD): A Conceptual Model, ressaltando-se as relações de poder percebidas, assim como as premissas e as presunções subjacentes a elas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação de assunto. Bias. Linguagem de indexação. Desconstrução. Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD).



## ABSTRACT

Subject representation presupposes a power supported by conventional processes and tools for the construction of products – the document surrogates, which will enable the user to have access to the desired information. However, document surrogates may be constructed with bias in two contexts: in a negative context, they may introduce bias by leaving out diverse features, disenfranchising groups and topics (OLSON, 2002b) or by conveying inclinations, detours or prejudices. In a positive context, slanting or tendency aimed to ensure specificity to a particular community of users can be perceived. Relevant questions arise from this polissemic scenario: how are biases composed and constructed and how do they act in subject representation from a theoretical point of view? Considering that the literature in Library and Information Science lacks studies on these issues, we propose a critical discussion in the field of information organization in order to situate, define, and characterize bias in subject representation. This dissertation is exploratory and documentary and adopts a mixed methodology based on Foucauldian Discourse Analysis (FROHMANN, 1994) and post-structuralist epistemology, as we are not searching for universal truths, but for another way to understand subject representation and the document surrogates constructed by librarians. Deconstruction (OLSON, 1996, 2001a, 2002b) was the method used to decentralize the binary opposition “neutrality *versus* special interests”. Thus, we have on one hand the librarian’s belief to avoid interference from his moral values while pursuing a supposed impartiality and, on the other hand, his need to make value judgments to better represent specific discursive communities. Binaries were decentralized using the Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD): A Conceptual Model, and the relations of power as well as the underlying assumptions and presumptions inherent to them were highlighted.

**KEYWORDS:** Subject representation. Bias. Indexing language. Deconstruction. Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AKO** – Advances in Knowledge Organization

**ARIST** – Annual Review of Information Science and Technology

**ASIS&T** – Association for Information Science and Technology

**CCQ** – Cataloging & Classification Quarterly

**EIT** – Ethics and Information Technology

**FRAD** – Functional Requirements for Authority Data

**FRANAR** – Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records

**FRBR** – Functional Requirements for Bibliographic Records

**FRSAD** – Functional Requirements for Subject Authority Data

**FRSAR** – Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records

**IFLA** – International Federation of Library Associations and Institutions

**ISKO** – International Society for Knowledge Organization

**JASIST** – Journal of the American Society for Information Science and Technology

**JDoc** – Journal of Documentation

**JIE** – Journal of Information Ethics

**KO** – Knowledge Organization

**LCSH** – Library of Congress Subject Headings

**MulDiCat** – Multilingual Dictionary of Cataloguing Terms and Concepts

**NASKO** – International Society for Knowledge Organization: Chapter for Canada and the United States

**OED** – Oxford English Dictionary Online

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 Escopo da tese .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Problema de pesquisa.....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Opção pelo termo em inglês <i>bias</i> .....</b>	<b>13</b>
<b>1.4 Proposição .....</b>	<b>14</b>
<b>1.5 Hipótese .....</b>	<b>15</b>
<b>1.6 Objetivos.....</b>	<b>16</b>
<b>1.7 Justificativa .....</b>	<b>16</b>
<b>2 ÉTICA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: revisitando uma trajetória de pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>3 <i>BIAS</i> NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 O poder de nomear dos bibliotecários .....</b>	<b>34</b>
<b>3.2 Premissas e presunções na representação de assunto .....</b>	<b>35</b>
<b>3.3 <i>Bias</i> na representação de assunto: explorando o conceito .....</b>	<b>36</b>
<b>3.4 <i>Bias</i> na representação de assunto: identificando um cenário conceitual .....</b>	<b>43</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>72</b>
<b>4.1 Bases metodológicas .....</b>	<b>72</b>
<b>4.2 Postura epistêmica.....</b>	<b>76</b>
<b>4.3 Método .....</b>	<b>80</b>
<b>5 OPOSIÇÃO BINÁRIA E OS FRASAD: uma discussão .....</b>	<b>87</b>
<b>5.1 Identificação da oposição binária.....</b>	<b>87</b>
<b>5.2 Descentralização da oposição binária .....</b>	<b>95</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, acreditou-se que a representação de assunto fosse um processo neutro, isento, quase que uma experimentação *in vitro*. No Brasil, desde o final da década de 1980, autores, como os componentes do Grupo TEMMA (Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo) já vêm alertando para dois aspectos fundamentais:

- 1) A necessidade do reconhecimento da não neutralidade do profissional indexador; e
- 2) A necessidade do estabelecimento de procedimentos de análise e representação de assunto que possam minimizar os efeitos dessa não neutralidade.

Cunha (1989, p. 40) ressalta que os procedimentos envolvidos na localização e identificação dos termos significativos de um documento que seriam posteriormente representados por meio de linguagens de indexação, por exemplo, eram considerados pelos bibliotecários como *operações empíricas de bom senso*, o que resultava em uma diversidade de critérios e parâmetros sem cientificidade, padronização ou, ainda, explicitação dos procedimentos ou mecanismos envolvidos.

Nessa mesma linha, Vergueiro (1994) considera a neutralidade desses processos um mito por muito tempo sustentado pela crença dos bibliotecários na não interferência dos seus próprios valores morais em seus fazeres e na divulgação da liberdade de acesso à informação sem censura.

No âmbito internacional, autores, como o espanhol Antonio García Gutiérrez, já desde a década de 1990, vêm discutindo essa questão, o que contribuiu para que a área de organização da informação, notadamente no âmbito da International Society for Knowledge Organization (ISKO), pudesse refletir sobre a não neutralidade e o compromisso ético do bibliotecário frente às comunidades usuárias cada vez mais culturalmente diversificadas (por exemplo, em valores éticos e terminologias).

Dentre as distintas correntes teóricas que embasam a Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, tomamos a corrente anglo-americana *Subject Cataloging* como nosso terreno discursivo, pois nos valeremos de teorias advindas dessa vertente e dos dados coletados em periódicos norte-americanos e ingleses.

A título de síntese, consideramos a representação de assunto como o momento em que o bibliotecário, já de posse da frase de assunto na linguagem natural do documento, irá traduzi-la ou representar o tópico do assunto, recorrendo a linguagens de indexação ou sistemas de classificação. Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, o processo de

representação de assunto<sup>1</sup> compõe, juntamente com a análise de assunto e a síntese, o tratamento temático da informação.

## 1.1 Escopo da tese

Uma vez contextualizado o terreno discursivo no qual se insere nosso objeto de pesquisa – a representação de assunto, partimos da necessidade de pensarmos em formas de diálogo entre uma representação de assunto, que não é neutra, e o compromisso inerente aos sistemas de informação no sentido de suprir as demandas procedentes de comunidades usuárias diversas.

Percebemos, aqui, uma problemática de natureza eminentemente ética, na medida em que se tem como foco de discussão o universo de um “bem fazer” (GUIMARÃES, 2000a), seja no plano individual, o profissional consigo mesmo, seja no social, o profissional frente aos usuários.

No tocante aos estudos éticos, a literatura específica de Biblioteconomia e Ciência da Informação veicula uma forte preocupação de natureza deontológica, voltada particularmente aos códigos de ética profissional, como bem demonstra a coletânea internacional organizada por Vaagan (2002).

Por outro lado, procurando abordar a questão sob um ponto de vista mais axiológico, autores como Froehlich (1994) e Koehler e Pemberton (2000), entre outros<sup>2</sup>, têm abordado o *fazer profissional* como um todo e de forma mais verticalizada. No entanto, essa preocupação tem sido mais evidente em atividades profissionais de produção e uso da informação, bem como na gestão de unidades e sistemas de informação, negligenciando-se, assim, a questão intermediária fundamental: os processos de organização da informação.

Especificamente no âmbito dos aspectos éticos da organização, registram-se os estudos de Berman (1993), Hudon (1997), Beghtol (2002, 2005), Fernández-Molina e Guimarães (2002), García Gutiérrez (2002), Olson (2002b, 2003), Guimarães e Fernández-Molina (2003), Thellefsen e Thellefsen (2004), Van der Walt (2004), Bair (2005), Fernández-Molina et al. (2005), Guimarães et al. (2005, 2008a,b), Pinho (2006) e Guimarães (2006b), os quais são discutidos na seção 2 desta tese.

---

<sup>1</sup> “A representação de assunto é materializada no registro catalográfico pelo tópico de assunto. Ela é, dessa forma, a chave para o acesso de assunto. Em catálogos de biblioteca, a representação de assunto encontra-se

<sup>2</sup> Destacamos as emergentes reflexões éticas no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, que têm no Dr. Rafael Capurro (<http://www.capurro.de/home-eng.html>) seu principal interlocutor.

É exatamente a partir de uma abordagem axiológica que este trabalho refletirá sobre o acesso e a apropriação da informação a partir dos processos de representação de assunto denominados indexação e classificação. Tais processos deveriam atuar de forma a garantir que a comunidade usuária, individual ou coletivamente, sintasse refletida em catálogos, índices, resumos e notações de classificação. Só assim evitaremos que a percepção de *biases* por parte dos usuários, ou por um grupo de usuários, possa afastá-los da biblioteca ou do sistema de informação como um todo, por nele não se verem refletidos ou incluídos.

## 1.2 Problema de pesquisa

Tomamos a seguinte constatação de Olson (2002b) como ponto de partida: a representação de assunto pressupõe um poder que, valendo-se de processos e instrumentos que não são neutros, mas, sim, construídos e convencionados, leva à construção de produtos que atuarão como um simulacro do documento ou como substitutos documentais (*document surrogates*). E será por meio desses substitutos documentais que o usuário terá acesso à informação desejada e dela poderá apropriar-se. Esses substitutos, portanto, viabilizam o processo de busca e recuperação da informação, como explicitado a seguir:

Em catálogos de bibliotecas, registros são criados para substituir documentos. Cada registro de catalogação é um substituto de um documento de algum tipo (livro, recursos de som, páginas da Internet etc.) e contém diferentes tipos de representações informacionais daquele documento. Esses registros são armazenados em uma base de dados onde podem ser pesquisados para recuperação dos documentos selecionados (OLSON, 2002b, p. 3).<sup>3</sup>

Entretanto, existe o risco de que esses registros contenham ou veiculem *biases*. Por vezes, essa possibilidade não é sequer observada ou percebida pelo indexador, catalogador de assunto ou classificador, principalmente quando este crê no mito da isenção, isto é, na sua suposta imparcialidade e na de seus instrumentos, neles depositando uma confiança incondicional sob o pretexto de uma competência profissional.

A esse respeito, esforços conscientes dos bibliotecários para tentar reconhecer, encontrar e mesmo categorizar as *biases* poderiam configurar um comportamento de natureza

---

<sup>3</sup> A NBR10520, de 2002, trata sobre a apresentação de citações em documentos e, na subseção 5.8, orienta que devemos adicionar a expressão “tradução nossa” às citações que foram traduzidas. Devido ao fato de termos realizado muitas traduções de textos em inglês, suprimimos essa expressão para não prejudicar a estética do texto.

metacognitiva (assim como as estratégias de leitura documental descritas por Cintra, 1989), o que favoreceria o desenvolvimento das atividades de representação do assunto de um documento em um contexto que visasse à garantia cultural (BEGHTOL, 2002).

O tema desta pesquisa encontra-se no âmbito da representação de assunto a partir de uma postura pós-estruturalista<sup>4</sup>, em busca de uma discussão crítica que possa melhor contextualizar o fenômeno das *biases* e contribuir para atenuar seus efeitos.

Nesse sentido, delimitamos o problema específico desta pesquisa: como as *biases* na representação de assunto se compõem, se constroem e se comportam teoricamente?

### 1.3 Opção pelo termo em inglês *bias*

Cumprir destacar a nossa opção por manter o termo original *bias(es)* em inglês por abranger, em língua portuguesa, as conotações negativas de *tendência*, *inclinação* ou *desvio* e as conotações de *direcionamento* ou *viés*. O termo inglês *bias* na área de organização da informação é polissêmico.

O termo *desvio* é entendido aqui na sua dimensão metafórica de *information detour*, ou seja, a busca por um caminho alternativo face ao caminho original. De início, vínhamos utilizando o termo *desvio* para tratar a questão ética das *biases*, mas percebemos que o mesmo não ampara o conceito de *bias* em sua totalidade, sendo apenas uma de suas conotações.

A origem e consolidação da discussão teórica sobre as *biases* ocorreram na literatura de língua inglesa, seguidas de uma discussão na literatura em língua espanhola por meio do termo *sesgo*. De acordo com Barité (2011, p. 241), *sesgo* emerge como área problema em diferentes textos relacionados às garantias literária, de usuário, cultural, acadêmica e organizacional, figurando como motivo de preocupação para os responsáveis pelos vocabulários controlados “[...] por causa das suas implicações em relação à representação de valores universais, da utilização de terminologia ‘politicamente correta’ e da admissão de valores e expressões de culturas locais e minorias ou grupos sociais negligenciados [...]”

Devido ao caráter polissêmico do termo *bias* e à inexistência dessa discussão no âmbito da literatura em língua portuguesa na área de organização da informação, optamos por utilizá-lo em inglês, tomando como exemplo a utilização do termo *aboutness*, que na literatura

---

<sup>4</sup> Adotamos uma postura pós-estruturalista, pois o Pós-Estruturalismo “[...] rejeita a existência de verdades absolutas e singulares, o que o torna um instrumento apropriado para tal questionamento” (OLSON, 2002b, p. 2). A Doutora Hope A. Olson (School of Information Studies, University of Wisconsin-Milwaukee, Estados Unidos) figura nos dias de hoje como a mais conceituada especialista na aplicação de métodos pós-estruturalistas na área de organização da informação.

em língua portuguesa já foi traduzido por *tematicidade*, *atênência* ou *sobrecidade* sem que, no entanto, se conseguisse atingir toda a abrangência semântica do termo em inglês.

#### 1.4 Proposição

Partimos de uma ainda incipiente abordagem sobre a temática *biases* na literatura de Organização da Informação (McILWAIN, 2003) para propor uma discussão crítica no campo da organização da informação que possa situar, definir e caracterizar o fenômeno *bias* na representação de assunto.

Para abordar o nosso problema de pesquisa, precisamos, inicialmente, responder às seguintes questões: como a organização da informação poderia tentar solucionar ou minimizar o problema das *biases* próprias de cada cultura? Como a organização da informação poderia tentar solucionar ou minimizar o problema das *biases* e, simultaneamente, lidar com as visões multiculturais? Qual a viabilidade de analisar simultaneamente várias culturas? Qual a viabilidade de considerar suas diferenças? Dessa maneira, o conceito-chave que será discutido nesta pesquisa será *diferenças*.

Para tanto, essa pesquisa exploratória de caráter qualitativo vale-se de uma metodologia mista e documental. Propusemo-nos a utilizar a Análise de Discurso Foucaultiana (FROHMANN, 1994) como metodologia de pesquisa, uma vez que estamos tentando entender como as relações de poder estão construídas na representação de assunto. Olharemos essas relações de poder que permeiam a representação a partir de uma postura epistêmica (*epistemic stance*<sup>5</sup>) pós-estruturalista, pois não estamos em busca de verdades universais, mas, sim, de uma outra maneira de entender a representação de assunto e os substitutos documentais que são construídos pelos bibliotecários.

Para elegermos uma oposição binária que ilustrasse as relações de poder no tocante às *biases* na representação de assunto, aplicamos a técnica de *close reading*<sup>6</sup> a uma seleção de 66 artigos extraídos da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa.

---

<sup>5</sup> *Epistemic stance* é a maneira pela qual entendemos que o conhecimento pode ser identificado e como isso ocorre, isto é, é a nossa convicção (OLSON, 1996, p. 16).

<sup>6</sup> Seguimos os quatorze passos propostos por McClennen (2001) para realizarmos o *close reading* (ou leitura atenta) e, então, interpretarmos os artigos extraídos da literatura internacional. Os referidos passos envolvem desde orientações relacionadas a como ler um trecho do texto até como devemos analisar os significados das palavras, a estrutura do trecho e o seu contexto, ou seja, como este trecho se relaciona com o restante do texto. McClennen (2001) orienta sobre como aplicar a técnica do *close reading*: “Observe que este processo parte dos menores *bits* de informação (palavras, som, pontuação) e vai até as combinações maiores (imagens, metáforas) e conceitos mais complexos (temas). O argumento final é baseado nestes pequenos níveis da passagem; é por isso que se chama *close reading*. É claro que o seu processo cognitivo pode não seguir esta ordem rígida (o meu geralmente não segue). Apenas não negligencie nenhum dos passos.”



A oposição binária eleita foi “neutralidade *versus* interesses especiais”, isto é, de um lado temos a crença do bibliotecário em evitar a interferência de seus valores morais na busca de uma suposta imparcialidade; e do outro, a necessidade deste mesmo profissional realizar julgamentos de valor visando melhor representar comunidades usuárias específicas. Assim como Olson (1996, 2001a, 2002b), utilizaremos o método Desconstrução para descentralizá-la.

Tal investigação é viável, pois, ao trabalharmos com literatura científica e obras de referência, estamos lidando com declarações (*statements*) que, “[...] por serem materiais, fazem com que a atenção se volte para a condição de sua existência: as instituições que regulamentam sua produção, circulação e relacionamentos; e os tipos de arranjos sociais que contribuem para sua estabilidade ao longo do tempo” (FROHMANN, 2001, p. 16).

A oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais” será a matéria-prima para a discussão crítica que estamos propondo, pois ela possibilitará que demonstremos que, como as relações de poder são construídas, elas podem ser negociadas. Essa oposição binária não é óbvia, não contém fronteiras ou limites naturais nem são mutuamente excludentes. Na realidade, os binários não existem, mas são construídos por nós com o intuito de oferecer uma discussão consistente; afinal, o conceito dominante não existiria se não tivéssemos o seu contraste, por exemplo: não teríamos a ideia de universalidade na organização de bibliotecas se não tivéssemos as realidades locais. Então, temos Universalidade *versus* Não universalidade, ou simplesmente A *versus* Não A<sup>7</sup>.

Assim, descentralizamos a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais” a partir dos *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD). No decorrer da discussão, pretendemos ressaltar as relações de poder percebidas, assim como as premissas e as presunções subjacentes a elas.

## 1.5 Hipótese

Segundo Severino (2007, p. 58): “[n]a explicitação da tese sempre deve ser usada uma *proposição*, uma *oração*, um *juízo completo* e nunca apenas uma *expressão*, como ocorre no caso do tema”, e é assim que pretendemos fazer a seguir.

---

<sup>7</sup> Vale aqui recordar o quadrado semiótico proposto por Greimas (1975) sobre as articulações dos eixos asserção, não-asserção, negação e não-negação e suas manifestações de complementaridade e contraditoriedade.

Partimos da hipótese de que os limites da representação de assunto são construídos e, por esse motivo, os bibliotecários poderiam negociá-los e torná-los permeáveis<sup>8</sup> no contexto das bibliotecas e sistemas de informação. Um dos possíveis pontos de partida para essa negociação seria o entendimento da questão das *biases* na representação de assunto.

Essa hipótese está amparada pela seguinte premissa: *os mecanismos da Documentação<sup>9</sup>, por muito tempo considerados “meros” procedimentos técnicos, podem viabilizar o estabelecimento de traços distintos de um mesmo conceito, inclusive os provenientes de uma cultura específica em determinado espaço e tempo.*

## 1.6 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a sedimentação teórica da temática *bias* na representação de assunto por meio da identificação e discussão crítica de um cenário conceitual a ela subjacente no universo de estudos da organização da informação.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- 1) Delinear conceitualmente o fenômeno *bias* na representação de assunto;
- 2) Apresentar uma discussão crítica sobre as *biases* na representação de assunto a partir dos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD);
- 3) Propor elementos para uma definição do termo *bias* em língua portuguesa no que se refere à representação de assunto.

## 1.7 Justificativa

Com este estudo, pretendemos dar continuidade a uma trajetória de pesquisa que se iniciou com a análise dos aspectos éticos que envolvem as dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área da Biblioteconomia no MERCOSUL, incluindo reflexões sobre os códigos de ética profissional do bibliotecário (GUIMARÃES, 2003), a partir das quais percebemos a necessidade de analisar os valores e problemas éticos que envolvem especificamente a representação de assunto, seus processos e instrumentos (GUIMARÃES,

---

<sup>8</sup> Tornar as fronteiras de um sistema permeáveis não é só uma questão de cruzar vocabulários de uma mesma área ou cruzar barreiras de linguagem. Pode-se alcançar esse mesmo objetivo com o desenvolvimento de suplementos especializados ou variações para ampliar e adaptar padrões de acesso de assunto voltados ao *mainstream* existente (OLSON, 2002a, p. 108).

<sup>9</sup> Como por exemplo: Relações associativas ou sintagmáticas (Termos Relacionados), relações de equivalências (remissivas USE e Usado Para), relações hierárquicas ou paradigmáticas (Termos Gerais e Termos Específicos) e notas de escopo, notas explicativas ou definições.

2006a, PINHO, 2006, MILANI, 2006, 2007, GUIMARÃES et al., 2008a). Dos referidos estudos surgiram os seguintes questionamentos: como determinadas comunidades usuárias são representadas nas linguagens de indexação utilizadas pelos bibliotecários? Há a presença de *biases* nesse contexto? Para tentar responder a tais questões, a título de exemplificação, discutimos aspectos discriminatórios referentes ao domínio *mulher* a partir de linguagens de indexação brasileiras (MILANI et al., 2009, MILANI, 2010, MILANI; GUIMARÃES, 2010, 2011).

Igualmente, registra-se o fato de o presente trabalho coadunar-se com a tradição de pesquisa sobre estudos éticos, desenvolvida e coordenada pelo Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (GUIMARÃES, 2000a,b, 2003, 2006a,b, 2007, 2008, FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002, GUIMARÃES; FERNÁNDEZ-MOLINA, 2003, FERNÁNDEZ-MOLINA et al., 2005, GUIMARÃES et al., 2005, 2007, 2008a,b, 2009).

A referida trajetória de pesquisa vem sendo financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP<sup>10</sup>. Aos pareceres incentivadores dos relatórios submetidos, bem como aos pareceres emitidos pelos eventos internacionais nos quais foram apresentados trabalhos referentes à trajetória mencionada, aliou-se o desejo, enquanto pesquisadora, de realizar o aprofundamento teórico no campo da representação de assunto, com ênfase na temática das *biases* e seus possíveis efeitos danosos.

A discussão crítica subjacente à temática *bias* na representação de assunto proposta ofereceria subsídios à prática bibliotecária, bem como ao ensino das disciplinas relacionadas à organização da informação, a partir da produção de literatura.

A presente pesquisa encontrou bases acadêmicas de realização no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação<sup>11</sup> da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília. A pesquisa foi desenvolvida no contexto da linha 2 – *Produção e Organização da Informação*, pois é compatível com as contribuições que pretende trazer tanto para o desenvolvimento de referenciais teóricos a partir de uma investigação crítica e referenciais metodológicos acerca dos processos envolvidos na organização da informação, conforme solicita a descrição da linha de pesquisa (EMENTA..., 2010), assim como pretende trazer subsídios aos estudos da ISKO.

<sup>10</sup>Bolsa de Iniciação Científica: Processo FAPESP 2005/02122-0 entre 01/10/2005 e 30/09/2006 com renovação para o período de 01/10/2006 a 30/09/2007 (MILANI, 2006, 2007). Bolsa de Mestrado: Processo FAPESP 2007/06876-4 entre 01/04/2008 e 28/02/2010. Bolsa de Doutorado: Processo FAPESP 2010/00642-4.

<sup>11</sup>A área de concentração do PPGCI / UNESP – *Informação, Tecnologia e Conhecimento* abriga a presente pesquisa, uma vez que se tem como objeto de estudo o processo de criação de substitutos documentais de conteúdos registrados e institucionalizados, isto é, socializados.

É importante destacarmos os aperfeiçoamentos obtidos neste trabalho durante todo o ano de 2012, quando desenvolvemos atividades na School of Information Studies, University of Wisconsin-Milwaukee, Estados Unidos sob a supervisão da Dr<sup>a</sup>. Hope Alene Olson<sup>12</sup>. Ao chegarmos em Milwaukee com a proposta de pesquisa ora apresentada, e já de posse dos 66 artigos-fonte coletados a partir dos procedimentos metodológicos descritos na subseção 5.1, tomamos contato com a literatura completa produzida por Olson e, mais especificamente, cursamos o seminário *Critical theories applied: the case of problematic subject representation*. Foi no contexto desse seminário que ampliamos nossos procedimentos metodológicos, com o objetivo de inserir um viés crítico às discussões desta tese, e optamos pela utilização do método Desconstrução (OLSON, 1996, 2001a, 2002b) por considerá-lo o mais apropriado para a compreensão do fenômeno das *biases* e as presunções subjacentes à representação de assunto.

A fim de introduzir o nosso tema de pesquisa, apresentamos na seção 2 a trajetória que nos trouxe até o problema discutido por esta tese – *biases* na representação de assunto.

Respondendo ao primeiro objetivo específico – Delinear conceitualmente o fenômeno *bias* na representação de assunto, apresentamos na seção 3 o conceito do *poder de nomear* proposto por Olson (2002b) e apresentamos o “estado da arte” no tocante às *biases* na representação de assunto a partir dos artigos extraídos da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa.

Na seção 4, descrevemos a metodologia escolhida, a postura epistêmica que direcionou o nosso olhar enquanto pesquisadores, o método de coleta de dados, assim como as técnicas e o método de análise dos resultados.

Respondendo ao segundo objetivo específico – Apresentar uma discussão crítica sobre as *biases* na representação de assunto a partir dos FRSAD, na subseção 5.1 expomos a maneira pela qual elegemos a nossa oposição binária com base na literatura internacional sobre Biblioteconomia e Ciência da Informação. Na subseção 5.2, apresentamos a descentralização da oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais” no contexto dos FRSAD.

O nosso terceiro objetivo específico – Propor elementos para uma definição para o termo *bias* em língua portuguesa no que se refere à representação de assunto será explorado na seção 6 juntamente com as considerações finais desta tese.

---

<sup>12</sup>Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Processo BEX: 5551/11-0.

## 2 ÉTICA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: revisitando uma trajetória de pesquisa

Atualmente, estudos que veiculem mensagens éticas são essenciais na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, seja pelas mudanças ocasionadas pelo avanço tecnológico (GUIMARÃES et al., 2005), seja pelo seu papel em busca da preservação e disseminação da memória cultural (OLSON, 1998). Uma vez que a Biblioteconomia oferece serviços que tratam da informação e das pessoas, é no cenário da reflexão teórica sobre seus fazeres que se situam os estudos relacionados aos aspectos éticos envolvidos nas atividades de organização da informação.

López-Huertas (2008b), ao realizar uma minuciosa análise dos temas emergentes na atualidade na área de organização da informação em âmbito mundial, coloca as questões éticas em especial destaque e enfatiza que as mesmas ainda não foram abordadas pelos acadêmicos com a mesma intensidade que outros tópicos. Desnecessário é lembrar que tal alerta já havia sido feito dezesseis anos antes por Dahlberg (1992), fundadora da ISKO.

Retomando a declaração apresentada na introdução desta tese de que a atuação do profissional bibliotecário é permeada pela dicotomia entre a não neutralidade do processo de organização e representação do conhecimento bem como de seus instrumentos, e o compromisso ético do profissional da informação em buscar corresponder de forma mais rápida e precisa às necessidades de uma comunidade usuária cada vez mais culturalmente diversificada, destacamos as eventuais preocupações que podem ocorrer nesse contexto<sup>13</sup>.

Quando refletimos acerca de possíveis tensões em um determinado contexto de atuação, adentramos o que se denomina Deontologia enquanto um conjunto de preceitos e instruções a serem seguidos pelos membros de uma categoria profissional. Para pensarmos sobre Deontologia, necessário se faz diferenciar os conceitos de Ética e Moral.

A Ética é um tipo de saber *normativo*, isto é, um saber que pretende orientar as ações dos seres humanos. A moral também é um saber que oferece orientações para a ação, mas, enquanto ela propõe ações concretas em casos concretos, a Ética – como Filosofia moral – remonta à reflexão sobre as diferentes morais e as diferentes maneiras de justificar racionalmente a vida

<sup>13</sup>Diferentemente da tradição anglo-americana utilizada nesta tese (percebida por meio da utilização do termo *organização da informação, representação da informação* etc.), optamos por manter, nesta seção, as influências da tradição francesa, que vinham moldando o nosso entendimento sobre a área de organização até então. Tal decisão não traria complicações para o leitor, uma vez que o objetivo desta seção é apresentar a nossa trajetória de pesquisa, demonstrando como os estudos éticos sobre organização no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação orientaram as nossas reflexões para o direcionamento, inclinação ou preconceito que podem estar embutidos nos substitutos documentais construídos pelos bibliotecários.

moral, de modo que sua maneira de orientar a ação é indireta [...] (CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p. 9).

Guimarães et al. (2009) apresentam elementos históricos que explicam que a Ética passou de saberes que conduziriam a vida de maneira boa e justa no contexto da filosofia aristotélica, e de conceitos de bem agir e bem fazer ligados à Religião na Idade Média, e adentrou, no século XVIII, à reflexão sobre o poder da razão no contexto do Iluminismo. Nesse momento, a Ética já estaria vinculada ao livre-arbítrio, e a partir dos estudos de Immanuel Kant, surge o conceito de imperativo categórico “[...] como norteador das ações éticas, pois parte da noção do bem (a ação boa) em si mesmo e não como meio para se alcançar alguma outra coisa (o que, na visão de Kant, consistiria no imperativo hipotético)” (GUIMARÃES et al., 2009, p. 97). O imperativo categórico representaria a noção de dever e poderia ser entendido como imperativos morais, ou seja, supervalores inerentes à sociedade que orientariam a conduta cotidiana dos seres humanos.

Uma vez que a avaliação ética se fundamenta em imperativos morais que seriam universais e imparciais e a moral tem suas raízes no costume, pode-se dizer que esses imperativos morais podem ser entendidos como valores éticos ou morais.

Nesse sentido, os valores adquiriram a condição de normas, princípios ou padrões eleitos por uma sociedade que os julga moralmente e, então, são admitidos e respeitados pelos cidadãos que a compõem. Em suma, valores são juízos sobre as ações humanas, que se baseiam em definições do que é bom/mau ou bem/mal.

Nesse contexto, “[...] toda atitude ética está intimamente ligada aos valores morais que predominam em nosso grupo social. São esses valores que inspiram nossas ações e servem de referência para avaliar se elas são ou não eticamente aceitáveis” (FREI BETTO, 2006).

Assim, o tema Ética assume um papel preponderante, principalmente no que se refere à sua dimensão profissional, enquanto “[...] conjunto de valores que um dado segmento social, caracterizado pela especificidade de um saber e de um fazer, estabelece como necessários e fundamentais ao exercício dessa profissão” (GUIMARÃES, 2006b, p. 237), levando à discussão da responsabilidade profissional.

Na Deontologia, a ênfase recai nas responsabilidades dos profissionais com a sociedade e nos valores defendidos por uma determinada categoria profissional. Esses valores estão diretamente ligados à credibilidade dos serviços prestados por essa categoria profissional.

O instrumento legal que atuaria como guia para as situações reais que envolvem valores e problemas éticos no cotidiano dos profissionais da informação ainda é o código de ética profissional, o qual deve buscar amparar os dilemas éticos e discutir condutas e ações inerentes a um fazer profissional.

O Código de Ética Profissional do Bibliotecário (*Resolução CFB nº 042 de 11 de janeiro de 2002*) é um instrumento ainda excessivamente prescritivo, não apresentando subsídios para uma verdadeira reflexão ética sobre a área na medida em que se restringe a questões pontuais, no mais das vezes administrativas. Comprovação disso é o fato de que a única disposição do Código de Ética Profissional do Bibliotecário que poderia, de alguma maneira, ser aplicada à organização e representação do conhecimento encontra-se no seguinte recorte:

Seção IV – Das proibições Art. 12 – Não se permite ao profissional de Biblioteconomia, no desempenho de suas funções: [...] h) deturpar, intencionalmente, a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acórdãos e outros instrumentos de apoio técnico do exercício da profissão, com intuito de iludir a boa fé de outrem; [...] (CONSELHO, 2002).

Bair (2005, p. 22) afirma que um código de ética “[...] deve ser desejado e suficiente para abranger qualquer dilema ético enfrentado por catalogadores [bem como por indexadores e classificadores] e também discutir condutas e ações específicas de modo a servir como um guia útil nas situações reais.” Nessa linha de reflexão, o atual Código de Ética Profissional do Bibliotecário brasileiro ainda não aborda com profundidade os possíveis dilemas éticos na organização e representação do conhecimento.

Em outras palavras, pode-se dizer que um código de ética, enquanto materialização deontológica da área, decorre da sedimentação de um conjunto de valores. O conjunto de valores entendidos como inerentes a uma área de atuação representa a dimensão axiológica dessa categoria profissional e deve ser observado em seu código de ética, não o contrário.

Fernández-Molina e Guimarães (2002) analisaram dezesseis códigos de ética da área de Ciência da Informação no Mercosul e, a partir de uma análise de conteúdo, identificaram alguns valores éticos que oferecem algumas orientações no tocante à conduta ética no cotidiano da biblioteca, quais sejam: a) os interesses dos usuários devem vir em primeiro lugar; b) forneça serviços objetivamente, sem nenhum tipo de *bias*; c) forneça a informação mais atualizada e precisa possível aos usuários; d) evite a censura na seleção de materiais de informação; e) se existir algum tipo de censura ou filtro, informe aos usuários suas limitações;

f) separe as crenças pessoais de serviços profissionais; e g) mantenha a competência profissional.

Os autores concluíram que os códigos de ética analisados “[...] dirigem-se a valores éticos relacionados à organização e representação do conhecimento com pouca especificidade devido à tradicional separação entre as atividades de processamento e gerenciamento” (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002, p. 491).

Uma vez que os códigos de ética ainda não amparam as questões de organização e representação do conhecimento, Guimarães (2006b) investigou na literatura da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação elementos que pudessem nortear a busca por um conjunto de valores intrínsecos à organização e representação do conhecimento.

Baseando-se na referida análise de literatura, Guimarães (2006b) esboçou os seguintes problemas éticos que poderiam estar presentes no contexto da organização e representação do conhecimento: a) relativos ao *preconceito ou discriminação* no momento da análise ou da representação; b) relativos às *categorizações dicotômicas* nos sistemas de classificação reforçando a ideia de preponderância ou revelando, de certa maneira, proselitismo; c) relativos à *visão de mundo específica*: concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*White, Protestant and Anglo-Saxon Man*) utilizada na Classificação Decimal de Dewey; d) relativos à *precisão terminológica* na representação documental; e) relativos à *polissemia* de alguns termos técnicos; e f) relativos à *dimensão do “politicamente correto”* na indexação, quando, ao longo do tempo, expressões mudam e adquirem maior precisão.

Os problemas éticos na área de organização e representação do conhecimento apresentados acima, os quais são resultado de uma reflexão crítica realizada por um especialista em Biblioteconomia, serviram como ponto de partida para as investigações que serão apresentadas a seguir.

Guimarães et al. (2008a) se propuseram a verificar como o cenário teórico-conceitual envolvendo a Ética na organização e representação do conhecimento estaria exposto nos periódicos internacionais especializados. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo em 23 artigos selecionados de um total de 2260 artigos publicados em seis periódicos internacionais<sup>14</sup> entre 1995 e 2004, cujos resultados foram divididos em dois grupos.

O primeiro grupo é composto pelos valores éticos inerentes à organização e representação do conhecimento identificados na literatura analisada, os quais, por sua vez, foram divididos em três categorias:

---

<sup>14</sup>CCQ, EIT, JASIST, JDoc, KO e The Indexer.



- a) *Aqueles valores maiores (ou supervalores) que permeiam toda a atividade informacional:* respeito à Privacidade, Autoria (direito autoral), Acessibilidade, Liberdade, Segurança, Equidade, Diversidade e Minimização de riscos;
- b) *Aqueles antes havidos como requisitos profissionais, na medida em que integram a essência do fazer profissional na área:* Competência, Eficiência, Flexibilidade, Confiabilidade, Reconhecimento profissional, Atualidade, Autonomia, Consciência de poder e Cooperação;
- c) *Aqueles antes havidos como meras medidas de organização e representação do conhecimento, mas que hoje se integram ao universo axiológico da área:* Precisão, Garantia cultural, Exaustividade, Consistência, Facilidade de uso e Hospitalidade do sistema.

Dos valores éticos identificados, cinco deles correspondem a 57% do total: Privacidade, Precisão, Garantia Cultural, *Copyright* e Exaustividade.

O segundo grupo, composto pelos problemas éticos identificados na literatura analisada, foi categorizado da seguinte maneira:

- a) *Problemas que permeiam o mundo atual:* Divisão digital, Pornografia, Envio de lixo eletrônico, Substituição do profissional pela tecnologia e Violência.
- b) *Problemas que afetam diretamente as atividades de organização e representação do conhecimento, quando do exercício profissional:* Vigilância, Censura, Falta de garantia cultural, Negligência, Direcionamento informacional, Ineficiência profissional, Má representação, Racismo, Falta de clareza, Marginalização, Crença na neutralidade, Difamação, Idiossincrasia, Inacessibilidade informacional, Terminologia preconceituosa e Traduções inadequadas.

Em relação aos problemas que afetam diretamente as atividades de organização e representação do conhecimento, destacamos a Vigilância, que mostrou a significativa incidência de 12%, Censura, Falta de garantia cultural e Negligência.

Esse cenário de valores e problemas éticos em organização e representação do conhecimento tem sido discutido em nossas pesquisas a partir dos postulados de alguns teóricos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, os quais serão brevemente apresentados.

Para Beghtol (2002), as bibliotecas e os sistemas de informação deveriam fornecer acesso à informação global e localmente e priorizar a máxima de que diferentes comunidades discursivas necessitam de diferentes tipos de informação e caminhos para a informação.

Nesse sentido, a autora propõe o princípio da garantia cultural: “[...] qualquer tipo de representação do conhecimento e/ou sistema de organização só pode ser apropriado e útil para indivíduos pertencentes a uma cultura se for baseado nas presunções, valores e inclinações

daquela cultura” (BEGHTOL, 2002, p. 511). A garantia cultural funcionaria em contraposição ao princípio da garantia literária.

A garantia literária, por sua vez, defende que a inclusão ou exclusão de descritores e seus relacionamentos hierárquicos ou associativos em uma linguagem de indexação deve ser feita mediante confirmação da existência de um ou mais materiais já existentes no acervo dessa instituição ou em seu catálogo que contenha o mesmo tópico de assunto. O princípio da garantia literária não considera as estruturas de organização utilizadas pela Ciência nem elaboradas por especialistas ou provenientes de estudos de usuários e usos. A garantia literária considera apenas os tópicos de assunto atribuídos aos materiais presentes em seu acervo ou catálogo.

De forma a dar embasamento ao princípio de garantia cultural, Beghtol (2002, p. 518) apropria-se do conceito de hospitalidade na classificação, que consiste na “[...] habilidade de uma notação incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os conceitos velhos e os novos”, e apresenta o conceito de hospitalidade cultural.

O conceito de hospitalidade cultural funcionaria como uma estrutura teórica com uma mensagem ética, isto é, esse conceito evocaria as dimensões éticas envolvidas nas atividades de representação, acesso e apropriação da informação.

O objetivo da autora, ao propor esse conceito, é sinalizar que um sistema de informação global pode abrigar diferentes comunidades usuárias baseando-se no poder de escolha do usuário. Ao disseminar essa mensagem ética, Beghtol (2002) recontextualiza o quesito da neutralidade do bibliotecário na representação de assunto.

Em decorrência da reflexão sobre os dilemas éticos que podem emergir na tentativa de ampliar a abrangência de um índice, de um catálogo ou mesmo de uma notação de classificação, Beghtol elaborou, em 2005, uma *Estrutura para o estabelecimento de políticas para análise ética revelada de sistemas de organização e representação do conhecimento para uso global*, que consiste em dois passos:

#### 1. Avaliação de Cada Sistema em Cada Nível

Nível teórico:

Avaliar o sistema de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Justiça para Informação Global (Beghtol, 2002)<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup>BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

Nível de revelação:

Avaliar o sistema a partir de *biases* preexistentes, técnicas e emergentes, como descrito por Friedman e Nissenbaum (1996)<sup>16</sup>.

Avaliar o sistema a partir das representações com *biases* e representações equivocadas, assim como descrito por Brey (1999)<sup>17</sup>

Nível de aplicação:

Avaliar o sistema a partir das *biases* comuns e *biases* no contexto de uso, levando em conta diversos contextos, como discutido por Friedman e Nissenbaum (1996)

## 2. Estabelecimento de Políticas Éticas e Procedimentos

Estabelecer políticas e procedimentos para garantir que todas as posições sejam inclusas e que o processo seja integralmente transparente, como discutido por Kettner (1993)<sup>18</sup>

Estabelecer políticas e procedimentos para assegurar que todos os envolvidos sejam juízes apropriados do processo, como descrito por Cullity (1999)<sup>19</sup>

Beghtol (2005) propõe, primeiramente, a identificação de problemas éticos, como a censura na indexação ou um problema técnico do sistema computacional e, em seguida, o estabelecimento de políticas e procedimentos para que os mesmos sejam constatados, prevenidos ou mesmo sinalizados para o usuário. Ela salienta que essas etapas são interdependentes e repetitivas e precisam ser realizadas sob a supervisão de profissionais adequadamente comprometidos com o processo.

Em síntese, a garantia cultural reconhece a complexidade do relacionamento entre os indivíduos e defende que um ser humano é membro de determinada cultura e age como representante dela ao participar do desenvolvimento e uso de um sistema de informação (GUIMARÃES et al., 2009). Os bibliotecários deveriam, então, promover espaços para a discussão sobre a hospitalidade cultural e a sua mensagem ética.

Quando se trata de linguagens de indexação que abrangem duas ou mais culturas, os denominados tesouros multilíngues, Hudon (1997) destaca a importância da coexistência não apenas dos termos, mas também dos valores morais dessas culturas. Entretanto, durante a tentativa de promover tratamento equitativo a dois idiomas, algumas inconsistências podem surgir.

<sup>16</sup>FRIEDMAN, B.; NISSENBAUM, H. Bias in computer systems. **ACM Transactions on Information Systems**, New York, v. 14, n. 3, p. 330–347, 1996.

<sup>17</sup>BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.

<sup>18</sup>KETTNER, M. Scientific knowledge, discourse ethics and consensus formation in the public domain. In: WINKLER, E. R.; COOMBS, J. R. (Ed.). **Applied ethics: a reader**. Oxford: Blackwell, 1993. p. 28–45.

<sup>19</sup>CULLITY, G. Virtue ethics, theory, and warrant. **Ethical Theory and Moral Practice**, Dordrecht, v. 2, p. 277–294, 1999.

Inconsistências na construção de tesouros multilíngues podem ocorrer a partir da dilatação da linguagem para ajustá-la a uma estrutura conceitual estrangeira; da transferência de uma ampla estrutura conceitual de uma cultura para outra, sendo apropriada ou não; da tradução literal dos termos da língua de origem para expressões sem sentido na língua-alvo, etc. (HUDON, 1997).

Devido ao fato de estar lidando com idiomas diferentes em um mesmo contexto, o que acaba conferindo novas características a cada um deles, Hudon (1997) sugere que uma das formas mais adequadas para construção de tesouros multilíngues seria selecionar os termos e construir as suas relações simultaneamente nos dois idiomas, o que promoveria uma harmonização da terminologia.

Quando abordamos tópicos relacionados à diversidade, a história da Biblioteconomia e Ciência da Informação, geralmente, remete-nos ao:

[...] universo dos processos de racionalização voltados para os aspectos relativos à cognição e ao isolamento que operam no subconsciente do profissional como forma de reduzir a diversidade, aspectos que encontram fulcro, dentre outros, na concepção positivista que norteou Otlet para conceber o processo classificatório como a atribuição específica e unívoca de um lugar a uma unidade de assunto (GUIMARÃES et al., 2009, p. 103-104).

Em uma atitude oposta ao isolamento, García Gutiérrez apresenta, em 2002, a epistemografia interativa, enquanto um conjunto teórico-conceitual que auxiliaria análises relacionadas às representações no contexto de um pluralismo de culturas e discursos. A epistemografia interativa compartilha características do conceito de precisão, e evoca o caráter político do conceito de ética transcultural de mediação, também proposto por García Gutiérrez.

Como resultado da epistemografia interativa, teríamos a linguagem epistemográfica que assumiria “[...] o compromisso de representar a pluralidade, enquanto linguagem associativa. Essa linguagem é formada através de eixos paradigmáticos e sintagmáticos, valorizando as relações associativas para que, assim, nenhum tema se sobreponha aos demais” (PINHO, 2006, p. 98). García Gutiérrez (2002) não nega a estrutura hierárquica, mas dá um maior destaque às relações associativas.

Beghtol, Hudon e García Gutiérrez, “[...] são convergentes em suas opiniões em relação ao usuário, bem como complementares em relação às competências profissionais, que

abrangem o profissional e a leitura, bem como no tocante aos valores intrínsecos ao processo de representação” (PINHO, 2006, p. 105).

Assim, uma vez que os catalogadores, classificadores e indexadores lidam com esquemas de seleção de discursos, análises, processos de decodificação, representação e acesso aos materiais, as decisões que eles tomarem “darão forma” à biblioteca que representam e serão bem recebidas ou não pelas comunidades discursivas que são genericamente denominadas *usuários*.

As comunidades usuárias interagem no contexto de domínios do conhecimento. Um domínio de conhecimento é “[...] um espaço social de produção e circulação de conhecimento, uma cultura particular, dotada de lógica própria de ordenação dos discursos [...]” (GUIMARÃES et al., 2009, p. 109). Um domínio é composto por instituições que dão a ele a sua forma como: organizações profissionais, eventos, revistas científicas, frentes de pesquisa e todas as manifestações de poder, políticas ou culturais que essas instituições possuem. Essas instituições influenciarão diretamente a forma, as ações, e os fluxos desse domínio.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, a análise de domínio constitui um ponto de vista sociológico-epistemológico e defende que:

[a] indexação de um dado documento deveria refletir as necessidades de um determinado grupo de usuários ou um determinado propósito ideal. Em outras palavras, qualquer descrição ou representação de um dado documento está mais ou menos ajustada para o cumprimento de certas tarefas. Uma descrição nunca é objetiva ou neutra, e o objetivo não é padronizar as descrições ou fazer uma descrição uma única vez e para todos os diferentes grupos-alvo (HJØRLAND, 2008b, p. 95).

O domínio atua, então, não apenas oferecendo instrumentalidade para o mapeamento de um ramo científico, suas disciplinas e subdisciplinas, mas, também, como reflexo de uma comunidade discursiva.

Em 2004, Thellefsen e Thellefsen valem-se da doutrina semiótica pragmática de Peirce como estrutura analítica para compreender os domínios do conhecimento e, então, propor uma estrutura teórica que auxiliasse o tratamento dos mesmos no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Thellefsen e Thellefsen (2004) destacam a importância “[...] de uma fase de definição de conceitos pertinentes ao domínio, enquanto signos de um conhecimento consensual, atualizado e interpretado pelo grupo” (GUIMARÃES et al., 2009, p. 110). Essa concepção

sustenta a necessidade de escapar-se da universalização e priorizar as necessidades locais nas bibliotecas.

Diante da existência de diversas comunidades usuárias interagindo em domínios do conhecimento e da necessidade de promover acesso à informação por meio de linguagens de indexação que prezem pela padronização de tópicos de assunto, o bibliotecário encontra-se em um terreno heterogêneo que evoca a sua responsabilidade social.

Van der Walt, em 2004, ao falar sobre a responsabilidade social do bibliotecário no tocante aos processos de organização e representação do conhecimento, atesta que, primeiro, é necessário identificarmos o que, efetivamente, constituiria um comportamento ético e comportamento não ético na realização dos processos de organização e representação do conhecimento. Uma vez delimitados quais são os comportamentos reais e pretendidos, é necessário que delimitemos como esses comportamentos se manifestam no cotidiano dessas atividades. Após reconhecermos por quais meios os comportamentos éticos e os não éticos ocorrem no contexto da organização e representação do conhecimento, devemos discutir passos que orientem os bibliotecários de modo a assegurar ao menos a tentativa de uma conduta ética na indexação e na classificação.

Para orientar tal tentativa de conduta ética, Van der Walt (2004) sugere que observemos princípios gerais éticos que evidenciam os direitos humanos para, então, tentarmos compilar documentos que enderecem situações reais do cotidiano da indexação e classificação.

A educação formal e continuada é fundamental para a disseminação da importância das discussões éticas na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e Van der Walt (2004) também destacou esse movimento estratégico, sugerindo que os códigos de ética profissional sejam abordados nessas discussões.

Esse respaldo da literatura científica nacional e internacional da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação foi essencial para que questões mais específicas em relação à conduta ética nos processos de organização e representação do conhecimento pudessem emergir. Nesse momento, perguntamo-nos: como os termos relativos a comunidades discursivas específicas poderiam ser representados utilizando as linguagens de indexação brasileiras? E ainda: como os termos relativos a comunidades usuárias específicas estão representados nas linguagens de indexação brasileiras?

Procurando verificar a primeira questão apresentada, Pinho (2010) analisou a especificidade terminológica que as linguagens de indexação brasileiras conferem aos termos relativos à homossexualidade masculina.

Para tanto, o autor analisou os termos atribuídos aos artigos publicados no *Journal of Homosexuality*, *Sexualities* e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health* entre 2005 e 2009, e indexou os artigos utilizando linguagens de indexação brasileiras.

Como resultados, Pinho (2010) verificou que houve a necessidade de uma aproximação de significados dos termos quando indexados no contexto brasileiro, assim como se observou uma imprecisão terminológica com indícios de preconceitos disseminados através do viés do politicamente correto. O autor identificou que a terminologia relacionada à homossexualidade masculina confere uma representação inadequada da temática, assim como percebeu uma presença significativa de figuras de linguagem na literatura, o que exigiria maior dedicação no momento da indexação.

Pinho (2010) evidencia a presença dos termos *sodomia* e *pederastia* relacionados à *homossexualidade*, bem como outros que denotam o estereótipo do homossexual, por exemplo, *efeminação*. Em relação aos termos *gay* e *homossexual*, o primeiro não é preferido nas linguagens de indexação, mas é o mais usado pela literatura.

Fundamentando a segunda questão apresentada, Milani (2010) verificou quais termos são utilizados pelas linguagens de indexação brasileiras para representar tópicos relacionados às mulheres e quais são as suas relações sintagmáticas e paradigmáticas. Para tanto, a autora verificou a presença dos termos: feminilidade; feminina(s); feminino(s); feminismo(s); feminista(s); materna(o); maternal; mulher(es), e os respectivos termos em inglês em quatro linguagens de indexação brasileiras. Foi identificado um conjunto de 360 descritores: 68,33% na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, 11,67% no Vocabulário Controlado Básico, 16,39% no Vocabulário Controlado USP e 3,61% na Classificação Decimal de Direito.

Como resultados, Milani (2010) verificou que, na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, os assuntos femininos têm sido tratados como exceções, ao considerar o masculino como genérico. O Vocabulário Controlado Básico deveria rever a escassez da presença do adjetivo *masculino* em seus descritores, enquanto o Vocabulário Controlado USP deveria avaliar o grau de precisão dos relacionamentos dos descritores referentes a *mulheres espancadas*, assim como a estrutura onde se encontra o descritor referente ao *Feminismo*. Da mesma maneira, a Classificação Decimal de Direito deveria avaliar os descritores e relacionamentos endereçados às *mulheres delinquentes*, aos *direitos da mulher em geral* e às *instituições penitenciárias para mulheres e para meninas*.

Exemplos concretos dos resultados de Milani (2010) são: na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, o descritor *Educação sanitária* figura como termo

específico do descritor *Educação feminina*, sendo que os aspectos ligados à educação sanitária não necessitam incluir qualificadores de gênero. No Vocabulário Controlado Básico, o descritor *Saúde da Mulher* revela uma tendência em salientar aspectos relacionados à educação sanitária, sexualidade e maternidade. No Vocabulário Controlado da USP, o descritor *Mulher delinquente* encontra-se ao lado de descritores como *Delinquente juvenil*, *Delinquente habitual*, *Delinquente Passional*, *Delinquente político*, *Delinquente sexual*, levando à ideia de que o fato de o autor ser mulher representa uma modalidade específica de crime. Na Classificação Decimal de Direito, a notação *Sexo. Condição da mulher* no Direito Civil apresenta-se subordinada à notação *Circunstâncias que influem sobre o estado e a capacidade Jurídica*, o que confere à mulher uma situação de inferioridade.

Olson (2002a) explica que manter tópicos de assunto como *Mulheres*, *Estudos sobre Mulheres* e *Feminismo* em catálogos de bibliotecas pode facilitar a localização dos mesmos nas estantes pelo seu público-alvo, mas esconde uma guetização, pois “[c]omo estão agrupados, eles se encontram separados de discussões gerais relacionadas a um tópico. Então, epistemologia feminista [, por exemplo,] está situada em feminismo ao invés de estar situada em filosofia do conhecimento” (OLSON, 2002a, p. 102). Alguns tópicos importantes para o contexto feminino ainda não encontram espaço nas linguagens de indexação, por exemplo:

[...] voz com o significado de autoexpressão face à autoridade, trabalho não pago e trabalho doméstico pago, representação da situação das mulheres (como nos filmes e na literatura), padrões de carreira (especialmente as que não são tradicionalmente mais comuns entre as mulheres) e o poder diferenciado que é frequentemente atribuído às questões de assédio sexual (como entre as secretárias e os seus patrões) (OLSON, 2002a, p. 104).

Ao excluir tópicos como os apresentados acima, podemos identificar sinais de marginalização. Algumas linguagens, como a Classificação Decimal de Dewey, oferecem mecanismos para tratar assuntos que não pertencem ao *mainstream* referentes às mulheres, mas “[...] somente a partir da utilização da mesma notação que nomeia [...] mulheres enquanto um grupo social” (OLSON, 2002a, p. 104).

Desse modo, “[...] a postura tomada pelos padrões do ‘mainstream’ é a de que os seus objetivos são objetividade e neutralidade e os ‘interesses especiais’ não deveriam ser nomeados” (OLSON, 2002a, p. 104).

Partindo dessa afirmação, duas questões poderiam surgir durante o processo de tomada de decisão na atuação bibliotecária: 1) Devemos utilizar um padrão dominante ou um padrão especializado? 2) Devemos aceitar os padrões existentes ou desenvolvê-los localmente?



Em relação à primeira questão, a autora sinaliza as vantagens de se utilizar o mesmo padrão para toda a coleção, bem como a economia proporcionada pela importação de registros catalográficos. Desde que o mesmo consiga incorporar as características da coleção e as necessidades dos usuários, um “[...] padrão voltado ao *mainstream* pode ser adequado para acomodar uma coleção específica” (OLSON, 2002a, p. 109). Por outro lado, a utilização forçada das padronizações dominantes exigirá maiores esforços da seção de referência e, se a mesma não for eficiente, a biblioteca terá gasto dinheiro em materiais que não poderão ser recuperados.

As padronizações especializadas são mais efetivas na representação do conteúdo, mas têm desvantagens se comparadas às características das padronizações dominantes, bem como não são respaldadas por grandes instituições, como a Library of Congress, por exemplo.

A autora não vê problemas na adaptação de linguagens dominantes para uma determinada realidade. Um exemplo seria a adaptação da Library of Congress Subject Headings (LCSH) desenvolvida e gerenciada pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Assim, “[n]ão há nenhuma razão, exceto a falta de respaldo institucional, para não fazer o mesmo com o domínio do conhecimento dos estudos sobre mulheres/feminismo” (OLSON, 2002a, p. 109).

Olson (2002a) ressalta ainda que, antes de optar por desenvolver uma nova linguagem especializada, deve-se verificar se as linguagens existentes não seriam adequadas. É importante lembrarmos que as bibliotecas brasileiras podem valer-se do *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres* (São Paulo: Fundação Carlos Chagas) desenvolvido por Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra G. Unbehau, em 1998.

Em suma, o contexto da organização e representação do conhecimento escolhido para compor esta seção apresenta um cenário teórico que ilustra a influência pessoal do bibliotecário e demonstra que qualquer pretensão de neutralidade na Biblioteconomia e Ciência da Informação é impossível. Tal influência torna-se ainda mais evidente quando a literatura sinaliza a coexistência de múltiplas comunidades discursivas utilizando as bibliotecas e os sistemas de informação, e traz à tona a responsabilidade social do bibliotecário ao mediar o acesso à informação e a apropriação nesse terreno heterogêneo.

Esses elementos evidenciam as diversas relações de poder que cercam o bibliotecário e os processos de organização e representação do conhecimento e o quanto a etapa de representação de assunto abriga, ao mesmo tempo, as premissas seguidas e tomadas como verdade pelos bibliotecários e as suas presunções.

### 3 BIAS NA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO

*Nosso objetivo pode não ser o de exercer poder, exceto o poder da recuperação da informação, mas nós fazemos parte desse poderoso discurso cultural e não somos apenas afetados por ele.*

Olson, 1999, p. 66

O campo que abriga as questões relacionadas ao controle bibliográfico coabita duas tradições de pesquisa: a abordagem do controle bibliográfico advinda da Biblioteconomia e Ciência da Informação, e o gerenciamento de dados, abordagem advinda da Ciência da Computação (HOWARTH, 2005). A autora explica que:

Dedicadas à criação de substitutos – ou registros bibliográficos – para representar itens e objetos reais – e, mais recentemente, itens ou objetos virtuais, a teoria e a prática do controle bibliográfico têm adotado abordagens sistemáticas, uniformes e consistentes para descrever o conteúdo intelectual ou artístico e as características físicas desses itens e objetos (HOWARTH, 2005, p. 39).

Em outras palavras, o controle bibliográfico é “[...] o processo sistemático de criação de substitutos que ocupem o lugar dos itens que de fato contêm informação” (OLSON, 2002a, p. 100).

Os bibliotecários realizam o controle bibliográfico por meio dos processos de catalogação e representação de assunto e utilizam instrumentos, tais como códigos de catalogação, esquemas de classificação, lista de cabeçalhos de assunto e tesouros, para construir os registros catalográficos, índices, resumos e notações de classificação.

Esses produtos ou registros catalográficos vêm sendo nomeados de diferentes maneiras na literatura da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas manteremos a denominação de *substitutos documentais*<sup>20</sup> (OLSON, 2002b, p. 4) no mesmo sentido de *substitutos bibliográficos*<sup>21</sup> usado por Howarth (2005, p. 39) ou *registros do conhecimento*<sup>22</sup>, segundo Cubillo (1999, p. 24).

<sup>20</sup> Em inglês: *document surrogates*

<sup>21</sup> Em inglês: *bibliographic surrogates*

<sup>22</sup> Em espanhol: *registros del conocimiento*

O aumento da quantidade e dos tipos de formatos textuais e midiáticos fez com que os códigos e os padrões de criação de substitutos documentais expandissem as suas opções de descrição, organização e representação das entidades bibliográficas.

Esses padrões ou instrumentos são utilizados de modo a conferir consistência à organização da informação. A consistência:

[...] possibilita que os catálogos cumpram sua função de coleta [defendida por Cutter]: reunir os trabalhos que têm algo em comum. Os padrões utilizados pelas bibliotecas têm sido eficientes também ao evitar a duplicação de trabalho. Esses padrões tendem a representar bem o *mainstream* e a representar as margens insuficientemente apesar das suas sinceras intenções de objetividade na representação e consideração ao usuário (OLSON; SCHLEGL, 2001, p. 62).

Após análise detalhada da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação que trata das especificidades dos problemas inerentes à representação de assunto, Olson e Schlegl (2001) concluíram que, ao focar nos usuários, na objetividade pretendida pela representação de assunto e nos padrões utilizados para atingir esses objetivos, somos, ao menos parcialmente, responsáveis pelos problemas sistêmicos que possam ocorrer em nossa biblioteca ou sistema de informação.

O índice, por exemplo, “[...] é um mapa, não uma lista de palavras, e os processos inerentes à criação desse mapa incluem análise, categorização, classificação, tradução, representação do conhecimento, síntese etc.” (JACOB, 2007, p. 161). Assim como nos catálogos, o objetivo principal dos índices é construir pontes para descobertas, por isso “[...] é muito difícil imaginá-los sendo usados para restringir informações ao público (INTNER, 1984, p. 105).” Contudo, é possível que um índice ou um catálogo esconda materiais ou informações, mesmo não sendo previamente estruturado para este fim.

Um dos problemas éticos que vêm à tona na situação descrita acima é a censura na indexação, que consiste na exclusão de certas ideias ou materiais. Isso ocorre quando os indexadores decidem excluir itens de um índice se assim a política de indexação indicar ou indexar os itens de maneira que eles estejam ocultos nos resultados de busca (INTNER, 1984).

Booth (2001, p. 36) alerta para o fato de que a indexação, apesar de ser um trabalho “[...] criado pelo indexador e que revela seu conhecimento geral e especializado e sua perícia técnica, não deveria refletir suas crenças, atitudes e julgamentos pessoais.”

Nesse sentido, Intner (1984) questiona: um profissional se preocuparia com um problema sobre o qual tem apenas uma pequena esperança de exercer um poder real? Olson acredita que sim, e introduz em sua tese de doutorado em 1996 o inovador conceito do *poder de nomear* dos bibliotecários.

### 3.1 O poder de nomear dos bibliotecários

Os catálogos de bibliotecas não são instrumentos neutros e, por serem construídos, “[...] não refletem passivamente os valores dominantes da sociedade de forma neutra ou objetiva, mas selecionam os valores para expressá-la” (OLSON, 2002b, p. 2).

Por meio dos catálogos de bibliotecas, os usuários têm acesso aos substitutos documentais nos quais eles podem conferir os cabeçalhos de assunto e as notações de classificação que os bibliotecários atribuíram a cada item do acervo. Esses rótulos – *cabeçalhos de assunto e notações de classificação* servirão de ponte entre o que o usuário precisa e o que o acervo oferece.

Desse modo, a representação de assunto atribui um nome ou um rótulo ao conteúdo tópico do documento. Olson (2002b, p. 4) considera que *nomear* a informação significa criar substitutos documentais e esclarece que escolheu esse termo porque ele “[...] evoca o sentido do poder de controlar a representação de assunto e, portanto, seu acesso.”

Ao afirmar que nomear a natureza é especialidade da ciência, Keller (1985, p. 193<sup>23</sup> citado por OLSON, 2002b, p. 4) declara que “[t]eorias, modelos e descrições são nomeações construídas. Nesse ato de nomear, o cientista constrói e limita a natureza.” Ao declarar que nomear a informação é uma função especial dos bibliotecários e profissionais da informação, Olson (2002b, p. 4) explica que:

[n]ossas teorias, modelos e descrições, aplicados no desempenho de nosso papel de intermediários entre as pessoas e a informação, são tão presunçosos e controladores quanto a construção e controle da natureza pelos cientistas. Enquanto bibliotecários, nós decidimos como representar os assuntos e, assim, influenciamos o acesso à (e o uso da) informação contida nos documentos que catalogamos e o acesso ao (e o uso do) conhecimento deles oriundo.

---

<sup>23</sup> KELLER, E. F. **Reflections on Gender and Science**. New Haven: Yale University Press, 1985.

Em suma, nomear é “[...] a ação de conceder um nome, de rotular, de criar uma identidade. É um meio de estruturar a realidade. Ela impõe ao mundo uma padronização que seja significativa ao nomeador” (OLSON, 2002b, p. 4).

Pessoas atribuem nomes às coisas para que ocorra comunicação e, por isso, Olson (2002b) esclarece que nomear é um meio de comunicação interpessoal via linguagem. Ao atribuímos nomes às coisas, esforços são feitos para que uma autoridade seja imposta sob a linguagem. Esse controle imposto à linguagem não é baseado nas características e necessidades de cada indivíduo, mas em um padrão que englobe uma comunidade.

### 3.2 Premissas e presunções na representação de assunto

Com o objetivo de entender as diversas relações de poder que envolvem os bibliotecários e os processos de organização da informação, e o quanto a etapa de representação de assunto abriga ao mesmo tempo as premissas seguidas e tomadas como verdade pelos bibliotecários e suas presunções, necessário se faz esclarecer o que entendemos por premissa e por presunção.

A palavra presunção (*presumption*<sup>24</sup>) é utilizada por Olson (1996) com o sentido de *premissa subjacente inquestionável e não declarada*. Olson (1996) explica que uma das presunções da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação consiste em considerar que as linguagens universais seriam sempre as nossas opções mais acertadas.

Olson (1996, p. 9) explica que uma presunção consiste em supor ou tomar algo como verdade. Sendo assim,

[u]ma presunção é “assumir ou considerar algo como concedido, o que é mais do que algo garantido. Uma presunção superestima o que é previsível. Etimologicamente, uma presunção é *tomar de antemão* e, nesse sentido, um julgamento prematuro. O conceito Legal de *considera-se verdade até que se prove o contrário* vai além do meu significado. Uma presunção é inferida, aplicada universalmente, e não é questionada a não ser que apareça um caso com o qual ela entre em conflito. Uma presunção é um tipo de premissa, uma “premissa presunçosa” [com o sentido de arrogância].

---

<sup>24</sup>*Presumption, n.* 1. The taking upon oneself of more than is warranted by one's ability, position, right, etc.; forward or overconfident conduct or opinion; arrogance, effrontery, pride; an act, instance, or state of presumption, arrogance, or overconfidence. [...] 3. **a.** The action of taking for granted or presuming something; assumption, expectation, supposition; an instance of this; a belief based on available evidence. **b. Law.** A supposition that the court allows or requires to be made. 4. Grounds or reason for presuming or believing; presumptive evidence; an instance of this. (OED, 2011).

Já a palavra premissa (*assumption*<sup>25</sup>), “[e]timologicamente significa *levar a*. As definições sugerem o mesmo tipo de arrogância como [percebido na definição de] presunção, mas, ao invés do posicionamento Legal de aplicação incondicional, as implicações são filosóficas: uma suposição, postulado ou premissa” (OLSON, 1996, p. 9).

Olson (1996) esclarece que considera *presunção* como um princípio não questionado que leva à ação, e *premissa*, como uma suposição que é declaradamente e reconhecidamente aberta a discussão. Ambos os conceitos são caracterizados pela *falta de prova*, o que não significa que não haja nada implícito, mas que eles ainda não foram provados.

Enquanto Olson (1996) questiona o que ela chama de “premissa presunçosa” da universalidade, nós procuraremos identificar as premissas e as “premissas presunçosas” inerentes às *biases* na representação de assunto.

### 3.3 *Bias* na representação de assunto: explorando o conceito

Na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa há alguns argumentos relativos a *biases*, nem sempre assim denominados, que se relacionam diretamente ao próprio cerne da organização da informação, ou seja, à máxima que a sustenta que é a de *representar para recuperar* ou, como prefere Smit (1987), *reunir e organizar para achar*.

Quando falamos sobre *biases* na organização da informação, evocamos várias conotações que esse termo veicula. Se, por um lado, as conotações podem salientar aspectos discriminatórios ou preconceituosos de um determinado tópico no contexto de um sistema de informação específico, por outro lado, algumas conotações funcionariam como um direcionamento visando garantir especificidade.

Como os objetivos desta tese incluem a discussão dos conceitos ligados ao termo *bias* na organização da informação como um todo e, mais especificamente, na representação de assunto, apresentaremos um panorama geral dessa discussão nesta subseção mantendo as nossas descobertas nas demais seções de discussão desta tese.

---

<sup>25</sup>*Assumption*, n. 1. I. The action of taking to oneself; reception, adoption. [...] 2. Elevation to office or dignity. *Obs.* 3. Reception into union or association; incorporation, inclusion; adoption. *arch.* or *Obs.* [...] 6. *Law.* A promise or undertaking, either oral or in writing not sealed. [...] 8. The action of laying claim to as a possession, unwarrantable claim, usurpation. 9. A taking too much upon oneself, assumptive, a laying claim to undue importance; arrogance. 10. The taking of anything for granted as the basis of argument or action. 11. That which is assumed or taken for granted; a supposition, postulate. 12. *Logic.* The minor premise of a syllogism (OED, 2011).

De acordo com o Oxford English Dictionary (OED, 2012), o termo *bias* vem do francês *biais* do século 14 com o sentido de “oblíquo, obliquidade”, passando pelo provençal *biais* (comparado ao *biais* advindo do antigo catalão e *biaise* ou *biase* no moderno). Em italiano, o termo *s-biescio* tem o sentido de “oblíquo, torto”.

A suposição de Diez de que [*bias*] vem do latim *bifax*, *bifacem* é explicada por Isidore como *duos habens obtutus* ‘olhar pelos dois lados’ e rejeitada, posteriormente, pelos pesquisadores romanos como foneticamente indefensável. [Esse termo é] [o]riginalmente considerado um adjetivo como no provençal *via biayssa* com o sentido de encruzilhada ou estrada oblíqua; mas, anteriormente, foi usado como substantivo em francês, sendo assim o primeiro exemplo que pode ser citado em inglês advém [de *bias* como um] substantivo (OED, 2012).

O substantivo ou adjetivo *bias* consiste em: *an inclination · leaning · tendency · bent · a preponderating disposition or propensity · predisposition towards · predilection · prejudice · slanting · oblique · set course in any direction · ordinary ‘way’ from or out of the bias · to put out · disconcert · confuse · put into disorder · an oblique or slanting line · only in the specific sense of a wedge-shaped piece or gore · cut obliquely to the texture of a woven fabric · on the bias: diagonally, across the texture · a swaying influence, impulse, or weight · off the straight · awry* (OED, 2012).

Em contextos específicos, o termo *bias* assume outros significados, como em Estatística (*systematic distortion of an expected statistical result due to a factor not allowed for in its derivation; also, a tendency to produce such distortion*), em Geometria (*bias line a diagonal or hypotenuse*), em Corte e Costura (*cut across the texture, slanting*), em Eletricidade (*a steady voltage or current applied to an electronic device*), no jogo de boliche (*the construction or form of the bowl imparting an oblique motion, the oblique line in which it runs, and the kind of impetus given to cause it to run obliquely*) e no jogo de cricket (*the turning of a ball in its course from the leg side towards the off after pitching*).

Enquanto verbo, *bias* pode significar: influenciar (*to influence or incline (one) to do anything*), inclinar (*to incline to or towards; to incline to one side*), tender a ou direcionar (*to give a bias or one-sided tendency or direction to*), desviar (*to swerve from the right line; to cause to swerve*) ou afetar (*affect – often unduly or unfairly*).

Em 1964, o Dr. S. R. Ranganathan fundou o periódico *Library Science with a Slant to Documentation and information studies* (atualmente intitulado *SRELS journal of information management*), publicado pela Sarada Ranganathan Endowment for Library Science,

Bangalore, Índia, o qual abrigava em seu título uma das conotações do termo *bias*, isto é, usava o termo *slant* com o sentido positivo de inclinação, direcionamento ou preferência.

Da mesma maneira, encontramos no livro *Indexing and abstracting in theory and practice* de Lancaster (1991) o adjetivo *slanted* sendo usado no contexto de confecção de resumos, conforme demonstra o trecho a seguir:

O termo *subject slanting*, às vezes, é utilizado com relação aos resumos. A conotação do termo é de que o resumo deveria ser *slanted* aos interesses dos usuários pretendidos. Isto é, na elaboração de resumos, assim como na indexação, a questão orientadora deveria ser: “Por qual motivo os nossos usuários se interessariam por esse item?” Resumos elaborados por uma organização para seu próprio uso deveriam ser sempre *slanted* às necessidades e interesses locais. A situação é um pouco mais complicada no caso dos serviços de resumos publicados (LANCASTER, 1991, p. 87-88).

No contexto de elaboração de resumos, Lancaster (1991) sinaliza a utilização do *direcionamento de assunto de acordo com os interesses dos usuários pretendidos* como algo positivo e desejado, mas adverte que tal medida seria útil a interesses e necessidades locais. Um exemplo sobre o direcionamento de assunto em resumos especializados é apresentado por Mallory e Moran (1994), que discutem as diferentes abordagens utilizadas na indexação e elaboração de resumos especializados sobre história da arte no tocante a um dilema específico que estava sendo vivenciado por aquela comunidade, qual seja, a controvérsia de Guido Riccio.

Evocando as conotações negativas do termo *bias*, temos a predominante questão do preconceito na representação de assunto. Nessa abordagem, as *biases* não estão limitadas a descrições individuais; há *biases* relacionadas a “[...] gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos a populações diversas” (OLSON, 2002b, p. 7). As consequências práticas desses limites recaem sobre o usuário de bibliotecas que, “[...] em suas buscas por informação, podem ser auxiliados ou impedidos pelo arranjo do catálogo e pela localização física dos livros” (OLSON, 2001b, p. 639).

Buscando analisar como os grupos e tópicos marginalizados são representados, Olson (2002b, p. 9) especifica três problemas:

[P]rimeiro, satisfazer a maioria dos usuários da biblioteca algumas vezes resulta em uma representação de assunto sob *bias*; segundo, tentar ser objetivo pode resultar em tratamento igualitário quando o que se exige para



acomodar as diferenças é um tratamento equitativo; e terceiro, a padronização torna os resultados da catalogação homogêneos e, então, impõe uma linguagem universal em diversos contextos.

As conclusões críticas apresentadas por Olson e Schlegl (2001) sugerem que, ao lidarem com *biases* negativas na representação de assunto, os bibliotecários devem considerar que os usuários não devem ser tratados enquanto um grupo homogêneo, o que evocaria o conceito de “maioria”, mas como grupos heterogêneos. Quando se trata da objetividade na representação de assunto, as autoras alertam que, ao tentarmos incluir determinados aspectos de um domínio do conhecimento ou comunidade discursiva, muitas vezes acabamos, no limite, ressaltando determinado preconceito. Por fim, as autoras destacam que a eficácia do uso dos instrumentos na representação de assunto dependerá da utilização cuidadosa e equitativa dos mesmos pelos bibliotecários, o que inclui adaptações às necessidades locais.

A literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação contém mais tópicos que tratam dos problemas de marginalização das mulheres do que os referentes a outros temas. Olson e Schlegl (2001) acreditam que o motivo dessa ênfase seria, provavelmente, o reconhecimento de estudos de gênero nas disciplinas oficiais na maioria das universidades, o que pode ter levado os bibliotecários a se especializarem em tópicos veiculados pelos documentos destinados a essa comunidade discursiva.

Mesmo assim, por vezes os bibliotecários deparam-se com uma falta de linguagem para representar assuntos referentes às mulheres e, quando isso ocorre, de acordo com López-Huertas (2006, p. 223), “[...] os especialistas compensam essa falta de linguagem acrescentando uma expressão inequívoca da interdisciplina, como gênero, mulheres etc.” Nesse cenário, seriam as disciplinas ou temáticas que estariam estabelecendo os limites do discurso de gênero e não o domínio do conhecimento em si, conforme demonstram os exemplos: mulher e política; salários das mulheres; direitos sociais das mulheres; saúde e gênero.

A presente tese parte da premissa de que os sistemas de informação orientam a maneira pela qual entendemos o mundo e as suas divisões, isto é, como enxergamos as coisas, por isso é importante que a reflexão sobre como podemos torná-los mais confiáveis deveria ser contínua e produtiva.

Pedimos a autorização dos leitores para apresentarmos uma citação extensa mas esclarecedora extraída de Olson (2001b, p. 653) sobre as classificações:

As classificações de bibliotecas são lineares ao dispor os livros nas estantes ou nas bases de dados para que os usuários possam fazer o “browsing”. Como resultado, não é possível que um sistema de classificação reúna simultaneamente todos os aspectos ou facetas de uma obra, represente igualmente os múltiplos papéis das diferenças ou as complexidades descritas por [Brian C.] Vickery quando os [tópicos de assunto] não se encaixam nos escaninhos [da classificação]. As obras são reunidas por meio de uma faceta privilegiada que é, então, subdivida por outra, e assim por diante, criando uma hierarquia. Como resultado, uma faceta é o principal ponto de reunião e as outras facetas não estarão reunidas no mesmo lugar. Elizabeth Spelman, em *Inessential Woman*, descreve o equivalente a tal classificação: “Imaginem um saguão enorme da alfândega com várias portas assinaladas ‘mulheres’, ‘homens’, ‘afro-americano’, ‘ásio-americano’, ‘euro-americano’, ‘hispano-americano’, ‘classe operária’, ‘classe média’, ‘classe alta’, ‘lésbica’, ‘gay’, ‘heterossexual’ e assim por diante... As portas estão dispostas em fileiras, então cada pessoa defronta-se com a primeira fileira de portas, que classificam as pessoas de acordo com o gênero; em seguida, uma fileira que as classifica conforme a raça, ou primeiro de acordo com a raça e depois de acordo com a classe e, então, conforme o gênero e assim por diante” (1988, p. 144<sup>26</sup>). Ordens de classificação diferentes produzem resultados diferentes. Se gênero for a primeira categoria classificatória seguida por raça ou etnia, todas as mulheres ficarão reunidas e todos os homens ficarão reunidos, mas os afro-americanos, euro-americanos, ázio-americanos e hispano-americanos estarão em dois lugares diferentes [, mulheres ou homens]. No entanto, se a primeira categoria classificatória for raça ou etnia, então todos os afrodescendentes, europeus, asiáticos e hispânicos estarão juntos, mas as mulheres estarão em quatro lugares diferentes e os homens estarão em quatro lugares diferentes. “Nós temos impressões diferentes das identidades das pessoas e do grau com que uma pessoa compartilha aspectos identitários com outra pessoa dependendo de quais são as portas, como elas estão ordenadas e como as pessoas devem prosseguir ao passar por elas” (Spelman, 1988, p. 146)<sup>27</sup>.

Nós consideramos o arranjo construído pelas classificações<sup>28</sup> imprescindível às bibliotecas, pois a disposição dos livros nas prateleiras apresenta aos usuários outros caminhos para descobertas. Diferentemente das linguagens alfabéticas, e conforme o exemplo na citação acima, as classificações escolhem apenas um lugar para cada item do acervo, e os tópicos de assunto, percebidos por meio dos títulos e das capas dos livros que estão ao lado do item em questão, contribuiriam para que o usuário julgasse se aquele item é ou não é um candidato a ser consultado. Ao “correr os olhos” pelas prateleiras físicas ou virtuais e tomar contato com o arranjo do acervo, o usuário poderia desenvolver um processo de identificação,

<sup>26</sup>SPELMAN, E. V. *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon, 1988.

<sup>27</sup>O caráter contingencial das classificações fica evidente quando Michael Foucault inicia o prefácio do seu livro *The order of things* com uma passagem de Borges sobre a classificação dos animais monstruosos de certa enciclopédia chinesa, onde a primeira categoria de divisão dos animais seria “(a) pertencentes ao imperador”.

<sup>28</sup>“Como sabemos, se o *browsing* for feito nas prateleiras ou eletronicamente, é necessário algum tipo de arranjo que faça sentido para os usuários da biblioteca. Para estipular esse arranjo, a classificação por assunto tem sido usada como uma espécie de cartografia epistêmica - mapeando o conhecimento” (OLSON, 2001b, p. 652).

construção ou reconstrução de um domínio do conhecimento ou mesmo aspectos ligados diretamente à sua personalidade<sup>29</sup>.

Dessa maneira, a classificação postula *quais as diferenças que serão usadas como linhas divisoras entre os tópicos de assunto*; afinal, um sistema de classificação não abrangeria simultaneamente todos os aspectos ou facetas de uma obra (OLSON, 2001b). A propósito, vale lembrar que as classificações não são objeto de pesquisa desta tese.

Geralmente, quando se fala em linguagens de indexação e *biases*, a primeira obra que vem à mente dos bibliotecários é o livro *Prejudices and antipathies: a tract on the LC Subject Heads Concerning People*, publicado por Sanford Berman, em 1971<sup>30</sup>. Nesta obra, Berman (1993) apresenta inconsistências, preconceitos ou traços de preconceitos presentes na LCSH, que é a lista de cabeçalho de assuntos criada e gerenciada pela Library of Congress nos Estados Unidos. Na ocasião, o autor sugeriu várias alterações, inclusões e exclusões de cabeçalhos de assunto e referências cruzadas; trabalhos sobre o que foi alterado, parcialmente alterado ou permanece como estava na LCSH são publicados até os dias de hoje na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação norte-americana.

Knowlton (2005, p. 126) lembra que desde a publicação de *Prejudices and Antipathies*,

[...] vêm ocorrendo muitas discussões sobre os argumentos de Berman (e propostas semelhantes) e muitas mudanças foram feitas na LCSH. As sugestões de Berman não ganharam aceitação universal, mas não se pode negar que as declarações sobre as *biases* na LCSH reforçaram uma tendência de valorização do exame minucioso que deve ser realizado na profissão de catalogação na atribuição de cabeçalhos de assunto referente às pessoas.

Os teóricos de Biblioteconomia e Ciência da Informação avaliam de diferentes maneiras as inclinações, preferências, tendências, vieses, preconceitos ou *biases* presentes nas linguagens de indexação ou delas provenientes, assim como ocorreu com as sugestões apresentadas por Berman. Por esse motivo, selecionamos alguns trechos das Diretrizes para a Construção, Formato, e Administração de Vocabulários Controlados Monolíngues (GUIDELINES..., 2005), a fim de auxiliar nosso entendimento sobre as principais características das linguagens de indexação.

<sup>29</sup>“Enquanto não somos autores das maneiras pelas quais entendemos as nossas vidas, enquanto estivermos sujeitos aos regimes de significado, nós estamos envolvidos em uma autoprodução discursiva em que tentamos produzir alguma coerência e continuidade” (LATHER, 1991, p. 118).

<sup>30</sup>A segunda edição desse livro, que é considerado um marco no que diz respeito ao tratamento dado às pessoas por meio da representação de assunto na Biblioteconomia, foi publicada em 1993 e encontra-se disponível no *website* do autor: <<http://www.sanfordberman.org/prejant.htm>>.

Uma linguagem de indexação consiste em:

[u]m vocabulário controlado ou sistema de classificação e regras para sua aplicação. Uma linguagem de indexação é utilizada para representação dos conceitos tratados nos documentos [objetos de conteúdo] e para recuperação de tais documentos [objetos de conteúdo] a partir de um sistema de armazenamento e recuperação da informação [ISO 5127/1] (GUIDELINES..., 2005, p. 6).

Uma simples lista de termos e um complexo thesaurus são considerados vocabulários controlados, pois apresentam três características: 1) definição do escopo ou significado dos termos, 2) uso de relações de equivalência ligando termos sinônimos e quase sinônimos e 3) distinção entre termos homógrafos (GUIDELINES..., 2005).

Uma vez que visam promover meios para a organização da informação, os vocabulários controlados constroem as pontes entre o acervo e o usuário, valendo-se dos seguintes mecanismos apontados nos Guidelines... (2005):

- 1) Tradução: fornece meios para a conversão da linguagem natural dos autores, indexadores e usuários em um vocabulário que possa ser usado para indexação e recuperação da informação;
- 2) Consistência: concorre para a uniformidade do formato dos termos e da atribuição de termos;
- 3) Indicação dos relacionamentos: mostra as relações semânticas entre os termos;
- 4) Rótulo e browse: fornece hierarquias consistentes e claras no sistema de navegação para auxiliar os usuários a localizarem os objetos de conteúdo desejados;
- 5) Recuperação: serve como auxílio de busca ao localizar objetos de conteúdo.

As linguagens de indexação são vocabulários controlados e construídos e, como seu objetivo envolve consistência e controle, os termos escolhidos para compor essas linguagens assumirão um caráter monossêmico, ou seja, um termo terá apenas um significado. A linguagem natural é composta por palavras polissêmicas e a sua complexidade não poderia ser reconstruída em um vocabulário controlado para fins de recuperação da informação, pois a linguagem natural possui uma natureza dinâmica e extremamente personalizada.

Nesta tese, não temos como objetivo destacar qualidades e defeitos das linguagens de indexação, mas refletir sobre elas; afinal, enquanto bibliotecários nós as utilizamos e “[...] decidimos o que nomear e o que deixar sem nome” (OLSON, 2002b, p. 4) no acervo da nossa biblioteca ou sistema de informação.

### 3.4 *Bias* na representação de assunto: identificando um cenário conceitual

Neste momento, começaremos a tratar especificamente do primeiro objetivo da nossa pesquisa: delinear conceitualmente o fenômeno *bias* na representação de assunto.

Como foi dito na subseção de proposição da introdução, na página 14, aplicamos a técnica do *close reading* a 66 artigos-fonte da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa para identificarmos a oposição binária que será discutida na seção 5. Esses mesmos artigos-fonte serão considerados agora, uma vez que apresentam o “estado da arte” das *biases* na representação de assunto.

Na leitura atenta desse material, observamos que 19 artigos abordam aspectos conceituais referentes às *biases* na representação de assunto, enquanto os demais apenas citam a existência do problema, seja com o objetivo de introduzir um tema de pesquisa ou visando destacar tendências ou sugestões para investigações futuras. Por esse motivo, versamos apenas sobre os 19 artigos selecionados<sup>31</sup>.

Com uma nova aplicação da técnica do *close reading* aos artigos selecionados, geraram-se fichas de registro que serviram de suporte ao texto que construímos a seguir. É importante destacar que se cumpriram todos os requisitos estabelecidos para a coleta de dados, mas os dois artigos de nossa autoria incluídos na análise não serão comentados nesta subseção a fim de evitarmos autocitações.

#### ***Cataloging & Classification Quarterly (CCQ)***

***Strotzman (2007) – Some of our fifty are missing: Library of Congress Subject Headings for southwestern cultures and history***

Strotzman (2007) reflete sobre a presença e a ausência de tópicos relacionados aos hispânicos e aos norte-americanos nativos na 29ª edição da LCSH e, mais especificamente, procura elementos para a compreensão de tópicos referentes ao estado do Novo México. No decorrer desta análise, Strotzman (2007) percebe *biases* e omissões relacionadas à costa

---

<sup>31</sup>Os artigos descartados da análise foram: Aguillo et al. (2006), Baldonado (2000), Banush (2008), Bar-Ilan et al. (2009), Camp e Tsang (2001), Capurro (2005), Cothey (2004), De Visscher (2010), Dillon (2010), Elgesem (2008), Floridi e Sanders (2001), Ford et al. (2002), Gnoli (2004), Gunkel (2007), Haider e Bawden (2007), Holsapple (2008), Horner (2010), Hughes, Wareham e Joshi (2010), Introna (2005), Jansen e Resnick (2006), Kuflik, Shapira e Shoval (2003), Kurtz et al. (2005), Laat (2010), Lau e Coiera (2006), Lee (2000), Lind (2008), Moed (2007), Moed, Van Leeuwen e Reedijk (1998), Mugridge (2008), Munk e Mørk (2007), Neelameghan e Iyer (2002), Nicolas (2005), Ohly (2010), Parsell (2008), Robbin e Buente (2008), Smiraglia (2008), Sun e Kantor (2006), Tombros (2000), Vaalor (2010), Vaughan e Shaw (2005), Westbrook (2007), White (2002), White (2007), Williams e Coles (2007), Winter (2008), Wu, He e Pei (2010) e Wu e Liu (2003).

sudoeste dos Estados Unidos além do estabelecimento de hierarquias incompletas, erradas ou mal representadas nesta versão da LCSH.

Ao discorrer sobre essas *biases* regionais, a autora sinaliza as consequências e as implicações sociais diárias que a ampla utilização de um esquema de acesso de assunto com *biases* pode ter, como observamos na citação a seguir:

A argumentação relacionada às *biases* regionais presentes em um esquema de acesso de assunto nacional é mais do que um argumento puramente intelectual. A ampla utilização desse esquema tem implicações sociais diárias. Considere o impacto na auto-imagem e identidade social de um estudante do Pueblo Picuris quando não puder encontrar [o termo] *Picuris Indians* nas coleções catalogadas segundo a 29ª edição da LCSH, enquanto os índios de Acoma e Taos aparecem listados (STROTTMAN, 2007, p. 60).

A LCSH constitui um esquema de padronização nacional que “[...] não é nem neutro nem objetivo. Os cabeçalhos de assunto estão enraizados em uma perspectiva cultural, num ponto de vista” (STROTTMAN, 2007, p. 61). No caso específico desta lista de cabeçalhos de assunto, sua ampla utilização internacional deveria ser mais um estímulo para corrigir os cabeçalhos de assunto imprecisos e com *biases*, lembra a autora.

Ao promover mudanças na LCSH, os bibliotecários norte-americanos estariam colaborando para uma liderança social, política e tecnológica, além de incentivar discussões no tocante aos grupos subalternos (neste caso os norte-americanos nativos) e a manutenção de uma identidade nacional. Para amparar tais reflexões, Strotzman (2007) evoca o conceito de cultura hegemônica de Antonio Gramsci.

***Fischer (2005) – Critical views of LCSH, 1990–2001: the third bibliographic essay***

Fischer (2005) elaborou uma compilação de textos críticos que tratam de questões relacionadas à LCSH entre 1990 e 2001. Essa pesquisa bibliográfica e bibliométrica figura como uma continuação de estudos similares que vêm analisando a literatura produzida sobre a LCSH desde 1944.

Ao situar a questão da terminologia com *biases* ou a falta de terminologia, a autora salienta que estes problemas são “[...] o resultado de longos atrasos por parte da LC [Library of Congress] em adicionar novos termos à sua lista. Revisões da LCSH são consideradas muito caras e, quando possível, devem ser evitadas” (FISCHER, 2005, p. 94).

A adaptação da LCSH para o formato digital/virtual, os preconceitos presentes na terminologia da lista e o fato de que os cabeçalhos de assunto vêm sendo apresentados sob a forma de tesouro, o que expõe ainda mais suas fragilidades estruturais, são assuntos bastante recorrentes na literatura.

Na seção “7.0 LCSH: Atualização e preconceitos”, a bibliografia de Fischer (2005) destaca obras conhecidas no âmbito dos estudos críticos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e ressalta que, neste contexto, o problema das *biases* de gênero é um tema frequente. Fischer (2005, p. 94) sintetiza:

Rogers<sup>32</sup> e Olson<sup>33</sup> abordam a questão do uso de cabeçalhos de assunto para promover a mudança na maneira como as pessoas pensam sobre as questões de gênero. Rogers afirma, “Embora o uso de cabeçalhos que refletem preconceitos populares possa facilitar o acesso aos usuários, esse uso também pode incentivar esses preconceitos ou introduzi-los aos jovens leitores” (Rogers, 196). Olson observa que a LCSH poderia ser usada como um “agente de mudança cultural” (Olson, 65); a revisão e incorporação de cabeçalhos de assunto da LCSH deveriam estender-se para além das responsabilidades da Library of Congress, porque isso faz parte do comprometimento ético dos bibliotecários com o acesso universal à informação.

Outro ponto discutido na bibliografia de Fischer (2005) é o acesso aos materiais multiculturais. Esse acesso configura-se problemático por razões que vão desde a falta de cabeçalhos multiculturais até características próprias do vocabulário, como o fato de o mesmo ter uma orientação cristã, por exemplo.

Outra questão que tem merecido muita atenção diz respeito à presença e ao tratamento dos assuntos referentes aos *African Americans*. Segundo a autora, Clack (1994)<sup>34</sup> argumenta que, sob o ponto de vista dos *African Americans*, a estrutura dos cabeçalhos de assunto na LCSH é problemática e racista.

Nessa mesma linha de pensamento, mas voltando-se para a estrutura dos cabeçalhos de assunto no contexto das Ciências Sociais, Fischer (2005) cita Urbizagastegui Alvarado,

---

<sup>32</sup>ROGERS, M. N. Are we on equal terms yet? Subject headings concerning women in LCSH, 1975-1991. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 181-196, 1993.

<sup>33</sup>OLSON, H. A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 29, n. 1/2, p. 53-71, 2000.

<sup>34</sup>CLACK, D. H. Subject access to African American studies resources in online catalogs: issues and answers. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 19, n. 2, p. 49-66, 1994.

1994)<sup>35</sup>, que aponta a presença de *biases* ideológicas, uma vez que a LCSH tende a ignorar paradigmas diferentes no contexto das Ciências Sociais.

Por fim, a autora apresenta um panorama da literatura dos últimos 60 anos englobando os problemas evidenciados nas três bibliografias críticas sobre a LCSH: “[...] estrutura síndetica inadequada, [falta de] atualização ou *bias* dos cabeçalhos e falta de especificidade da terminologia” (FISCHER, 2005, p. 103).

***Knowlton (2005) – Three decades since Prejudices and Antipathies: a study of changes in the Library of Congress Subject Headings***

Como dito anteriormente nesta subseção, o trabalho de Knowlton (2005) analisa quais foram as providências tomadas no contexto da LCSH nos 30 anos posteriores à publicação da primeira edição do livro de Berman, em 1971. Essa obra figura como uma “divisora de águas” na representação de assuntos relacionados às pessoas. Os seus principais objetivos foram:

[...] discutir alguns cabeçalhos de assunto da LCSH e propor alterações, inclusões e exclusões de cabeçalhos e referências cruzadas, visando refletir de forma mais precisa a linguagem utilizada para abordar temas [relacionados às pessoas], corrigir erros de *bias* e melhor orientar os bibliotecários e os leitores na busca de materiais de seu interesse (KNOWLTON, 2005, p. 125).

É importante ressaltar que as afirmações sobre *bias* feitas por Berman (1971) fizeram parte de uma tendência adotada pelos catalogadores da época em analisar minuciosamente como as linguagens de indexação referiam-se às pessoas.

Knowlton (2005) explica que, já no final da década de 60, a presença de *biases* na LCSH começou a ser discutida, e isso pode ter-se dado por causa da dimensão internacional que essa linguagem estava tomando: “[o]s especialistas argumentam que alguns cabeçalhos de assunto, particularmente aqueles usados para identificar grupos de pessoas, perpetuam ‘a supremacia cultural excludente da cultura patriarcal e colonial europeia dominante’ (Olson 2000<sup>36</sup>)” (KNOWLTON, 2005, p. 124).

---

<sup>35</sup>URBIZAGASTEGUI ALVARADO, R. Cataloging Pierre Bourdieu’s books. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 19, n. 1, p. 89-105, 1994.

<sup>36</sup>Em inglês: “the exclusionary cultural supremacy of the mainstream patriarchal, Euro-settler culture.” OLSON, H. A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 29, n. 1/2, p. 53-71, 2000.



Nessa lista de cabeçalhos de assunto, muitos deles revelam *bias*, isto é: “[...] usam uma linguagem que mostra um preconceito em favor de um ponto de vista em particular e contra outros” (KNOWLTON, 2005, p. 124). Em outras palavras:

Ao utilizar a linguagem e a perspectiva de um grupo de leitores em particular ao invés de buscar conjuntos de termos mais neutros, a LCSH pode[:] fazer com que alguns materiais sejam mais difíceis de encontrar por outros usuários, estigmatizar certos grupos de pessoas por meio de rótulos imprecisos ou degradantes, ou insinuar que alguns pontos de vista são normais e outros incomuns (KNOWLTON, 2005, p. 124).

Por vezes, alguns cabeçalhos sofreram mudanças substanciais visando solucionar os problemas apontados no livro de Berman. Entretanto, de acordo com Knowlton (2005, p. 127), as alterações feitas resolvem parcialmente algumas objeções apresentadas por ele, mas “[...] podem deixar intactas outras expressões passíveis de discussão ou, ainda, introduzir uma nuance diferente de *bias*.”

***Olson e Schlegl (2001) – Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques***

Olson e Schlegl (2001, p. 62) iniciam este texto com uma declaração fundamental para esta tese:

Discussões sobre os instrumentos de representação de assunto, especialmente as listas de cabeçalhos de assunto, são relativamente comuns na literatura sobre os catálogos de bibliotecas. Algumas dessas discussões têm abordado as *bias*es negativas nos contextos de gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, língua e religião enquanto limites para a representação da diversidade e [limites para fornecer] serviços biblioteconômicos eficazes para populações diversas.

Esse parágrafo introdutório das autoras apresenta de forma bem simples um universo de discussão já consolidado nos Estados Unidos e na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação em língua inglesa, mas ainda incipiente em língua portuguesa. Outro aspecto interessante é que essas discussões são mais evidentes num contexto de atuação profissional e menos realçadas em ambientes acadêmicos.

Olson e Schlegl (2001) mapearam a literatura da área à procura de textos que abordassem questões relacionadas à busca de assuntos por grupos ou a partir de tópicos marginalizados, com o objetivo de agrupar artigos e livros que pudessem ser consultados por

bibliotecários ou pesquisadores sensíveis a essas questões. Para tanto, as autoras valeram-se da meta-análise e da técnica de análise de conteúdo.

Para realizar a análise de conteúdo, foi necessário levar em consideração algumas variáveis observadas nos artigos e livros eleitos: a) instrumentos discutidos no texto, b) categorias dos problemas identificados, c) grupos ou tópicos marginalizados, d) época abordada, e) base de discussão – pesquisa ou experiência. O objetivo das autoras não era apenas identificar quais eram as categorias dos problemas mais recorrentes no contexto de uma determinada classificação ou tesauro, mas também identificar se esses problemas variavam de acordo com o tipo de instrumento (linguagem de indexação e classificação). Quando as autoras trazem essa questão para o domínio de grupos específicos, elas se perguntam: os problemas associados às questões de gênero são semelhantes ou diferentes dos problemas associados à raça? (OLSON; SCHLEGL, 2001).

Após a análise dos textos obtidos, Olson e Schlegl (2001, p. 65) delimitam categorias<sup>37</sup>, as quais foram utilizadas posteriormente para classificar os próprios textos selecionados. Buscando uma apresentação mais amigável, elaboramos o quadro a seguir:

**Quadro 1** – Tipos de problemas relacionados às *biases* negativas em instrumentos de representação de assunto

<b>Categoria</b>	<b>Escopo</b>	<b>Exemplo</b>	<b>Porque é perigosa</b>
Tratamento do tópico como uma exceção	O tópico de assunto é representado como estando “do lado de fora” de uma norma aceita	Cabeçalhos de assunto na LCSH que utilizavam a construção: “mulheres como...”, os quais tornaram-se obsoletos;  Nas classificações, o tratamento da literatura a partir da língua em que está escrita causa problemas aos países colonizados, pois, além de vir primeiro na estante, maior espaço e subdivisões cronológicas mais específicas são dados à língua dos colonizadores, o que não ocorre com a literatura indígena de um país, por exemplo;	Impressão de que esses indivíduos são anômalos
Guetização do tópico	O tópico de assunto é reunido e isolado do todo ao invés de integrado	Obras referentes aos aborígenes norte-americanos estão separadas da cultura norte-americana dominante e, geralmente, encontram-se apenas nas classes relacionadas à história;  No contexto dos <i>Women's studies</i> , a guetização tem sido vista cada vez menos como uma conveniência (isto é,	Sugere que todos os trabalhos sobre um determinado tópico encontram-se juntos e isolados;  Os interesses especiais ou especializados

<sup>37</sup>As categorias em inglês: *treatment of the topic as an exception, ghettoization of the topic, omission of the topic, inappropriate structure of the standard, biased terminology.*

		deixar juntas todas as obras que tratam deste tema) e cada vez mais como uma limitação (isto é, por que retirar as obras do contexto geral da coleção?)	seriam considerados como o <i>outro</i> a ser deixado de fora do <i>mainstream</i> ;
Omissão do tópico	Sugere uma falta de atualização dos instrumentos de representação de assunto	A LCSH dificulta que posturas ideológicas diferentes sejam representadas, por exemplo, a tradição dialética de Pierre Bourdieu;  Nas classificações CDD, CDU e LCC, as igrejas independentes da África não podem ser representadas, enquanto a Cristandade dominante na África, outras religiões africanas e igrejas independentes dos Estados Unidos o são;	Pode revelar algumas presunções
Estrutura inadequada do instrumento	Maneiras pelas quais os termos são agrupados e má disponibilização do espaço;  Nas listas de cabeçalhos de assunto, a estrutura sindética pode falhar ao relacionar tópicos.	Problemas para representar comunidades africanas consistem em: entendimento impreciso da língua africana, representação das pessoas de acordo com a maneira como estão agrupadas, má alocação no tocante às culturas africanas se comparada ao espaço destinado às culturas europeias e norte-americanas brancas e mecanismos de divisão inapropriados (por exemplo, língua)	Ao confiarmos na habilidade dos usuários em executar buscas utilizando operadores booleanos, podemos estar colocando as obras referentes aos grupos marginalizados fora do seu alcance;
Terminologia com <i>biases</i>	Talvez, por tomarmos como verdade o caráter negativo veiculado pelo termo <i>bias</i> associado à terminologia, as autoras não viram a necessidade de definir ou contextualizar esse problema.	O exemplo utilizado pelas autoras diz respeito à discussão que se deu no contexto da <i>American Library Association</i> sobre a sugestão de Sanford Berman de evitar-se nomear pessoas somente utilizando um adjetivo. Por exemplo: o cabeçalho <i>pobre (poor)</i> ressaltaria apenas um elemento da existência de um indivíduo excluindo todos os outros. Uma solução seria a mudança do cabeçalho para <i>pessoas pobres (poor people)</i> . Ressaltamos que <i>poor</i> continua sendo o termo autorizado e <i>poor people</i> é o termo não autorizado referenciado por meio de uma remissiva.	Este é o problema mais visível e discutido na literatura e, mesmo assim, continua presente nos instrumentos.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no texto de Olson e Schlegl (2001, p. 66-70).

É importante destacarmos algumas incidências do termo *bias* percebidas neste texto de Olson e Schlegl (2001): *biases* sistêmicas nos instrumentos de representação de assunto (p. 62), manifestações agudas de *bias* (p. 62), *biases* prejudiciais (p. 63), terminologia com *biases* (p. 65) e terminologia com *bias/racista/sexista* nos cabeçalhos de assunto (p. 71).

Olson e Schlegl (2001, p. 66) constataram que os instrumentos mais utilizados nos Estados Unidos são os mais analisados na literatura<sup>38</sup> e, dentre eles, os cabeçalhos de assunto são mais investigados do que as classificações. As autoras explicam o motivo:

Isso pode dar-se pelo fato de que as omissões e as *biases* racistas, sexistas, xenofóbicas, etc. nos cabeçalhos de assunto nos são apresentadas diretamente nas telas dos nossos catálogos virtuais. As *biases* na classificação são mais sutis e muitos usuários de bibliotecas, assim como alguns bibliotecários, consideram a [notação de] classificação como um simples endereço de acesso às estantes, desconsiderando as influências do contexto no modo como uma obra é compreendida [ou interpretada]. Assim que a classificação tornar-se um instrumento virtual importante, ela poderá vir a ser mais discutida.

Assim, ainda hoje, as críticas em relação à estrutura sindética dos cabeçalhos de assunto são mais comuns do que as críticas no tocante às justaposições ou ao posicionamento hierárquico dos esquemas de classificação (OLSON; SCHLEGL, 2001).

Como temos visto nesta subseção, as críticas endereçadas aos instrumentos de representação de assunto na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação têm mencionado as *biases* negativas, mas Olson e Schlegl (2001, p. 78) vão além. A partir da análise textual que realizaram e das três problematizações principais que esse recorte da literatura veiculou, elas oferecem princípios para orientar-nos sobre essas *biases* negativas:

- Usuários não devem ser considerados como um grupo homogêneo, para que o conceito de “leitor majoritário” não seja evocado<sup>39</sup>;
- A noção de igualdade como um meio para atingir-se a objetividade pode resultar num tratamento separado, embora igual, das diferenças; Olson e Schlegl (2001) salientam que é necessário que se tenha um tratamento equitativo adaptado a necessidades e contextos<sup>40</sup>;
- Para que os instrumentos de representação de assunto justifiquem seu valor, eles devem ser aplicados cuidadosamente e de forma equitativa e, para tanto, os

<sup>38</sup>Olson e Schlegl (2001) comentam que, no contexto da LCSH e outros instrumentos, as Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2) são utilizadas para padronizar os cabeçalhos de assunto referentes aos nomes pessoais e corporativos e aos títulos das obras e, mesmo assim, as AACR2 foram mencionadas apenas uma vez na literatura. “Certamente, questões como a forma dos sobrenomes que as mulheres casadas [adotam] e a pontuação [utilizada] nos nomes da Ásia Oriental são relevantes no tocante às *biases* sistêmicas” (OLSON; SCHLEGL, 2001, p. 66).

<sup>39</sup>Deveríamos manter termos com *biases* em nossas referências cruzadas, ou deveríamos sacrificar esse possível melhor acesso pelos usuários que estão acostumados a utilizar esses termos com *biases*?

<sup>40</sup>Olson e Schlegl (2001) explicam que, quando utilizam o conceito de necessidades locais, elas estão se referindo aos níveis institucional, nacional ou cultural.

bibliotecários devem utilizá-los de forma precisa explorando todos os seus recursos.

Em suma, os instrumentos de representação ainda não eliminaram suas *biases* negativas, mas problemas relacionados ao acesso por assunto vêm sendo discutidos na literatura. Por fim, Olson e Schlegl (2001, p. 78) fazem uma revelação importante: “[...] embora seja ingênuo esperar que todos os grupos e tópicos enfrentem os mesmos problemas, existem, sim, algumas semelhanças, provavelmente determinadas pelas presunções que perpassam esses grupos nos instrumentos existentes.”

***Olson (2000) – Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH***

No resumo deste texto, a autora oferece uma declaração importante para esta subseção, por esse motivo a transcrevemos a seguir:

Tradicionalmente, a LCSH tem tentado representar a realidade de maneira neutra. O resultado disso é [a presença de] *bias* ao representar as margens culturais. Embora a neutralidade seja uma das posturas defendidas pela biblioteconomia, o acesso à informação universal e de forma equitativa visando ao aperfeiçoamento da humanidade também o é (OLSON, 2000, p. 53).

A reflexão de Olson (2000) tem o objetivo de promover uma discussão sobre a maneira pela qual a LCSH poderia desempenhar o papel de um agente de mudanças (atuando, assim, como um *Third Space*<sup>41</sup>) por ser um instrumento amplamente utilizado para a representação de assunto de documentos em bibliotecas.

A autora conclui que tanto a LCSH propriamente dita quanto as suas políticas e práticas poderiam ser consideradas um *Third Space*, isto é, um espaço de enunciação com vistas a promover mudanças. Por esse motivo, é importante observar alguns discursos veiculados na LCSH. Olson (2000) destaca três deles:

- 1) a ligação histórica que a LCSH tem com as *Regras para um Catálogo Dicionário* publicadas por Charles Cutter. As regras de Cutter amparam o relacionamento entre a LCSH e “o público”, colocando “o público” no comando do instrumento, teoricamente;

---

<sup>41</sup>Conceito utilizado pelo crítico pós-colonialista Homi Bhabha e que remete à ideia de meio de comunicação, isto é, um espaço que, por apresentar uma estrutura simbólica, produz significados. Olson (2000, p. 65) explica que: “[...] a interpretação de uma declaração não é apenas uma negociação entre a declaração ou a pessoa que a apresenta e a pessoa que a entende. Há um espaço no meio, um contexto, que dá forma ao significado da declaração. Esse é o *Third Space*. Bhabha sugere que o *Third Space* é um lugar de enunciação.”

- 2) o conceito de garantia literária coloca a literatura produzida pelas disciplinas ou pelos domínios do conhecimento no comando do instrumento;
- 3) a Library of Congress enquanto a instituição que dirige a LCSH mediando os domínios do conhecimento e o público e, ao menos *de facto*, dirigindo a aplicação de políticas e procedimentos e a catalogação cooperativa.

Nesse contexto, a criação e manutenção de cabeçalhos de assunto dependem dos termos (com ou sem *biases*) utilizados pelos usuários em suas buscas nos catálogos, de acordo com o conceito de público postulado por Cutter ou pela literatura de determinada disciplina ou domínio do conhecimento. Ambos os critérios são claros e justificáveis, mas é sabido que, por vezes, os usuários recorrem a determinados termos que, embora estejam presentes na literatura de uma área específica, não fazem parte da LCSH ou não recebem alterações nos cabeçalhos de assunto desta lista.

Essa constatação é amparada justamente pela última declaração de Olson (2000), ou seja, as mudanças percebidas por meio das buscas usadas pelos usuários ou pela indexação da literatura passam pelo crivo da instituição Library of Congress. Acreditamos que essa discussão é muito rica quando falamos sobre as *biases* na representação de assunto, pois faz com que pensemos no que tem sido tomado como verdade a respeito dos instrumentos de representação de assunto, mas não a alongaremos nesta tese.

Apesar das *biases* sistêmicas típicas estarem presentes na LCSH e reproduzirem o *status quo* dominante, como demonstram os exemplos apresentados no texto, “[n]ós podemos estimular mudanças reconhecendo e permitindo a representação das diferenças culturais em toda a sua dinâmica, hibridização<sup>42</sup> [esta] que transpõe barreiras” (OLSON, 2000, p. 67). Por ter o poder de criar significados (nos termos defendidos pelo conceito de *Third Space*), a LCSH nunca poderia ser neutra.

Olson (2000) adverte que, para trabalhar nas margens ou nos limites, os bibliotecários terão que correr riscos ao representarem conceitos por vezes estranhos ao seu público específico, mas esse público irá reconhecer tais conceitos desde que passemos a “[...] colocá-los em contextos sindéticos úteis, oferecendo notas de escopo e aplicando-as de fato e de maneira apropriada [...]” (OLSON, 2000, p. 68).

---

<sup>42</sup>“A identidade cultural sempre emerge num espaço contraditório e ambivalente que, para Bhabba, torna insustentável a pretensão de uma ‘pureza’ hierárquica no tocante às culturas. Para ele, o reconhecimento desse espaço de identidade cultural ambivalente poderia auxiliar-nos a superar o caráter exótico [do conceito] de diversidade cultural [ou do multiculturalismo] em favor do reconhecimento de uma hibridização autorizada no bojo da qual a diferença cultural pudesse operar” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 108).

Por fim, Olson (2000, p. 70) afirma que podemos nos valer da LCSH enquanto um agente de mudanças, pois este é um instrumento dominante em nossa cultura; “[...] podemos fazê-lo permeando os limites da autoridade cultural.”

### ***Ethics and Information Technology (EIT)***

#### ***Brey (1999) – The ethics of representation and action in virtual reality***

Desde a iniciação científica (MILANI, 2007), esse texto vem oferecendo elementos para a compreensão e definição de uma representação com *biases* em língua portuguesa. Brey (1999) desenvolve uma discussão no contexto dos sistemas de realidade virtual<sup>43</sup> para questionar as responsabilidades dos produtores e programadores de jogos de realidade virtual sobre as consequências geradas a partir da temática abordada e representações ou simulações utilizadas em seus jogos (por exemplo, como os bandidos e os pertencentes ao grupo dominante são representados em jogos de realidade virtual). Para tanto, o autor parte do pressuposto de que os padrões de precisão<sup>44</sup> e realismo utilizados na estruturação dos ambientes virtuais veiculam *biases* individuais ou sociais.

Nós entendemos que a representação envolve tomada de decisões e deve ser defensável; segundo Brey (1999, p. 12), “[...] quando o emprego da realidade virtual está favorecendo certos valores ou interesses em detrimento de outros devido a uma representação tendenciosa, pode-se dizer que o modelo fez uso de uma representação com *bias*.”

Há dois casos de falhas ou deficiências representacionais nas simulações de realidade virtual. O primeiro problema é o da má representação, que ocorre em casos em que “[...] alguns aspectos da simulação encontram-se claramente inadequados aos padrões de precisão escolhidos [...]” (BREY, 1999, p. 12).

O segundo caso é o da representação com *bias*, que ocorre quando “[...] valores ou interesses de alguns usuários da simulação são insuficientemente contemplados” (BREY, 1999, p. 12)<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup>Brey (1999) explica que as ações que são moralmente condenáveis no mundo real podem ser protagonizadas pelos jogadores nos jogos de realidade virtual como sendo algo aceitável ou mesmo como sendo o objetivo do jogo.

<sup>44</sup>Padrões de precisão são os padrões que determinam quais são as características encontradas em um fenômeno real que devem estar minimamente representadas na simulação, qual é o nível de detalhes minimamente aceitável na representação dessas características e quais são os tipos de idealizações que devem ser mantidas na simulação” (BREY, 1999, p. 11).

<sup>45</sup>Brey (1999) acrescenta que, nesse contexto, pode haver também as *biases* interativas presentes nas “[...] possibilidades de interação oferecidas pela simulação, que a tornam menos útil ou menos compatível com os valores de alguns indivíduos ou grupos, ou que, seletivamente, estimulam, recompensam, impedem ou punem certas ações ou comportamentos na realidade virtual” (BREY, 1999, p. 12).

A principal importância moral dessas falhas é que as mesmas podem induzir seus usuários a crenças falsas ou com *biases*, podendo eles, em último caso, sofrer consequências práticas indesejáveis. Uma segunda questão é que as *biases* representacionais podem tornar os programas de realidade virtual menos úteis ou agradáveis aos usuários cujos valores ou interesses sejam negligenciados (BREY, 1999, p. 12).

O autor alerta que metodologias devem ser desenvolvidas para que essas más representações e representações com *biases* sejam constatadas e evitadas; o usuário do programa deve ser informado sobre a existência desses problemas e sobre as dificuldades para resolvê-los.

As *biases* na realidade virtual podem ser mais perceptíveis por se tratarem de representações que simulam a realidade para que ocorra a interação entre o programa e o usuário, o que não acontece tão evidentemente na representação de assunto.

***Buchanan (1999) – An overview of information ethics issues in a world-wide context***

Buchanan (1999) discute o que ela denomina como formas qualitativas de favoritismo relacionado à informação nas atividades de construção de conteúdo. Segundo ela, uma questão em voga nesse contexto é a do imperialismo informacional e da *bias* cultural nos processos de catalogação e classificação.

Para a autora a equidade na representação de assunto

[...] exige a análise de questões morais de justiça social e sensibilidade para as questões de raça, gênero e cultura no que diz respeito às ferramentas ou instrumentos bibliográficos... Há... outro tipo de poder atrelado às bibliotecas, agências informacionais e suas estruturas de apoio. Essa forma de poder mais sutil tem alcance e influência internacionais e é exercida menos visivelmente, até mesmo inconscientemente, por meio de mecanismos dominantes, práticas e linguagens que sustentam, neste caso, a construção e manutenção de instrumentos de acesso de assunto [...] (DICK; BURGER, 1998<sup>46</sup> citado por BUCHANAN, 1999, p. 196).

Nesse contexto de reflexão ética, às vezes temos a impressão de que estamos explicando o óbvio, mas a citação apresentada a seguir deixa claro por que não devemos aceitar as coisas como verdade, mesmo quando estejamos fazendo dessa forma há muito

---

<sup>46</sup>DICK, A. L.; BURGER, M. Transforming Subject Access: Some Critical Issues for South African Information Professionals. In: BERMAN, S.; DANKY, J. (Ed.). **Alternative Library Literature, 1996–1997**. Jefferson: McFarland & Company, 1998.



tempo: “[a] era da informação consiste em um tempo mitológico, um tempo de fantasias de riqueza, poder, propriedade. No entanto, a ética nos serviços de informação nesse contexto é real e não corresponde necessariamente a essas fantasias” (BUCHANAN, 1999, p. 193).

Buchanan (1999) vale-se de elementos que envolvem o acesso e a comoditização da informação para discutir a importância de se preservarem valores culturais e a especificidade por meio de uma boa prestação de serviços; afinal, os “[p]rovedores de informação possuem um grande poder e responsabilidade ética” (BUCHANAN, 1999, p. 199).

Diferentemente dos argumentos utilizados na literatura sobre a organização da informação, Buchanan (1999) afirma que as necessidades informacionais das pessoas (o termo *usuário* não é usado neste argumento) devem ser definidas e delineadas por elas próprias. A autora também não retoma a figura do bibliotecário, ou provedor de informação neste contexto. Isso ocorre porque Buchanan (1999) constrói um discurso voltado à presença da tecnologia em contexto de informação e como a mesma pode mudar os fluxos e comportamentos informacionais.

A título de registro, Buchanan (1999) utiliza a expressão “distribuição de recursos quantitativos com *biases*” para referir-se a mais um tipo de favoritismo que permeia a distribuição de recursos informacionais.

### ***Journal of Documentation (JDoc)***

#### ***Mai (2010) – Classification in a social world: bias and trust***

Com o objetivo de fomentar sistemas de classificação confiáveis, Mai (2010) vale-se do pluralismo enquanto base teórica para discutir a teoria e a prática das classificações bibliográficas.

O autor faz duas declarações importantes para esta subseção:

- 1) Neutralidade e ausência de *bias* não podem ser esperadas de nenhuma classificação (MAI, 2010, p. 639);
- 2) Quando o processo de classificação bibliográfica adotar a noção de pluralidade e aceitar que todas as classificações são *biased* de alguma maneira, haverá um aumento de esforços em busca da construção da confiabilidade dos sistemas de classificação (MAI, 2010, p. 639).

Já no resumo de seu trabalho, Mai (2010) dá o tom da sua discussão quando diz que:

[...] a teoria moderna da classificação e suas práticas estão diretamente atreladas às atividades dos usuários e aos domínios do conhecimento e [, portanto,] os sistemas de classificação confiáveis estariam em contato direto com os usuários para lidar responsabilmente com as *biases* e estabelecer confiança (MAI, 2010, p. 627).

É nesse sentido que o texto retoma a importância da presença da figura do usuário ou das comunidades usuárias no processo de construção de confiabilidade; afinal, “[...] todos os sistemas são inerentemente *biased*” (MAI, 2010, p. 639).

A afirmação acima traz à tona outra questão fundamental: a transparência. As instituições responsáveis pela criação e manutenção dos sistemas de classificação recuperarão a confiança nelas depositada e a sua autoridade quando se valerem “[...] de princípios de transparência, explicarem suas decisões e revelarem as fundamentações conceituais e filosóficas de seus sistemas” (MAI, 2010, p. 640).

***Journal of the American Society for Information Science and Technology***

***Frohmann (2008) – Subjectivity and information ethics***

Frohmann (2008) promove uma discussão acerca das questões éticas que permeiam as áreas relativas à informação e, nesse cenário, retoma as grandes categorias que Froehlich (2004)<sup>47</sup> propõe em “A Brief History of Information Ethics”, das quais destacaremos duas:

- Relacionadas à Biblioteconomia: censura, privacidade, acesso, equilíbrio nas coleções, *copyright*, uso apropriado e códigos de ética constituem questões relacionadas à ética em informação;
- Relacionadas à Ciência da Informação, que Froehlich (2008) considera extremamente ligada à Biblioteconomia: confidencialidade, *bias* e qualidade da informação também são pontos que envolvem questões éticas.

A título de nota, destacamos que, assim como Brey (1999), Froehlich (2004) incluiu os problemas de representação defensável no contexto da ética da computação.

Como esse artigo não trata diretamente da questão das *biases* na representação de assunto, mas aborda questões éticas que as perpassam, consideramos oportuno transcrever um trecho extraído do resumo de Frohmann (2008, p. 267).

---

<sup>47</sup>FROEHLICH, T. A brief history of information ethics. **Textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 13, 2004. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/13froel2.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

O assunto mais importante e frequente na [área de] ética da informação consiste no sujeito ético compromissado com decisões de cunho moral tanto como portador de direitos morais e obrigações para com os outros sujeitos, quanto como agente, cujas ações são julgadas pelos outros ou por si mesmo conforme os padrões advindos de variados códigos morais e princípios éticos. Muitas discussões no bojo da ética da informação giram em torno de conflitos entre aqueles que estão agindo de acordo com os princípios que envolvem o acesso à informação sem restrições e aqueles que consideram algumas informações ofensivas ou nocivas. A subjetividade está no centro das discussões sobre a ética da informação.

A subjetividade é discutida por Frohmann (2008) enquanto uma presunção ou, como temos adotado nesta tese, uma premissa inquestionável e não declarada subjacente à Biblioteconomia; para tanto, o autor aborda os processos de informação autônoma e sem autoria definida, presentes nos sistemas de informação eletrônicos e digitais. Esses processos não dão o devido valor à questão da consciência e fomentariam discussões sobre a construção e a desconstrução das formas de subjetividade e possíveis negociações mediadas pela ética da informação.

Os leitores interessados em questões relacionadas à ética da informação estão convidados a interagir com essa profunda reflexão de Frohmann (2008, p. 273). Afinal,

[n]a medida em que a ética diz respeito à subjetividade, o problema não está em discutir como certos sujeitos morais devem agir, mas na interação de poder entre as forças de dominação e as possibilidades de liberdade na formação dos sujeitos. Nós precisamos de uma ética da informação que se certifique como os processos e tecnologias da informação estão envolvidos na criação de pessoas [*making up people*].

Em suma, as discussões sobre representação de assunto sob uma perspectiva ética trariam elementos para entendermos como estamos influenciando a formação de usuários ou comunidades discursivas a partir da organização do acervo das nossas bibliotecas e dos assuntos que compõem os nossos catálogos.

### ***Knowledge Organization (KO)***

***Montesi e Gil Urdiciain (2005) – Recent linguistic research into author abstracts: its value for information science***

Montesi e Gil Urdiciain (2005) tratam de uma questão bem específica sobre nosso objeto de pesquisa, ou seja, a presença de *biases* linguísticas em resumos. As autoras partem da premissa de que há variações no tocante à elaboração de resumos de acordo com o autor, à

disciplina à qual ele se vincula, à sua cultura e à sua língua para propor uma revisão de literatura na área de *English for Special Purposes* a partir de 1990, destacando o quanto os resumos variam em termos da estrutura, conteúdo e discurso sob a ótica da Linguística.

As pesquisas na área de ESP [*English for Special Purposes*] tendem a ser “descritivas”, nunca questionando a adequação dos resumos que elas estudam. Em contraste, a literatura de Ciência da Informação vale-se, principalmente, [dos resumos] dos seus estudantes e profissionais e tende a ser “prescritiva”, estimulando seu público a guiar-se por regras e padrões que prezem pela informação clara [nos resumos] (MONTESI; GIL URDICIAIN, 2005, p. 65).

As vantagens do resumo elaborado pelo autor vão desde a publicação e disponibilização do resumo simultaneamente à publicação do artigo até o fato de que o mesmo é escrito por quem melhor conhece o trabalho em questão; por outro lado, as desvantagens salientadas pelas autoras dizem respeito à “[...] tendência a *bias*, especialmente quando os autores buscam promover seus trabalhos entre os membros da sua própria comunidade científica, bem como a experiência insuficiente dos autores em escrever resumos” (CLEVELAND; CLEVELAND 2001, p. 58-59<sup>48</sup> citado por MONTESI; GIL URDICIAIN, 2005, p. 65).

Nos processos de organização da informação, os bibliotecários lidam diretamente com os resumos escritos pelos autores. Nesse sentido, Montesi e Gil Urdiciain (2005) destacam a importância de tomarmos contato com os estudos realizados na área de *English for Special Purposes*, a fim de entender as diversas estratégias utilizadas na elaboração dos resumos e, então, obter mais ferramentas para extrairmos os tópicos de assunto do artigo, bem como para identificarmos as *biases* linguísticas introduzidas pelos autores.

Em suma, Montesi e Gil Urdiciain (2005, p. 75) orientam que “[a] literatura produzida na área de ESP [*English for Special Purposes*] poderia oferecer uma resposta ao principal problema endereçado à IS [Ciência da Informação] pelos resumos elaborados pelos autores, por exemplo, a tendência deles a *bias*.”

Montesi e Gil Urdiciain (2005, p. 75) apontam algumas técnicas que os autores utilizam para promover seus trabalhos e “[...] como eles incorrem linguisticamente em *bias*.” Algumas dessas técnicas podem beneficiá-los na obtenção de uma avaliação positiva de sua produção pelos dispositivos de avaliação a partir do uso de estruturas sintáticas comuns, como

---

<sup>48</sup>CLEVELAND, D. B.; CLEVELAND, A. D. **Introduction to indexing and abstracting**. Englewood: Libraries Unlimited, Inc., 2001.

o uso de orações subordinadas (“*that-*” *clause*), por exemplo, e do uso de jargões, abreviações, referências a trabalhos anteriores e terminologia.

Por fim, as autoras sugerem que suas orientações sejam utilizadas pelos profissionais que desejarem remover as *biases* dos resumos dos autores. Diríamos que remover essas *biases* não constitui uma tarefa factível, mas o conhecimento das estratégias por eles usadas poderá contribuir para que tais *biases* sejam atenuadas.

**McIlwaine (2003) – Trends in knowledge organization research**

McIlwaine (2003) discute as tendências de pesquisa e os problemas existentes na área de organização da informação, focalizando questões que envolvem os sistemas universais de representação de assunto, os vocabulários enquanto ferramentas para promoção da interoperabilidade, *bias*, internet e instrumentos de busca, fontes de informação, terminologia, tesouros, apresentação gráfica dos catálogos e ambientes comerciais que permeiam a organização do conhecimento.

Embora todas as tendências apresentadas tragam subsídios para discussões sobre a representação de assunto, nesse momento nos limitaremos à questão da *bias*. É importante frisar que a autora, uma autoridade na área de representação de assunto, coloca as *biases* nesse contexto como uma tendência de pesquisa no campo da organização. Além de reiterar a importância desta tese, essa declaração chama a atenção dos teóricos para a existência dessa problemática.

Com o objetivo de sermos fiéis às declarações da autora e devido ao caráter de apresentação do “estado da arte” dessa tendência de pesquisa, transcrevemos abaixo a subseção em que ela aborda a questão de *bias*:

Há a preocupação entre aqueles envolvidos com a Organização do Conhecimento em tentar eliminar as *biases* da classificação. Em seu pronunciamento na 7ª conferência da ISKO Internacional, em Granada, Rebecca Green demonstrou isso claramente (Green, 2002)<sup>49</sup> e outros, como Hope A. Olson, também se dedicam ao problema da *bias*. Green demonstrou os problemas relacionados às palavras que possuem interpretações diferentes em diferentes sociedades ou ambientes; um dos exemplos que ela utilizou foi como os termos relacionados a família são entendidos no Oeste em contraposição ao entendimento dos termos irmão, irmã e primo pelos

---

<sup>49</sup>GREEN, R. Conceptual universals in knowledge organization and representation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21<sup>st</sup> century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 15-27. (Advances in Knowledge Organization, 8).

africanos. Os interesses de Olson voltam-se mais para os problemas de gênero e na melhoria de sistemas criados no século passado em um mundo dominado pelos homens e que foram responsáveis por muitas ferramentas de recuperação ainda usadas nos dias de hoje. [A existência de] *[b]ias* é quase inevitável e, de fato, elas podem até ser úteis em alguns momentos, mais comumente em um contexto especializado, por exemplo, a religião. A *bias* geográfica também pode ser útil, desde que o sistema no qual ela esteja presente englobe o mesmo contexto para o qual ela é *biased*. A busca por um sistema universalmente aceitável, no entanto, rejeita a aceitação de *bias*, mesmo quando este sistema universal estiver ligado a outros, como ocorre no caso da [cidade de] Regensburg na CDD [Classificação Decimal de Dewey] – Dewey não é conhecido, particularmente, por destacar os interesses alemães acima dos interesses americanos, por exemplo. (McILWAINE, 2003, p. 77-78).

**Olson (1999) – *Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy***

Assim como esta tese, Olson (1999) vale-se da metodologia da Análise de Discurso Foucaultiana para identificar três presunções inerentes à lógica clássica: 1) a noção de categorias mutuamente exclusivas; 2) a teleologia no sentido de progressão linear em busca de um objetivo; e 3) a hierarquia por meio de uma divisão lógica e da dominação de algumas classes sobre outras. Nesse sentido, a autora explica a estrutura sistêmica das classificações, que está intimamente ligada à cultura europeia, e como os problemas atribuídos às classificações podem ser oriundos dessa estrutura.

Nesta subseção, destacaremos o que a autora denominou como *a natureza do problema* e, para tanto, apresentamos o trecho abaixo. Olson (1999, p. 65) afirma que, para descrever os problemas atribuídos às classificações, a literatura vem:

[...] documentando os insucessos das classificações de bibliotecas ao acomodar efetivamente os tópicos considerados fora do *mainstream* tradicional. [Nesse contexto, as] *[b]iases* em termos de raça, gênero, habilidade, sexualidade, religião e outros fatores têm sido abordadas. No entanto, as classificações de bibliotecas têm representado os conceitos de realidade do *mainstream* razoavelmente bem. Mas, *mainstream* de quem? Realidade de quem? A. C. Foskett (1971, p. 117)<sup>50</sup> observa que, “quando alguém começa a examinar qualquer esquema de classificação, logo fica claro que, longe de ser objetivo, é provável que reflita os preconceitos de seu tempo e os de seu autor.” Foskett sugere, e eu explorarei a seguir, que a noção de classificação é uma construção cultural. Ela é eficiente ao representar o *mainstream* da cultura que o originou. No entanto, se as presunções fundamentais subjacentes à prática da classificação são culturalmente construídas, então o que é marginalizado na cultura originária

<sup>50</sup>FOSKETT, A. C. Misogynists all; A study in critical classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 15, n. 2, p. 117-121, 1971.

e o que é diferente em outras culturas podem ser representados de maneira insuficiente ou até mesmo de maneira prejudicial.

Olson (1999) revisita obras dos filósofos Parmênides, Platão e Aristóteles a fim de identificar algumas presunções da lógica clássica que pudessem ser relacionadas ao processo de classificação. A autora conclui que as classificações são situacionais, porque “[...] a maneira pela qual realizamos a classificação não é apenas um reflexo da cultura que envolve o *mainstream*, mas também uma ferramenta desta cultura, que contribui para refleti-lo e reforçá-lo” (OLSON, 1999, p. 65).

Pelo fato de que as classificações estão sendo usadas por diferentes culturas, Olson (1999) evoca a responsabilidade ética dos bibliotecários em reconhecer as estruturas sistêmicas que poderiam abrigar ou gerar *bias* nas classificações. Desnecessário se faz afirmar que conteúdos que promovam *bias* no contexto das classificações também devem ser examinados a partir dessa postura ética.

### ***The Indexer***

#### ***Jacobs (2007) – Ethical places, ethical spaces: stopping to listen***

Para reforçar a nossa percepção de que os periódicos considerados profissionais na área de Organização da Informação têm abordado com maior atenção as questões relacionadas à maneira como as considerações éticas têm influenciado o trabalho do indexador, comentaremos o texto de Jacobs (2007).

Jacobs (2007, p. 162) discute o assunto considerando os indexadores como intermediários que se valem dos seus próprios princípios orientadores nas interações com os usuários, com os funcionários da biblioteca e com os materiais que estão sendo indexados, e diz:

Nós temos as competências para censurar, omitir e distorcer informações – podemos privar alguém de ser ouvido (inibindo seus direitos de expressar seus pensamentos e opiniões e de contribuir com atividades culturais), podemos privar alguém de receber informações de que precisa (inibindo seus direitos à educação e de participar de atividades culturais). Há um poder oculto incorporado às nossas funções de intermediários. Podemos agir contra os princípios expressos nessas duas declarações [*Canadian Charter of Rights and Freedoms* e *United Nations Universal Declaration of Human Rights*] por pura falta de reflexão. Isso evoca uma imensa responsabilidade.

Há uma carência de literatura principalmente no tocante ao modo com que os indexadores constroem as suas bases filosóficas e isso é grave. “Os indexadores devem estar cientes das questões mais amplas que envolvem o armazenamento e o acesso à informação, a fim de que possamos pensar criticamente sobre nosso trabalho cotidiano” (JACOBS, 2007, p. 162).

A abordagem apresentada nesse texto leva em consideração não apenas situações que envolvem os indexadores que trabalham em bibliotecas, mas também aqueles que prestam consultoria ou elaboram índices como profissionais autônomos. Dito isso, Jacobs (2007, p. 162) revela que:

Muitos indexadores têm uma ideia do tipo de material com o qual eles considerariam tão difícil de lidar ou tão inaceitável a ponto de recusarem o trabalho – essa é uma decisão muito pessoal e depende das experiências, conhecimento formal, valores etc. [desse indexador]. A importância dessa decisão em termos de ética em indexação (diferentemente da ética pessoal) diz respeito não apenas ao fato de que estaríamos nos poupando de desconfortos, mas também de que estaríamos reconhecendo que não é possível fazer jus a um material ao qual não podemos nos dedicar a ler/pensar sobre/ olhar e, se aceitássemos esse trabalho, estaríamos, claramente, violando um acordo comercial.

Muitas questões surgem quando se discute por que alguns tópicos de assunto ou algumas abordagens são descartados pelo indexador (o que talvez figuraria como censura), seja por questões de forma – espaço, limitações de descritores ou de cabeçalhos de assunto e restrições quanto à extensão ou profundidade do resumo, seja por questões analíticas ou por questões que englobam os pontos de vista do indexador.

Cada um de nós tem a sua própria visão de mundo. Tendemos a esquecer isso e a agir como se as pessoas com as quais interagimos compartilhassem das nossas perspectivas ou até mesmo das nossas opiniões. No entanto, quando indexamos, precisamos estar conscientes de que a maneira como percebemos o mundo pode ser muito diferente daquela de um autor em particular e, certamente, das maneiras como determinados usuários percebem o mundo. A única solução real consiste em estar o mais consciente possível das nossas próprias presunções quando encontrarmos [tais disparidades] no documento (JACOBS, 2007, p. 163).

A autora ressalta que questionar as nossas suposições e observar a nós mesmos ao indexar um documento não são tarefas fáceis, mas “[...] devemos estar conscientes de que temos responsabilidades éticas e que, ao criarmos distorções por meio do processo [de indexação], estaríamos interferindo nos direitos de expressão de opiniões e de acesso à informação” (JACOBS, 2007, p. 164).



Jacobs (2007) explica que os processos de identificação, categorização e nomeação de conceitos e ideias podem tornar-se tendenciosos mediante:

- falta de cuidado: temos menos conhecimento do que imaginamos e fazemos suposições incorretas e más escolhas na representação;
- escolha ou formulações de termos sem pensar nas suas possíveis conotações;
- apropriação ilegítima de *bias* cultural;
- apropriação ilegítima de *bias* pessoal;
- a estrutura do mapa de construção do índice (relações entre os cabeçalhos e subcabeçalhos; estrutura das referências cruzadas) pode representar estruturas ou crenças que não sejam apropriadas aos conceitos que estão sendo representados e/ou às sensibilidades dos usuários;
- as hierarquias de um vocabulário controlado ou de um esquema de classificação podem conter *biases*;
- dimensões do “politicamente correto” podem ser usadas sem pensar ou não serem usadas de forma alguma.

Em suma, “[p]roblemas ocorrem em três níveis: do índice/sistema de indexação, da estrutura da linguagem de indexação e dos termos escolhidos propriamente ditos” (JACOBS, 2007, p. 164).

Assim, é necessário que haja um equilíbrio constante entre as necessidades dos usuários e todas as questões subjetivas que envolvem o processo de indexação tendo-se as reflexões éticas como pano de fundo; afinal, “[e]nquanto indexadores, podemos dar voz à informação ou silenciá-la” (JACOBS, 2007, p. 165).

Apesar de o periódico *The Indexer* não ter sido capturado pelo método usado na coleta de dados, pois foi publicado antes de 1996, abrimos uma exceção e incluímos o artigo a seguir, porque trata da temática em discussão e também devido ao seu caráter prático e à riqueza de exemplos.

***Bell (1991) – Bias in indexing and loaded language***

Quando o próprio autor elabora o índice da sua obra, os pontos mais importantes apresentados no texto podem receber um tratamento diferenciado no índice, no intuito de dar-lhes maior destaque. Por outro lado, o indexador pode transmitir seus preconceitos para o índice em quesitos, como o nível de detalhamento e quantidade de espaço

direcionado a cada personagem, o que é presumivelmente injustificável e condenável, segundo Bell (1991).

Diante desse risco, Bell (1991, p. 174) sugere que, para construirmos um índice e, por sua vez, realizarmos uma boa indexação, devemos atribuir a cada tópico de assunto o mesmo nível de importância que este teve na obra. Para tanto, “[d]evemos resistir à tentação de fazer inserções jocosas que indiquem nossos julgamentos de valor, na maioria das vezes não profissionais, é claro” (BELL, 1991, p. 174). Seria possível colocarmos tal orientação em prática?

O caráter negativo da rigidez das linguagens de indexação e classificações é discutido por Bell (1994) quando ela traz à tona a questão das imposições ocasionadas pela classificação e adentra as limitações linguísticas enfrentadas na indexação.

Uma das causas de *bias* na indexação diz respeito à “[...] terminologia disponível para descrever a vida e os relacionamentos humanos: as limitações das ideias que podem ser expressas, particularmente porque nossa linguagem evolui mais lentamente do que as mudanças da sociedade” (BELL, 1991, p. 175). Dilemas ligados à linguagem envolvem questões de:

- constrangimentos sociais: onde inserir os nomes de amantes em biografias, por exemplo;
- identificação de grupos: ver exemplos relacionados aos gays na seção 2;
- implicações políticas<sup>51</sup>: escolha de termos que possam insinuar um julgamento ou a opção por princípios ou políticas específicas por parte do indexador;
- construção dos subcabeçalhos de assunto: geralmente, os cabeçalhos de assunto seguem a estrutura utilizada pelo autor no texto, mas os subcabeçalhos tendem a ser criados ou escolhidos pelo indexador, podendo viabilizar *bias*, pois o “[...] indexador torna-se autor e a nossa terminologia aponta nossas suposições” (BELL, 1991, p. 176);
- sexismo: tratamento conferido às mulheres casadas que acrescentaram o sobrenome dos cônjuges, por exemplo;
- supressão de assuntos do índice: argumentos sobre essa questão envolvem censura e vão desde supressões justificadas por diplomacia e delicadeza até supressões

---

<sup>51</sup>“É igualmente difícil lidar com a linguagem carregada, presente em textos políticos ou sociológicos – ou até mesmo históricos [...] Um termo deve ser escolhido e nenhum deles está isento de valores” (BELL, 1991, p. 176).

atribuídas à dificuldade de um leitor em ter que lidar com aquele determinado assunto na obra, então por que colocá-lo também no índice?

Diante das possíveis situações veiculadoras de *bias* na construção de índices, Bell (1991) diz que as presunções subjacentes aos sistemas de classificação e à terminologia parecem ser as mais difíceis de evitar ou mesmo de perceber.

A autora estimula, então, o leitor a pensar sobre a função da indexação quando invalida a pretensão de imparcialidade e diz: “[o] nosso trabalho consiste em indicar onde as opiniões se encontram no texto e não repeti-las, reforçá-las ou opor-se a elas” (BELL, 1991, p. 177).

### *Advances in Knowledge Organization (AKO)*

*López-Huertas e López-Pérez (2010) – Epistemological dynamics in scientific domains and their influence in knowledge organization*

López-Huertas e López-Pérez (2010) partem do pressuposto de que as circunstâncias externas que afetam as áreas de especialidades da ciência são de interesse para a organização do conhecimento. Em outras palavras, a organização do conhecimento se beneficiaria ao buscar o entendimento sobre como ocorre a produção do mesmo em uma área de especialidade, ou um domínio do conhecimento, e a maneira pela qual esse domínio interage com a sociedade e é por ela afetado<sup>52</sup>.

Para exemplificar até que ponto as especialidades científicas são influenciadas por contextos socioculturais e como isso pode influir no desenvolvimento teórico e epistemológico desses domínios, as autoras analisam os tipos de interações que há entre a sociedade e as áreas de Ciência da Informação, com ênfase em organização do conhecimento, e Psiquiatria.

Já no resumo desse texto as autoras alertam que

[a] organização do conhecimento deveria estar preocupada com essa situação e considerar esses parâmetros na construção de sistemas de organização do conhecimento de modo a criar estruturas mais próximas da realidade. Ao fazer isso, há possibilidades de encontrar e evitar a representação de *bias*es epistemológicas e teóricas nos sistemas de organização do conhecimento (LÓPEZ-HUERTAS; LÓPEZ-PÉREZ, 2010, p. 91).

---

<sup>52</sup>Ao comunicar-se com a sociedade, a ciência produz conhecimentos contextualizados que responderiam às demandas da sociedade (LÓPEZ-HUERTAS; LÓPEZ-PÉREZ, 2010).

As autoras observam que há uma pequena interação entre a produção do conhecimento, as circunstâncias externas e as demandas da sociedade nos domínios do conhecimento estudados.

López-Huertas e López-Pérez (2010, p. 95) concluem que a organização do conhecimento e os desenvolvedores dos sistemas de organização do conhecimento – catálogos, esquemas de classificação e tesouros, deveriam “[...] explorar de forma reflexiva o impacto das circunstâncias externas no domínio que será representado e organizado, tentando identificar a *bias* que cada domínio do conhecimento poderia ter.”

Essa análise reflexiva deveria ser um critério para a construção desses sistemas de organização do conhecimento, uma vez que as circunstâncias externas e a produção de conhecimento influenciam a formação epistemológica dos domínios do conhecimento (LÓPEZ-HUERTAS; LÓPEZ-PÉREZ, 2010).

Segundo esse texto, a percepção das *bias* inerentes a cada domínio do conhecimento auxiliaria na atribuição de cabeçalhos de assunto, descritores e notações de classificação mais defensáveis. Assim, ao atribuir esses conceitos, o bibliotecário se valeria de um tesouro, uma lista de cabeçalhos de assunto ou um esquema de classificação que, já na sua construção ou, posteriormente, na sua avaliação, teria levado em consideração aspectos ligados à produção do conhecimento e às influências externas que dão movimento àquele domínio em particular.

***Hjørland (2008a) – Deliberate bias in knowledge organization?***

Segundo Hjørland (2008a, p. 256), *bias* “[...] é normalmente entendida como uma palavra com uma carga negativa, como algo a ser evitado ou minimizado, por exemplo, em estatística ou em organização do conhecimento.” É com essa definição que o autor inicia o resumo deste texto, que consiste numa apreciação sobre a crítica de Feinberg (2007)<sup>53</sup> à análise de domínio.

Hjørland (2008a, p. 258) afirma que os profissionais da informação deveriam compreender que as “[...] contribuições para a produção, uso e organização do conhecimento não podem ser feitas a partir de posições neutras, fora dos conflitos do interior dos domínios.” Essas contribuições envolvem diretamente a epistemologia do domínio do conhecimento elaborada a partir da literatura gerada por seus especialistas. Nesse sentido, “Feinberg está correta: a organização do conhecimento deveria ser vista enquanto um processo de construção

---

<sup>53</sup>FEINBERG, M. Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based on Haraway's situated knowledges. **Information Research**, Sweden, v. 12, n. 4, 2007.

ativa ao invés de uma descoberta passiva [das características de um domínio do conhecimento]” (HJØRLAND, 2008a, p. 257).

Em outras palavras, ao realizarmos a indexação ou a classificação de um documento, estamos contribuindo para a construção do domínio do conhecimento no interior do qual esse documento está sendo representado. “No entanto, muitas perspectivas competem entre si dentro do domínio. Cada pesquisador, assim como cada classificador, sempre será *biased* e subjetivo [...]” (HJØRLAND, 2008a, p. 258).

O autor acredita que a organização do conhecimento tem um papel ativo nas tensões que ocorrem no domínio do conhecimento no qual ela se enquadra, contribuindo, inclusive, para o seu desenvolvimento, mas ainda há “[...] uma forte tendência na Biblioteconomia, enquanto área, de separar a si mesma dos discursos dos campos que estão sendo organizados” (HJØRLAND, 2008a, p. 258).

A análise de domínio encoraja o posicionamento do profissional que está realizando a organização do conhecimento para que ele conheça profundamente como o domínio que está sendo representado se comporta e interage entre si e com os outros domínios.

Os profissionais da informação não inventam os seus próprios critérios do nada. Na maioria das vezes, eles contam com os pontos de vista disponibilizados pela literatura. A nossa hipótese de trabalho deveria ser a de que diferentes “paradigmas” existem em todos os campos do conhecimento e de que cada paradigma se presta a objetivos e interesses diferentes e, por essa razão, a identificação e a exploração [desses paradigmas] têm a mais alta prioridade para a Ciência da Informação (HJØRLAND, 2008a, p. 260).

Observemos o exemplo a seguir:

No sistema de classificação dinamarquês “DK5”, as Ilhas Virgens estão classificadas como sendo parte da “Dinamarca” (46.5) apesar de terem sido vendidas aos EUA em 1916! Isso pode ser visto como uma “*bias*”, mas uma *bias* bem vista a partir da qual os usuários do sistema estarão interessados nessas ilhas principalmente por causa das suas relações anteriores com a Dinamarca (os livros dinamarqueses são escritos para um público dinamarquês levando em consideração essa antiga posse dinamarquesa) (HJØRLAND, 2008a, p. 260).

Nesse exemplo, Hjørland (2008a) justifica o motivo pelo qual ele critica uma das presunções amplamente aceita na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, qual seja, a padronização dos assuntos e significados sem levar em consideração o contexto de organização do conhecimento dentro do qual esse documento está representado.

De acordo com a teoria pragmática, os conceitos são definidos por critérios pragmáticos a partir de diferentes tipos de interesses [...] Qualquer aplicação de conceitos e qualquer OC [organização do conhecimento] devem considerar quais definições e relações semânticas são significativas para aquele contexto (HJØRLAND, 2008a, p. 260).

Assim, os instrumentos e os produtos de organização do conhecimento não são um reflexo passivo de ordem externa, evocando, segundo o autor, a *metáfora do espelho* do conhecimento e que se relaciona ao empirismo e positivismo. A visão oposta é a de que a organização do conhecimento deve “[...] ser funcional e, assim, refletir determinados objetivos, propósitos e valores dados. [Esta visão] [e]stá relacionada ao pragmatismo na filosofia.”

***Furner e Dunbar (2004) – The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical race-theoretic approach***

O tópico principal da discussão de Furner e Dunbar (2004) diz respeito às limitações e às *biases* inerentes aos esquemas de classificação bibliográfica no tocante às pessoas mestiças.

Furner e Dunbar (2004) explicam que as pessoas categorizam a si mesmas e aos outros a partir de alguns atributos categóricos, os quais remetem a características específicas compartilhadas por todos os integrantes desse grupo, como gênero e raça. Esses atributos são construídos socialmente e, quando selecionados para descrever uma pessoa ou um grupo, a escolha de um atributo dominante e a ordem de apresentação desses atributos revelam tomadas de decisão por parte do profissional que está categorizando. “Qual é [o atributo] que revela a essência de um homem branco gay: a sua ‘raça’, a sua ‘orientação’ ou o seu ‘sexo’? A resposta é uma questão de opinião de quem está categorizando” (FURNER; DUNBAR, 2004, p. 115).

Quando trazemos essa questão para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, ressaltamos o processo de classificação e seus instrumentos e, para destacar a presença dessas discussões na literatura, os autores declaram que

[...] desde a introdução do termo “classificação crítica” feita por A.C. Foskett (Foskett, 1971<sup>54</sup>), muitos autores em BCI [Biblioteconomia e Ciência da Informação] têm oferecido justificativas convincentes sobre a abordagem crítica que poderia ser utilizada para a identificação de *bias* onde

---

<sup>54</sup>FOSKETT, A. C. Misogynists all; A study in critical classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 15, n. 2, p. 117-121, 1971.

quer que ela ocorra e para fazer o que for possível para reduzir seus impactos (veja, por exemplo, Olson, 1998<sup>55</sup>) (FURNER; DUNBAR, 2004, p. 116).

No âmbito das classificações, Furner e Dunbar (2004) descrevem algumas características sistêmicas que poderiam oferecer desafios aos bibliotecários ao lidar com atributos categóricos ou, melhor dizendo, com as características que categorizam as pessoas. Esses desafios se dariam por causa do ponto de vista subjetivo dos criadores das classificações revelado nesses sistemas, a linearidade das classes e subclasses, bem como os métodos de divisão utilizados, os quais criam categorias mutuamente exclusivas. Esse último aspecto vem sendo discutido por Olson (2001b), como demonstramos na página 40 desta tese.

Visando oferecer subsídios para o tratamento apropriado desses atributos pelas classificações, Furner e Dunbar (2004) apresentam a Teoria Racial Crítica, que consiste

[...] na observação empírica de como o nosso mundo social está organizado e numa recomendação normativa sobre o que devemos fazer sobre isso. (1) A observação refere-se à natureza vulgarizada, universalizada e institucionalizada do racismo [...] (2) A principal recomendação da TRC [Teoria Racial Crítica] consiste em uma avaliação das estruturas racistas como moralmente insustentáveis (FURNER; DUNBAR, 2004, p. 117).

Ao analisar a Classificação Decimal de Dewey, os autores identificaram alguns pontos de melhorias e outros que poderiam ser aperfeiçoados. Furner e Dunbar (2004) concluem que a implementação de mecanismos como as referências “ver também”, bem como o aproveitamento mais aprofundado da estrutura facetada da Classificação Decimal de Dewey no que diz respeito a permitir ao usuário “transitar” pelos números das classes, subclasses e seus componentes, trariam benefícios à recuperação da informação.

***Proceedings of International Society for Knowledge Organization: Chapter for Canada and United States (NASKO)***

***Edwards (2012) – Responsibility and Bias in Soviet Classifications***

Edwards (2012) aborda a questão da *bias* sistêmica na classificação e afirma que a literatura tem-se voltado para discussões sobre como lidar com as *biases* que são inevitáveis na organização, ao invés de tentar eliminá-las.

---

<sup>55</sup>OLSON, H. A. Mapping beyond Dewey’s boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains (Dewey Decimal Classification excludes some groups). **Library Trends**, Champaign, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998.

A autora faz, então, um estudo de caso das classificações soviéticas à luz dos postulados de Donna Haraway sobre os conhecimentos situados e de três teóricos da Ciência da Informação. Edwards (2012, p. 20) conclui que:

As classificações soviéticas combinavam todas as qualificações propostas por Haraway<sup>56</sup>, Mai<sup>57</sup> e Feinberg<sup>58</sup> para assegurar classificações responsáveis, [quais sejam], reconhecimento do ponto de vista da classificação, cuidado com o argumento retórico da classificação e citação das autoridades cognitivas – e, mesmo assim, os sistemas soviéticos não podem ser chamados de responsáveis, confiáveis ou *unbiased* por causa disso.

Nós entendemos o caráter político do discurso de Edwards (2011, p. 13), principalmente quando ela afirma que: “[n]ão é simplesmente o reconhecimento de *biases* que torna uma classificação responsável, mas, sim, fazer isso em uma sociedade aberta onde os indivíduos são livres para escolher entre os sistemas de organização do conhecimento e interrogá-los no que eles discordarem.” No entanto, para colocarmos essa obra no mesmo patamar que as demais citadas nesta subseção, necessitaríamos de uma análise mais aprofundada e da explicitação dos critérios utilizados pela autora para tecer tais conclusões.

Sintetizando essa seção, concluímos que os termos escolhidos para representar o assunto de um documento, a notação de classificação a ele atribuída, seu resumo e índice correm o risco de serem construídos com *biases* em dois contextos.

Em um contexto negativo, os substitutos documentais e os instrumentos de representação de assunto introduzem *biases* “[...] quando deixa[m] de incluir diversos aspectos, desprivilegia[m] grupos e temas [...]” (OLSON, 2002b, p. 15). Assim, um substituto documental ou um instrumento de representação de assunto contendo *bias* veicularia:

- *inclinação ou tendenciosidade*, geralmente evocando crenças e princípios de quem os criou (conforme percebido nos textos de BREY, 1999, FISCHER, 2005, HJØRLAND, 2008a, JACOBS, 2007, MAI, 2010, McILWAINE, 2003, MONTESI; GIL URDICIAIN, 2005, OLSON, 1999, 2000, OLSON; SCHLEGL, 2001);

<sup>56</sup>HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, College Park, p. 575-599, 1988.

<sup>57</sup>MAI, J-E. Classification in a social world: bias and trust. **Journal of Documentation**, London, v. 66, n. 5, p. 627-642, 2010.

<sup>58</sup>FEINBERG, M. Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based on Haraway's situated knowledges. **Information Research**, Sweden, v. 12, n. 4, 2007.



- *preconceito ou desvio* (conforme percebido nos textos de BELL, 1991, FURNER; DUNBAR, 2004, KNOWLTON, 2005, LÓPEZ-HUERTAS; LÓPEZ-PÉREZ, 2010, OLSON, 1999, 2000, ROGERS, 1993<sup>59</sup> citado por FISCHER, 2005, STROTTMAN, 2007, URBIZAGASTEGUI ALVARADO, 1994<sup>60</sup> citado por FISCHER, 2005).

Já em um contexto positivo, apontam-se:

- *direcionamentos* ou *vieses* nos substitutos documentais ou instrumentos de representação de assunto visando garantir especificidade às comunidades usuárias por meio da representação de assunto (conforme percebido nos textos de HJØRLAND, 2008a, McILWAINE, 2003).

A presença de *biases* negativas ou positivas na representação de assunto é inevitável, portanto não podemos esperar que esse processo seja neutro nem que seus instrumentos sejam isentos. Essa declaração questiona uma presunção subjacente à Biblioteconomia e Ciência da Informação que será discutida a seguir: a neutralidade.

---

<sup>59</sup>ROGERS, M. N. Are we on equal terms yet? Subject headings concerning women in LCSH, 1975-1991. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 181-196, 1993.

<sup>60</sup>URBIZAGASTEGUI ALVARADO, R. Cataloging Pierre Bourdieu's books. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 19, n. 1, p. 89-105, 1994.

## 4 METODOLOGIA

*No contexto das Ciências Sociais Críticas, a metodologia é vista como inerentemente política e inerentemente ligada às questões de poder e legitimidade*

Lather, 1991, p. 110

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a sedimentação teórica da temática *bias* na representação de assunto com base na identificação e discussão crítica de um cenário conceitual a ela subjacente no universo de estudos da organização da informação. Para tanto, delineamos uma metodologia mista, de caráter exploratório e documental a partir de uma abordagem qualitativa na qual se combinam diferentes métodos e técnicas pós-estruturalistas. Mais especificamente, propusemo-nos a utilizar a Análise de Discurso Foucaultiana (FROHMANN, 1994) como metodologia de pesquisa e o método Desconstrução (OLSON, 1996, 2001a, 2002b) em documentos textuais advindos de contextos teóricos de representação de assunto.

### 4.1 Bases metodológicas

A base metodológica da presente pesquisa, que fornece a lente pela qual os dados serão analisados, decorre de autores como Frohmann (1994), Budd (2006) e Olson (1999) que, no âmbito da Ciência da Informação, fizeram uma releitura de uma análise do discurso de inspiração foucaultiana<sup>61</sup>, trazendo-a especificamente para os propósitos informacionais, com ênfase na sua organização.

Nós entendemos que a análise de discurso “[...] toma o discurso como seu objeto de análise. Seus dados são a maneira de falar: não ao que a fala se refere, mas a fala em si” (FROHMANN, 1994, p. 120).

Budd (2006, p. 73) salienta que o que diferencia a abordagem da análise de discurso Foucaultiana das demais é a promessa de que “[...] o discurso não apenas reflete as relações sociais e ações sociais; ele ajuda a construí-las.”

---

<sup>61</sup>Essa definição de base metodológica possui uma natureza deliberadamente referencial uma vez que a metodologia não decorre da obra de Foucault em si, mas, em verdade, da apropriação feita por esses teóricos da Ciência da Informação e da abordagem discursiva que tais teóricos construíram para a organização da informação.

Sendo assim, discursos “[...] no plural são os modos convencionais de falar que criam e persuadem sistemas de ideologia<sup>62</sup>, conjunto de crenças sobre como o mundo funciona e o que é natural” (JOHNSTONE, 2008, p. 29).

No sentido Foucaultiano, o discurso consiste em:

[...] uma *grade conceitual* com suas próprias exclusões e eliminações, suas próprias regras e decisões, limites, *lógica* interna, parâmetros e becos sem saída. Um discurso é o que fica submerso no consciente do autor em termos de *regras que governam a formação e transformação das ideias* em uma dispersão do agente histórico, o sujeito cognoscente (LATHER, 1991 citado por OLSON, 1999, p. 66).

A análise de discurso, sendo ela mesma um discurso e uma prática discursiva, incita controvérsias quanto à sua utilização como metodologia de pesquisa, por isso Budd (2006) exemplifica como abordagens a ela relacionadas vêm sendo utilizadas na Biblioteconomia e Ciência da Informação. O autor explica que o desafio para quem utiliza a análise de discurso em uma pesquisa de determinada área consiste em lembrar o quanto o discurso empregado na análise estará embutido no discurso da área-alvo do estudo.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, o discurso seria um conjunto de atos sérios de linguagem, (*serious speech acts*), ou seja, de atos de linguagem que já tenham passado por um crivo, teste ou confirmação de acordo com regras ou políticas de determinada instituição. Ou seja, o discurso:

[...] é análogo a um dialeto em que a natureza da informação, seus usuários e seus usos são mais ou menos mencionados explicitamente. É uma espécie de linguagem em que as concepções sobre essas questões estão em discussão; é uma linguagem para a qual as várias posições que tais concepções podem ocupar em um espaço intelectual fazem diferença. É também a linguagem de uma disciplina acadêmica e profissional específica que, apesar de suas eternas e crescentes ansiedades válidas de irrelevância, provém de espaços institucionais específicos por meio de interlocutores e distribuída por canais institucionais específicos (FROHMANN, 1994, p. 120).

No contexto da nossa metodologia, a análise de discurso foi a teoria norteadora da discussão sobre a maneira pela qual as instituições e os posicionamentos epistemológicos da organização da informação vêm tratando os objetos e as ideias referentes a ela.

Frohmann (1994, p. 121) adverte que “[...] no mínimo desde 1876 até hoje, os discursos da Biblioteconomia e Ciência da Informação têm refletido estreitas relações com

---

<sup>62</sup>Ideologia é “[...] a articulação formal de um conjunto de ideias ou proposições e a retórica utilizada para expressá-las” (BUDD, 2006, p. 73).

formas institucionais específicas que exercem e continuarão a exercer um poder sobre a informação, seus usos e usuários.” As decisões tomadas por essas formas institucionais específicas, isto é, disciplinas, organizações, associações, corporações, grupos e seus *websites*, literatura especializada e especialistas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, exercerão influências poderosas sobre os usuários.

Os trabalhos de Foucault demonstram que o que a sociedade chama de *conhecimento* é a soma de práticas e discursos construídos por meio de diferentes modalidades de poder, e não a descoberta de verdades puras (CALÁS; SMIRCICH, 1991).

Nesse sentido, Lather (1991, p. 108), utilizando um argumento pós-estruturalista, orienta que deveríamos “[...] abandonar tentativas de representar nosso objeto de investigação como ele ‘realmente’ é, independente do nosso mecanismo representacional, [e priorizar] a reflexão sobre como nós construímos aquilo que estamos investigando.”

Se lembrarmos o quanto essa análise é situacional, podemos optar por duas abordagens que Foucault utilizou em seus trabalhos: a análise arqueológica e a análise genealógica.

A análise arqueológica “[...] examina as contradições como elas ocorrem e como elas são e não como problemas a serem resolvidos ou obstáculos a serem superados” (BUDD, 2006, p. 73). Em outras palavras, ao optar por ela, descreveríamos como determinadas declarações estão dispostas.

Já a abordagem genealógica examina mais explicitamente “[...] as maneiras pelas quais o discurso reflete não somente os fundamentos objetivos do conhecimento, mas também as relações sociais baseadas no poder que definem ‘objetividade’ e tentam legitimar tais fundamentos” (BUDD, 2006, p. 74). Assim, neste trabalho tentaríamos entender o porquê de determinados fundamentos estarem dispostos como estão.

O autor alerta ainda para o fato de que ao lidarmos com profissões e o conjunto de práticas institucionais que moldam os seus discursos, não conseguiríamos ter acesso aos dados e materiais, porque muitas dessas práticas não estão disponíveis para análise.

Desse modo, e considerando que não tínhamos como objetivo procurar identificar verdades universais, mas, sim, uma outra maneira de refletirmos acerca do nosso problema de pesquisa, propusemo-nos a utilizar a Análise de Discurso Foucaultiana (FROHMANN, 1994) como metodologia, mais especificamente a sua abordagem genealógica.

Essa proposta encontrou na tese de D’Acci (1988) um exemplo concreto de como a Análise de Discurso Foucaultiana, combinada com métodos de análise de dados, pode oferecer elementos para pensar-se um mesmo tópico a partir de diversas perspectivas.

D'Acci (1988) analisou os meios pelos quais discursos patriarcais convencionais construíram os conceitos de mulher e mulheres de acordo com interesses particulares. A autora fez um detalhado estudo de caso da série de televisão feminista exibida na década de 1980, denominada *Cagney and Lacey* e, para tanto, valeu-se de diferentes métodos de análise, conforme ela mesma explica a seguir:

Enquanto uma combinação de análises teóricas, textuais, institucionais, culturais, sociais, históricas e de audiência, a dissertação elenca aspectos de mídia, cultura e de formação social que necessitam ser estudados em toda a complexidade e especificidade de suas interações. Isso não sugere que alguém não possa fazer um estudo de audiência particular ou uma análise textual e institucional. Isso é simplesmente dizer que, ao examinar produtos culturais como programas de televisão, filmes, revistas e literatura, nós precisamos entender teórica e empiricamente os meios pelos quais diversos aspectos de produção e recepção, contexto e história atuam juntos na instituição como um todo (D'ACCI, 1988, p. 504).

Uma vez alertados por D'Acci (1988) sobre a importância de examinarem-se os aspectos que atuam juntos para compor uma determinada instituição, destacamos que, por meio dos métodos apresentados nesta seção, tentaremos identificar os aspectos que dão legitimidade às práticas comumente entendidas como representação de assunto, para, então, focalizarmos nosso objetivo geral de pesquisa.

Townley (1994) ensina que, a fim de entender as instituições, temos que compreender os mecanismos de relações de poder dentro delas. Foucault considera que o poder está associado a práticas, técnicas e procedimentos. Nesse momento, é importante lembrar que os trabalhos de Foucault veiculam uma mensagem política.

O poder é relacional, não algo que se possui, e veicula três facetas distintas: suas origens (Por que), sua natureza (O que) e suas manifestações (Como).

A questão do “Como” relacionada ao poder é uma importante dimensão da política Foucaultiana. O “Como”

[...] considera as coisas como sendo contingentes e, portanto, salienta as suas mudanças. Ele permite que os efeitos do poder [...] sejam reconhecidos e trabalhados. Como tal, ele reorienta o locus da ação política e, ao fazer isso, dá oportunidade a todos de participar – nesse sentido, ele é muito produtivo (TOWNLEY, 1994, p. 18).

A autora explica que a nossa questão-chave não seria identificar como o poder<sup>63</sup> se manifesta, mas por quais meios ele é praticado. A fim de identificar os meios de prática do poder e realizar uma análise de discurso, definimos duas etapas:

- 1) Apresentar as questões auto evidentes e retornar aos postulados básicos nos quais a representação de assunto está estabelecida; e
- 2) Identificar as principais áreas do conhecimento que a representação de assunto evoca.

Ambas as etapas têm o objetivo de sinalizar como a representação de assunto se estabeleceu e vem sendo usada e quais são os seus efeitos. Em outras palavras, elas visam identificar os elementos que compõem a representação de assunto na Biblioteconomia que são tomados como verdade e revelar o que está implícito. Para tanto, são oportunas as perguntas: como os mecanismos de poder afetam a atuação dos bibliotecários no momento da atribuição de termos a um artigo científico? Quais são as presunções subjacentes à organização da informação?

Essas questões serão tratadas na próxima seção, em que faremos uma discussão do conjunto de convicções e dos recortes teóricos que fundamentaram nossa coleta e análise de dados a partir de uma postura epistêmica pós-estruturalista.

## 4.2 Postura epistêmica

A nossa opção por buscar uma metodologia e métodos no contexto das teorias críticas deu-se porque consideramos que os fatos, inclusive os fatos científicos, não nos são dados por meio das perguntas que fazemos dos eventos, mas, sim, construídos, conforme adverte Lather (1991).

Desse modo, “[t]odos os pesquisadores constroem o seu objeto de investigação com os materiais que a sua cultura fornece, e os valores desempenham um papel central nesse projeto integrado em termos linguísticos, ideológicos e históricos que chamamos de ciência” (LATHER, 1991, p. 105).

A Biblioteconomia e Ciência da Informação apresenta conceitos, como disciplinas intelectuais e acadêmicas, categorias mentais, ou a estrutura do mundo real “[...] como naturais e objetivos, como competidores em um campo epistemologicamente nivelado de teste de hipóteses, verificação, lógica e verdade” (FROHMANN, 1994, p. 132).

---

<sup>63</sup>Poder “[...] é normalmente visto como advindo e estando a serviço das instituições” (TOWNLEY, 1994, p. 7).

Na sua trajetória de pesquisa, Frohmann alerta sobre o caráter contingencial desses conceitos, as construções sociais que os moldam por meio de instituições e agenciamentos e, ainda, os problemas políticos que os mesmos podem abordar, pois, afinal, são produtos oriundos de várias disputas de poder. Concordamos com o autor e, uma vez que todos os contextos possuem limites, poderíamos escolher quais dentre estes seriam trabalhados e tentar, então, torná-los permeáveis.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que os limites são construídos, assim como as diferenças, mudanças poderão começar a ser traçadas em contextos de ações políticas.

Ações políticas estão permeadas por agenciamentos. Agenciamento, por sua vez, “[...] refere-se à habilidade de agir ou executar uma ação” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 6). Os autores explicam que o agenciamento veicula a reflexão sobre até que ponto os indivíduos podem iniciar uma ação com liberdade e autonomia, já que suas ações são orientadas pela maneira como a sua identidade vem sendo construída.

Em meados de julho de 2012, a Dr<sup>a</sup>. Olson, em um seminário sobre teorias críticas, exemplificou a questão do agenciamento: “Nós podemos criar um jardim onde as pessoas possam construir caminhos. Se outras pessoas as seguirem por um desses caminhos, o mesmo será mantido, mas se esse caminho não for utilizado, tentativas de criar ligações entre ele e os caminhos mais usados podem ser feitas, ou ele será excluído. Isso não precisa ocorrer apenas em relação ao tópico de assunto de uma determinada obra, mas pode ocorrer também nos relacionamentos entre os termos que compõem o tópico de assunto dessa obra.” A explicação de Olson pode ser observada quando, ao navegarmos por *websites* de compras na Internet, nos são sugeridos alguns produtos sob a seguinte justificativa: “Quem viu/comprou esse produto também viu/comprou os seguintes produtos.”

No contexto da representação de assunto, esses caminhos são construídos e seguidos por diferentes comunidades discursivas, o que poderia trazer à tona conceitos como diversidade e multiculturalismo. Esses conceitos têm sido evitados pela abordagem das teorias críticas, pois os mesmos não consideram a questão da diferença. Os grupos pertencentes a uma mesma comunidade usuária têm diferenças entre si. Sendo assim, por exemplo, não podemos utilizar o conceito *Feminismo* e esperar que esse domínio seja homogêneo. Não há cultura pura.

Ao procurarmos uma alternativa que não tivesse uma base teórica positivista, nos deparamos com as Teorias Críticas, o Pós-modernismo e o Pós-estruturalismo, teorias que apresentam uma ou mais maneiras de se fazer e/ou ver as coisas, ressaltando, para tanto, as diferentes perspectivas presentes em uma mesma realidade.

Sabemos das controvérsias existentes sobre essas linhas de pensamento, mas entendemos que essas teorias têm como foco comum interrogar suposições tomadas como verdades e rejeitam o conceito de uma representação sem pressuposição, uma vez que tal representação é politicamente indesejável e filosoficamente impossível (AGGER, 1991).

A Teoria Crítica é a mais política das três teorias citadas. Desenvolvida originalmente no contexto da Escola de Frankfurt, foi construída com o objetivo de “[...] explicar por que a revolução socialista prevista por Marx em meados do século XIX não ocorreu como o esperado” (AGGER, 1991, p. 107). O autor explica que os teóricos dessa escola de pensamento criticam o Positivismo baseando-se no argumento de que o mesmo reproduz o *status quo* e inspira conformidade em relação às leis que regem a sociedade e a economia. Como método, a Teoria Crítica estimula os pesquisadores a questionar suas próprias verdades.

O Pós-modernismo, por sua vez, é “[...] o processo de re teorização de objetos e experiências da vida cotidiana sob a luz da modernidade, uma guinada histórica na maneira como o mundo e as possibilidades de agenciamento humano são concebidos” (LATHER, 1991, p. 121). O Pós-modernismo, visto como uma abordagem ligada principalmente à Estética, institui que não precisamos ter o mesmo estilo ou apenas um estilo. Essa teoria rejeita grandes narrativas e reflete sobre *o fazer*, mais especificamente sobre a sociedade, cultura e história (AGGER, 1991). Para Agger (1991), o Pós-Modernismo é uma teoria antirreducionista e pluralista que destaca a natureza contextual, histórica e política dos objetos e experiências.

Na Biblioteconomia, por exemplo, podemos identificar um traço pós-moderno quando, ao utilizarmos mais de um esquema de classificação ou mais de um catálogo, temos dois ou mais sistemas trabalhando juntos, cooperando e sobrepondo-se.

Optamos por utilizar um método advindo do Pós-Estruturalismo para análise dos dados desta pesquisa, porque o Pós-Estruturalismo veicula uma postura epistêmica composta por uma vertente crítica e uma abordagem teórica. O Pós-Estruturalismo, enquanto uma teoria sobre o conhecimento e a linguagem,

[...] completa a crítica de Frankfurt à Ciência, mostrando que podemos ler todo tipo de textos não discursivos como argumentos retóricos a um determinado estado de ser social. Ao dar atenção aos subtextos da apresentação literária da Ciência (por exemplo, agradecimentos, práticas de citação, revisões de literatura preliminares, uso de número e figura, como as seções de discussão/conclusão de um artigo científico são estruturadas, notas no final do texto, notas de rodapé, apêndices etc.), o Pós-Estruturalismo auxilia a ler e a democratizar a Ciência (AGGER, 1991, p. 120).



Considerando o poder e o caráter contingencial do conhecimento e da linguagem, Lather (1991, p. 111) esclarece que:

O Pós-Estruturalismo substitui a visão pós-Kuhniana de que a linguagem é transparente, assim como a visão dos teóricos críticos de que a linguagem é uma disputa ideológica travada no campo de jogo da dialética. Elevando os riscos de objetivação e as inadequações da dialética, o pós-estruturalismo exige uma reflexão radical sobre as nossas estruturas de interpretação, uma vez que adentramos a transição Foucaultiana de *paradigma* para *discurso*, com foco na ontologia do pesquisador e na epistemologia do processo da escolha paradigmática, para um foco na produção de linguagem na construção dos objetos de investigação.

Dessa forma, o Pós-Estruturalismo sugere que os procedimentos metodológicos podem ser abertos e descritos de uma maneira que não seja puramente técnica, postura que adotamos nesta seção.

Algumas vertentes pós-estruturalistas defendem que existe um conjunto de verdades universais, mas nós defendemos que cada domínio do conhecimento constrói as suas próprias formas simbólicas<sup>64</sup>, e não uma verdade singular, e essas formas simbólicas refletem os discursos que as permeiam.

Quando se fala em conjunto de verdades, evocamos os conceitos advindos do Essencialismo, que entende que “[...] um grupo, uma categoria ou uma classe de objetos tem uma ou muitas características exclusivas a todos os membros daquela categoria” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 74). O Essencialismo é composto por essências enquanto “coisas que têm o potencial de” e são inatas, independentes, imutáveis, universais, ou seja, o contexto, não as modifica. Considerando que, assim descrito, o Essencialismo não refletiria a realidade dos diversos indivíduos pertencentes a uma ou a várias comunidades discursivas, Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007, p. 75), ao interpretar os trabalhos de Gayatri Spivak, explicam a importância do Essencialismo estratégico, pois:

[...] em diferentes períodos o emprego das ideias essencialistas podem ser uma parte do processo por meio do qual o colonizado alcança o sentido renovado do valor e da dignidade das culturas pré-coloniais [por exemplo] e, por meio disso, a nova nação pós-colonial emergente afirma-se a si mesma.

---

<sup>64</sup>Formas simbólicas são as construções que compõem o mundo, isto é, as construções que concedem ao mundo e à sociedade a sua forma. Por exemplo, os mitos e a linguagem são formas simbólicas que modelam a maneira pela qual o mundo será interpretado, assim como o racismo, a irracionalidade etc. (CORNELL; PANFILIO, 2010).

O essencialismo estratégico nega a existência de um discurso universal, mas valoriza algumas formulações essencialistas. No caso do exemplo acima, as formulações essencialistas poderiam ser percebidas a partir das lutas de libertação, “[...] dos efeitos das opressões coloniais e neocoloniais” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 74). Olson e Fox (2012) explicam que, para colocar o essencialismo em perspectiva, Spivak o subverteu, tornando as essências negociáveis.

No contexto de uma postura epistêmica pós-estruturalista, o método eleito para analisar os documentos textuais teóricos eleitos para esta pesquisa foi a Desconstrução.

### 4.3 Método

Acreditamos que a Desconstrução ofereceria elementos suficientes para cumprirmos as duas etapas apresentados na página 76, ou seja, 1) apresentar as questões auto evidentes e retornar aos postulados básicos nos quais a representação de assunto está estabelecida, e 2) identificar as principais áreas do conhecimento que a representação de assunto evoca.

Para cumprirmos esses passos, desconstruímos declarações encontradas em um texto que trata do momento em que o bibliotecário atribui um termo como tópico de assunto a um documento. Ao focarmos nas *biases* que podem ocorrer nesse momento, apresentaremos elementos para pensarmos sobre como lidar com os seus limites.

Para desconstruirmos o nosso tópico de pesquisa, elegemos uma oposição binária que julgamos melhor ilustrar o conteúdo que extraímos das declarações textuais analisadas. Sendo assim, o que desconstruímos não foram as *biases* na representação de assunto, mas, sim, a oposição binária oriunda da análise de textos sobre esse tópico.

Um pesquisador, por exemplo, poderia propor-se a aplicar o método de desconstrução no *website* da instituição Online Computer Library Center (OCLC) com o objetivo de verificar as instituições e as relações de poder que dão forma ao OCLC. Nesse caso, o pesquisador não estaria desconstruindo a OCLC, mas as oposições binárias extraídas de um recorte textual e veículo mantido pela OCLC. Após uma leitura atenta, esse pesquisador poderia eleger as seguintes oposições binárias: “universalização *versus* necessidades locais”, “autoridade e padronização *versus* obediência” ou, ainda, “conectividade *versus* independência e isolamento”, as quais seriam discutidas a partir da comparação entre trechos extraídos do *website* e trechos da literatura, de dicionários ou de entrevistas. Aqui, a análise do OCLC poderia ser entendida como um estudo de caso.

Uma vez que optamos por esse método, estamos esclarecendo que não fomos neutros. A partir do tópico de pesquisa – *biases* na representação de assunto, buscamos entender e exemplificar, por meio de ferramentas apropriadas, que uma declaração ou uma representação pode sofrer alterações porque ela é construída.

Assim, o nosso objetivo não foi reconstruir nenhuma realidade permanentemente, mas mostrar que há outras maneiras de se pensar e que existem posturas epistêmicas as quais oferecem subsídios para desmistificar algumas realidades tomadas como verdade. Desse profícuo campo de análise emergirão questões como: quem tem o poder de manter ou mudar um determinado discurso?

Ao aplicarmos o método de desconstrução, esperávamos entender o porquê de as coisas estarem construídas da maneira como estão, para, então, oferecermos uma possibilidade de resposta, e não uma resposta singular.

Olson (1996, p. 76-77) explica que:

As oposições binárias são o foco do processo de desconstrução. A desconstrução mostra que as oposições binárias são construídas, não inatas. Elas são constituídas por oposições aparentemente opostas, que são caracterizadas pelo termo *différance* utilizado de Jacques Derrida. *Différance* combina as palavras *difference* (diferença) em francês e *defer* [adiamento] [...] Isto é, os componentes de uma oposição binária são definidos por meio das diferenças entre si, mas a desconstrução mostra que essa diferença não pode ser fechada, em última análise. Ou seja, a definição é permanentemente *adiada*. Assim, a desconstrução não destrói as oposições binárias, mas revela como elas são construídas sob areias movediças.

Binariedade, ou oposição binária, significa a combinação de duas coisas, um par, um dualismo, mas, como esse termo é utilizado por diferentes áreas do conhecimento, ele acaba adquirindo significados muito específicos. Apresentamos algumas definições para ajudar-nos a entender o que é binariedade.

A primeira referência à binariedade foi feita pelo linguísta estruturalista francês Ferdinand de Saussure, que afirma que os signos não têm significados por meio da simples referência a objetos reais, mas por meio da sua oposição a outros signos. Cada signo apresenta em si mesmo a função de um binário entre o significante, o ‘referente’ ou imagem acústica da palavra, e o significado. Saussure assegura que, embora a conexão entre o significante e o significado seja arbitrária, (isto é, na natureza não há nenhuma necessidade da existência de uma ligação entre a palavra ‘cachorro’ e o significado cachorro), uma vez que ela é estabelecida, a conexão torna-se fixa para todo mundo que fala aquela língua (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 18).

Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007) explicam que, apesar de os signos assumirem significados a partir de suas diferenças em relação a outros signos, as oposições binárias consistem na forma de diferença mais extrema possível. As oposições binárias compõem um sistema binário que, por sua vez, contribui com a construção cultural da realidade.

Assim,

[o] problema desses sistemas binários [sol/lua; homem/mulher; nascimento/morte; preto/branco] é que eles suprimem espaços ambíguos ou intersticiais entre as categorias opostas, de modo que qualquer área de sobreposição que possa surgir [digamos, entre as categorias mulher/homem, criança/adulto ou amigo/inimigo] torna-se impossível de acordo com a lógica binária e uma área tabu no contexto de experiência social (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 18).

As oposições binárias figuram como verdadeiras sementes no processo de desconstrução, principalmente ao realçarmos que cada binário representa uma relação hierárquica entre um conceito dominante e um dominado.

Olson e Fox (2012, p. 92) explicam que, quando identificamos os binários, “[...] o foco muda para a descoberta de traços do outro, o conceito subordinado, em textos relevantes.” As autoras fornecem alguns exemplos de oposições binárias que permeiam a organização da informação:

- Coleta *versus* Dispersão
- Controle de Autoridade *versus* Controle de acesso
- Interoperabilidade *versus* Compatibilidade
- Conformidade *versus* Contextualização
- Cooperação internacional *versus* Globalização
- Estabelecimento de uma organização do conhecimento *versus* Usuários

Feitos os devidos esclarecimentos e exemplificações, podemos dizer que a desconstrução revela

[...] o *outro* e esvazia a hierarquia. O outro está frequentemente escondido textualmente nas notas de rodapé, à parte ou implícito na definição do *one*. A obscuridade da fronteira entre o *one* e o *outro* oculta a existência do *outro* e, portanto, a íntima relação dos dois (OLSON, 2001a, p. 3).

Cornell (1992) explica que as ideias de Jacques Derrida nos apontam não apenas o porquê e o modo da presença do *outro* em um sistema, mas também revelam uma mensagem ética subjacente a essa demonstração. Ao invertermos os binários e, conseqüentemente, as

relações de poder entre eles, perceberemos traços hierárquicos, assim como a presença do *outro*.

A Desconstrução “[...] não inverte os binários simplesmente ou substitui a estrutura antiga por uma nova estrutura. De preferência, ela mostra a estrutura antiga, a estrutura dominante, o núcleo, enquanto uma realidade construída” (OLSON, 2001a, p. 5).

Para construir uma abordagem desconstrutivista adequada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, Olson (2001a) baseou-se em trabalhos de mesma natureza relacionados a profissões de educação fundamentadas nas Ciências Sociais (LATHER, 1991), Direito (CORNELL, 1992) e nos estudos das organizações (CALÁS; SMIRCICH, 1991).

Olson (2001a) sugere que, para realizarmos uma desconstrução, podemos nos guiar por três etapas dinâmicas e de fronteiras tênues:

- 1) Identificação das oposições binárias;
- 2) Descentralização das oposições binárias;
- 3) Transcendência das oposições binárias.

Para realizar essas etapas, enquanto pesquisadores assumimos o papel de sujeito cognoscente (*knowing subject*), mantendo, assim, um posicionamento bem próximo ao nosso objeto de pesquisa. Essa decisão foi tomada considerando que este seria o paradigma epistemológico que beneficiaria esta pesquisa; afinal, “[c]ada modalidade de conhecimento pressupõe um tipo de relação entre sujeito e objeto e, dependentemente dessa relação, temos conclusões diferentes” (SEVERINO, 2007, p. 108).

A primeira etapa - *identificação das oposições binárias* - auxiliaria a percepção de fronteiras no tocante à representação de assunto. Como estávamos lidando com textos, utilizamos a técnica do *close reading* de acordo com as orientações fornecidas por McClennen (2001). O objetivo da aplicação dessa técnica é a observação dos fatos e detalhes de um texto ao “lê-lo mais de perto”. Nós lemos os textos na íntegra, mas poderíamos ter escolhido um trecho ou uma seção específica dos artigos para aplicar a técnica.

Em um primeiro momento, observamos “[...] todas as características marcantes do texto, incluindo os recursos retóricos, os elementos estruturais, as referências culturais; ou [...] apenas características selecionadas do texto, por exemplo, oposições e correspondências particulares, ou referências históricas” (KAIN, 1998).

Em um segundo momento, interpretamos essas observações utilizando o raciocínio indutivo, isto é, passamos:

[...] da observação de fatos particulares e de detalhes para uma conclusão ou interpretação baseada nessas observações. E, assim como o raciocínio indutivo, a leitura atenta requer uma coleta cuidadosa de dados (suas observações) e uma reflexão cuidadosa sobre o que esses dados significam (KAIN, 1998).

Como resultado dessa primeira etapa, obtivemos a oposição binária que será o nosso objeto de discussão.

Para realização da segunda etapa – *descentralização das oposições binárias*, elegemos trechos significativos do nosso documento eleito, os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD). Os referidos recortes textuais foram comparados com definições extraídas do Dicionário Aulete. Essas definições foram utilizadas toda vez que percebemos que o leitor se beneficiaria desse recurso. Essa técnica é chamada *iteração* e consiste em tirar o “texto original” do seu contexto e apresentar definições e significados desse mesmo texto, de modo a identificar significados presentes nas entrelinhas. Assim, a duplicidade presente no discurso será realçada, ou seja, as diferentes definições mostrarão que os textos, as escritas e as palavras são polissêmicos, e que “[...] a interpretação padronizada dos significados dentro de uma comunidade de conhecimento particular, por exemplo, de estudiosos, é apenas um limite arbitrário imposto à escrita, que nem sempre obtém êxito em limitar os significados” (CALÁS; SMIRCICH, 1991, p. 569).

A análise dos trechos extraídos dos recortes textuais e das definições extraídas do dicionário, ou seja, a intertextualização, nos oferecerá os argumentos necessários para explicar os binários e identificar possíveis premissas e presunções que têm permeado a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir dos FRSAD.

Assim, para descentralizarmos uma oposição binária, nós a desestabilizamos “[...] revertendo a relação hierárquica entre suas duas partes. O resultado será que o *one* não estará mais no centro e os *others* nas margens” (OLSON, 2001a, p. 4).

A terceira etapa – *transcendência das oposições binárias* consiste na apresentação de uma sugestão ou um ponto de partida que negociaria os limites das oposições binárias identificadas e examinadas nas etapas anteriores.

Olson (1996, 2001a, 2002b) tem adotado o conceito de *filosofia do limite* desenvolvido por Drucilla Cornell para negociar os limites das oposições binárias. Cornell (1992) “[...] focaliza as fronteiras construídas ou limites entre o dominante *one* e o *outro* como local para negociar-se uma relação diferente entre os dois” (OLSON, 2001a, p. 5).

Olson (2001a) acredita que, ao invés de criarmos novos padrões de organização da informação, deveríamos seguir as orientações de Cornell (1992) e desenvolver *techniques*<sup>65</sup> que tornem os limites dos nossos sistemas de informação permeáveis.

Assim, “[e]ssas *techniques* podem ser construídas a partir de trabalhos notáveis e contínuos de identificação de limites” (OLSON, 2001a, p. 20). A autora lembra que essas *techniques* poderiam trazer apenas benefícios locais, parciais e temporários.

A *transcendência das oposições binárias* é uma etapa opcional, isto é, deverá ser inserida ou não na pesquisa de acordo com os objetivos estabelecidos. Ressaltamos que a nossa pesquisa não pretende estender-se a essa etapa.

A estrutura utilizada para discussão desta tese encontra-se sintetizada a seguir:

**Quadro 2** – Estrutura da discussão desta tese

Subseção da tese	Material	Técnicas
3.3 e 3.4 <i>Bias</i> na representação de assunto	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Literatura nacional e internacional sobre organização da informação</li> <li>– 19 artigos científicos eleitos de um total de 66 artigos selecionados na coleta de dados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Close reading</i></li> </ul>
5.1 Identificação da oposição binária	<ul style="list-style-type: none"> <li>– 19 artigos científicos eleitos de um total de 66 artigos selecionados na coleta de dados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Close reading</i></li> </ul>
5.2 Descentralização da oposição binária	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Relatório final dos FRSAD publicado em 2010 pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Close reading</i></li> <li>– Iteração</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora baseado na estrutura utilizada por Olson (1996, p. 88)

Enquanto a Análise de Discurso Foucaultiana (FROHMANN, 1994) ampliará o nosso entendimento sobre como os grupos dominantes e oprimidos são cúmplices ao manter a rede de poder/conhecimento na qual estamos todos envolvidos, a Desconstrução (OLSON, 1996, 2001a, 2002b) demonstrará que, ao identificarmos a presença do *one (mainstream)* e invertermos os binários, poderemos caracterizar os indícios hierárquicos e, talvez, encontrar um espaço de negociação para a presença do *other*.

Todos os critérios utilizados para compor uma metodologia de pesquisa impõem limites, mas no contexto de uma postura epistêmica pós-estruturalista, é importante ressaltá-los. O *corpus* eleito para coleta de dados e extração da oposição binária limitou-se aos artigos publicados em um conjunto de periódicos científicos em língua inglesa entre 1996 e 2010.

Optamos por utilizar o método Desconstrução e essa escolha possibilitou que apresentássemos a discussão pós-estruturalista desejada. É importante destacarmos que

<sup>65</sup>Mantivemos o termo em francês para preservar o significado do conceito, que engloba técnicas e tecnologias.

haveria outras maneiras de analisar esses mesmos dados. A abordagem fenomenológica poderia ter sido uma opção metodológica para observarmos como os bibliotecários realizam a representação de assunto em seu cotidiano, assim como o método de Análise de Conteúdo poderia ter sido uma alternativa para a análise dos artigos científicos, mas o método Desconstrução configurou-se como o mais apropriado para os propósitos desta tese.

É importante esclarecer que nos valem de documentos públicos para promover a discussão almejada por esta tese e oferecemos uma interpretação desses recursos. Por esse motivo, os discursos analisados – incluindo o nosso, são passíveis de diferentes interpretações.



## 5 OPOSIÇÃO BINÁRIA E OS FRASAD: uma discussão

Para justificar nosso terreno discursivo – a literatura científica publicada e revisada pelos pares – adotamos, assim como Fairclough<sup>66</sup>, o conceito de ordem do discurso de Foucault para nos referirmos a: “[...] um conjunto de práticas discursivas associadas a domínios sociais particulares ou instituições (por exemplo, a palestra, o seminário, a orientação e a conversa informal em uma instituição acadêmica), e as fronteiras e relações entre eles” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 12)

Partimos da premissa de que essas práticas teóricas são práticas de poder ligadas às instituições, e de que a teoria “[...] apresenta a própria retórica de autoidentidade uma disciplina, deixando um indício discursivo de seus sonhos e aspirações, e um registro explícito e autoconsciente de como ela gostaria de ser cobiçada, concebida, imaginada e lembrada” (FROHMANN, 1994, p. 122). Como a literatura científica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, enquanto registro das teorias de uma área de especialidade, foi o terreno discursivo escolhido como fonte para a nossa coleta de dados, consideramos que tal amostra atuaria como um indicador dos movimentos teóricos e conceituais que estão moldando a representação de assunto nos dias de hoje.

### 5.1 Identificação da oposição binária

Para identificarmos a literatura específica referente às *biases* na representação de assunto, elegemos os seguintes periódicos especializados em organização da informação referentes ao período entre 1996 e 2010: CCQ, EIT<sup>67</sup>, JDoc, Journal of Information Ethics (JIE), JASIST, KO e The Indexer.

Como fontes de pesquisa, utilizamos também os anais de eventos da AKO (1991, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010), os anais da NASKO (2007, 2009 e 2011) e a ARIST (Annual Review of Information Science and Technology (1996-2010).

Para a coleta de dados, delineamos um domínio conceitual composto pelos seguintes termos: *bias(es)*, *biased*, *misrepresent(ation)*, *prejudice*, *preconception*, *assumption*, *presumption* e *stereotype*. Esse domínio conceitual foi objeto de busca nas áreas de maior conteúdo informativo de cada artigo, a saber, título, subtítulo, resumo e palavras-chave.

---

<sup>66</sup>Norman Fairclough é um dos fundadores e principais representantes da teoria denominada *Critical Discourse Analysis* (CDA). A CDA tem o objetivo de evidenciar as ligações entre poder e linguagem por meio de análises textuais e intertextuais.

<sup>67</sup>A coleta de dados no EIT deu-se entre os anos de 1999 e 2010, pois esse periódico foi criado em 1999.

Foram excluídos da análise textos, como introdução, comunicações breves, editoriais, instruções para os autores, anúncios e resenhas, por não terem a estrutura formal de um artigo científico. Esse método de coleta de dados revelou-se exaustivo e eficiente também quando utilizado em Milani (2006, 2007) e Guimarães (2007).

De modo a contextualizar cada material que foi fonte da coleta de dados, apresentamos a seguir uma breve caracterização baseada nas informações disponibilizadas pelos seus próprios *websites* e pelos de suas editoras.

A CCQ é um periódico profissional bastante respeitado na área de Biblioteconomia por suas abordagens acerca da criação, conteúdo, gerenciamento, uso e usabilidade dos registros bibliográficos. O periódico publica pontos de vista de uma ampla gama de indivíduos, apresentando contribuições a todas as vertentes da área. Aos catalogadores, por exemplo, a revista disponibiliza formação teórica e soluções potenciais para os problemas cotidianos da atuação; por sua vez, os bibliotecários do serviço público contam com discussões sobre o uso atual do registro bibliográfico e sobre a importância do *feedback* do usuário aos criadores de sistemas de catalogação; já para os administradores, a CCQ explora os complexos elementos da organização de bibliotecas e, aos professores das escolas de Biblioteconomia, ela oferece um meio para a publicação de pesquisas, bem como uma fonte de materiais para os estudantes.

A revista foi publicada pela Taylor & Francis, Inc., Philadelphia, Estados Unidos, e atua desde 1981 como um foro de discussão para a área de organização bibliográfica, especialmente no tocante ao tratamento descritivo e temático da informação.

Alguns de seus artigos não contêm resumos, começando diretamente pela introdução, e, nesses casos, foram considerados apenas os outros campos de busca propostos para coleta de dados. Outra peculiaridade é que a CCQ começou a utilizar palavras-chave em 1999 no volume 27 número 1/2. A coleta de dados foi feita na base de dados da sua editora.

A EIT dedica-se ao avanço do diálogo entre a moral, a filosofia e o campo das tecnologias de informação e comunicação. O objetivo da revista é contribuir, por meio de reflexões e análises, com respostas relacionadas a questões éticas, sociais e políticas ligadas à adoção, ao uso e ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

A EIT, distribuída trimestralmente pela Springer Netherlands, Dordrecht, Alemanha, foi criada em 1999 e, desde então, vem atuando como o único periódico que traz exclusivamente informações sobre as dimensões sociais e éticas das tecnologias de informação e comunicação. A coleta de dados na EIT deu-se por meio da base de dados SCOPUS.

O JDoc publica artigos relativos a metodologias de pesquisa, história da informação, disciplinas relacionadas à informação, inclusive acerca de questões educacionais, currículos e relações entre os estudos acadêmicos e às práticas profissionais. A revista oferece ao seu público – educadores, pesquisadores e estudantes avançados em ciências da informação, profissionais da informação, teóricos e atuantes em áreas relacionadas à informação – um conteúdo de alta qualidade científica a partir da garantia de um rigoroso processo de revisão, uma vez que a mesma é publicada pela Association for Information Management – ASLIB.

A ASLIB foi fundada em 1924 (como Association for Special Libraries and Information Bureaux – Londres, Inglaterra) e tem como máxima trabalhar para aqueles comprometidos com a coleção, tratamento e disseminação da informação. A associação tem como principais missões: a) estimular o conhecimento dos benefícios de um bom gerenciamento de recursos e valores informacionais; b) representar os interesses do setor informacional em questões de importância nacional e internacional, desde *copyright* e proteção de dados até o papel desempenhado pelas revistas científicas; e c) fornecer uma gama de produtos e serviços informacionais. Para cumprir essas propostas, a ASLIB realiza consultorias, publicações, treinamentos e recrutamentos. Os membros da ASLIB são companhias do setor público e privado, organizações, profissionais e estudantes interessados em suas abordagens.

O JDoc, uma das fontes gerenciadas pela ASLIB, é distribuído pela Emerald e possui um fator de impacto ISI 1,447 (Journal Citation Reports 2010). O JDoc, iniciou suas publicações em 1945, atuando tradicionalmente na produção de literatura até os dias atuais. As palavras-chave foram inseridas no JDoc a partir do volume 59, em 2003. A coleta de dados nesse periódico foi realizada por meio do sistema de busca da editora Emerald.

O JIE, distribuído semestralmente pela McFarland, Jefferson, Estados Unidos, começou a ser publicado em 1992. Esse periódico tem como foco os desafios éticos que surgiram com o advento da Internet e das tecnologias de informação e comunicação, e apresenta reflexões propostas por teóricos da Ciência da Informação a partir de abordagens amplas e transdisciplinares. O JIE lida com questões éticas em todas as áreas de produção e disseminação da informação ou do conhecimento. A coleta de material no JIE deu-se por meio da base de dados SCOPUS.

O JASIST atua como um foro internacional para pesquisas em transferência de informação e processos de comunicação em geral e, especialmente, no contexto dos registros do conhecimento. O JASIST aborda temas que incluem a produção, registro, armazenamento, representação, recuperação, apresentação, manipulação, disseminação, uso e avaliação da

informação, bem como os instrumentos e técnicas que envolvem esses processos. Há uma forte ênfase nas questões sobre novas tecnologias e metodologias para análises textuais. A proposta desse periódico é publicar trabalhos empíricos, experimentais, etnográficos, conceituais, históricos, sócio-tecnológicos, político-analíticos e de natureza crítico-teórica.

O JASIST é respaldado pela American Society for Information Science and Technology – ASIS&T, associação criada em 1937 e que, até 1970, se denominava American Documentation Institute. Estabelecida em Washington, a ASIS&T é voltada aos profissionais da informação que buscam teorias, técnicas e tecnologias para melhorar o acesso à informação. Seu objetivo é promover um intercâmbio visando à ampliação das habilidades desses indivíduos e o desenvolvimento de uma rede profissional da área que lhes proporcione aprimoramento da carreira e envolvimento em postos de liderança na sociedade e na comunidade da informação. A ASIS&T possui membros oriundos de mais de 50 países, bem como abriga cerca de 56 Divisões e 20 Grupos de Interesses Especiais (SIGs) nos Estados Unidos e exterior, entre eles o Grupo de Pesquisa em Classificação (SIG-CR).

O JASIST, distribuído pelo John Wiley & Sons, Inc., apresenta fator de impacto ISI 2,137 (Journal of Citation Reports 2010) e um longo período de produção. Inicialmente era intitulado American Documentation (20 volumes publicados trimestralmente entre 1950 e 1969) sob a responsabilidade da American Society for Information Science. Em 1970, começou a ser publicado com o título Journal of the American Society for Information Science (JASIS) e, até o ano 2000, foram publicados 30 volumes sob a responsabilidade de John Wiley & Sons, Inc. A partir de 1998, no seu 50º aniversário, a JASIS passou a publicar 14 números por ano. Diante dos novos contextos, demandas e mudanças na área de Ciência da Informação, a partir de 2001 e no volume 52, a revista acrescenta o termo *technology* ao seu título. A coleta de dados no JASIST foi feita por meio do SCOPUS.

A ASIS&T também é responsável pela série ARIST, considerada uma revista de referência pela comunidade da Ciência da Informação e distribuída pela Information Today, Inc. Publicada anualmente, a ARIST engloba, em um âmbito geral, questões relacionadas à Ciência da Informação e Tecnologia, mas os tópicos variam a cada volume, de modo a acompanhar o dinamismo da disciplina e a diversidade das perspectivas teóricas e aplicadas.

Desde 1966 até os dias de hoje, a ARIST vem fornecendo ao leitor “uma visão analítica, autorizada e acessível das tendências recentes e desenvolvimentos significativos” de tópicos importantes sobre temas tradicionais da Ciência da Informação (exemplos fornecidos pelo seu *website* oficial são bibliometria e recuperação da informação), ao mesmo

tempo em que vem expandindo sua área de ação no sentido de estabelecer uma relação mais estreita entre a Ciência da Informação e suas comunidades acadêmicas e profissionais.

Nas seções da ARIST encontram-se revisões acadêmicas sobre variados tópicos e tendências nos campos da ciência da informação e tecnologia, tendo como objetivo apresentar o “estado da arte” de cada área focalizada. Para tanto, segundo o site da própria ASIS&T: “a orientação e período de cobertura de cada seção varia, dependendo da especialidade do autor e de o assunto já ter sido ou não tratado previamente pela ARIST. Em caso afirmativo, o período de cobertura abrange o que ocorreu entre a última abordagem do tema e a atual.”

A coleta de dados na ARIST foi feita da seguinte maneira: de 1996 a 2001, na base de dados Library, Information Science & Technology Abstracts (EBSCO) e de 2002 a 2009, na base de dados da editora Wiley Online Library. Realizamos uma busca manual na publicação de 2010 utilizando o acervo da Biblioteca da University of Wisconsin-Milwaukee. Destacamos que os artigos pertencentes à ARIST não apresentam resumos, exceto os publicados no volume 35.

A ISKO foi criada no dia 22 de julho de 1989, em Frankfurt, Alemanha<sup>68</sup>, com a missão de unir nacional e internacionalmente membros pessoais e institucionais interessados na pesquisa, desenvolvimento e aplicação de todos os métodos de organização do conhecimento em campos gerais ou particulares, integrando, especialmente, a aproximação das pesquisas em classificação e inteligência artificial. Visando cumprir o proposto, a ISKO tem o objetivo de: a) promover a pesquisa, desenvolvimento e aplicações de sistemas de organização do conhecimento no que diz respeito ao avanço de abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas de ordenação do conhecimento; b) fornecer aos seus membros meios e redes de comunicação acerca da organização do conhecimento; c) funcionar como um elo entre as instituições e sociedades nacionais, trabalhando com problemas relacionados à organização conceitual e ao processamento do conhecimento.

O KO, um dos periódicos oficiais da ISKO desde 1989, foi fundado em 1973 por um grupo de consultores representantes das regiões mundiais com o nome de International Classification. Iniciou suas publicações em 1974 e, em 1993 (Volume 20), seu título passou a ser Knowledge Organization. O periódico é distribuído bimestralmente pela editora Ergon-Verlag desde 1981 e apresenta fator de impacto ISI 0,552 (Journal of Citation Reports 2009).

O KO, cujo conteúdo é voltado à teoria do conceito, classificação, indexação e representação do conhecimento, vem atuando como um foro para todos os interessados em

---

<sup>68</sup>ANNOUNCEMENT. The foundation of the International Society for Knowledge Organization Frankfurt, 22 July 1989. **International Classification**, Frankfurt, v. 16, n. 2, p. 71-72, 1989.

organização do conhecimento em escala universal ou em domínios específicos, utilizando, para tanto, abordagens conceitual-analíticas ou conceitual-sintéticas, bem como metodologias quantitativas e qualitativas. A KO tem exercido um papel de plataforma comum de discussão de questões de experiência teórica além de problemas de aplicação prática em diversas áreas. A revista destina-se a universidades, escolas, bibliotecas e centros de informação dedicados à Ciência da Informação e Biblioteconomia, profissionais e interessados de qualquer área que desejarem manter-se atualizados sobre questões que envolvam organização do conhecimento e problemas de ordenação nos dias de hoje. A coleta de dados na KO deu-se por meio da SCOPUS.

A ISKO também é responsável pela série AKO, que é composta pelos anais de seus eventos internacionais que acontecem nos anos pares. Até o momento, a ISKO Internacional realizou 12 eventos internacionais, dos quais resultou a seguinte produção científica: Anais – 1 e 2 (1991, Darmstadt), 3 (1991, Roma), 4 (1994, Copenhagen), 5 (1996, Washington), 6 (1998, Lille), 7 (2000, Toronto), 8 (2002, Granada), 9 (2004, Londres), 10 (2006, Viena), 11 (2008, Montréal) e 12 (2010, Roma). Os anais 13 (2012, New Delhi) não compõem o nosso *corpus* de análise. A AKO é distribuída pela Ergon-Verlag e a coleta de dados nessa fonte foi feita manualmente.

Ressaltamos que os trabalhos acadêmicos completos que compunham as sessões “plenary sessions”, “keynotes” “address” e “workshop” foram objeto da presente pesquisa. Não consideramos os trabalhos em forma de pôster, quando assim especificados, uma vez que apenas seus resumos constam nos anais.

A NASKO, que publica os anais dos eventos da divisão norte-americana da ISKO, foi outra série analisada. Até o momento, realizaram-se quatro eventos, dos quais resultaram os seguintes anais: 2007 (Toronto), 2009 (Syracuse), 2011 (Toronto) e 2013 (Milwaukee). A coleta de dados nos anais do NASKO, exceto os referentes ao evento de 2013, foi realizada manualmente, pois os mesmos encontram-se disponíveis na Internet.

O periódico *The Indexer* busca cobrir a vertente temática da representação do conhecimento por meio de artigos que contribuam com discussões acerca das novas tecnologias no âmbito dos instrumentos dos indexadores, englobando assim todos os pontos relacionados à realização desse processo. Estimulante e, algumas vezes provocativo, *The Indexer* é uma leitura essencial para qualquer pessoa envolvida com acessibilidade e apropriação do conhecimento.

*The Indexer* tem o apoio da Society of Indexers, uma organização sem fins lucrativos fundada em 1957, no Reino Unido, por um grupo de indexadores profissionais autônomos

cujo objetivo era o de promover a qualidade da indexação como processo e como profissão. Criado em 1958 pela Society of Indexers, The Indexer é distribuído bimestralmente e tem atuado como um foro de discussão na área de indexação, o que não havia até aquele momento. A coleta de dados no The Indexer deu-se por meio da base de dados Library Literature & Information Full Text.

Durante a coleta de dados, cada incidência dos termos objetos de busca na literatura examinada gerou uma ficha de registro. Os termos foram encontrados nos seguintes campos dos artigos científicos:

**Quadro 3 – Incidências do domínio conceitual nos campos dos artigos**

<b>Termo</b>	<b>Título</b>	<b>Subtítulo</b>	<b>Resumo</b>	<b>Palavra-chave</b>
Bias(es)	6	1	39	7
Biased	0	0	14	0
Misrepresentation	0	0	1	0
Prejudice	1	0	3	0
Preconception	0	0	1	0
Assumption	0	1	8	0
Presumption	0	0	2	0
Stereotype	1	0	4	0
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>72</b>	<b>7</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora

Dos 4912 artigos científicos selecionados, 66 foram obtidos integralmente e extraídos para análise. O quadro seguinte apresenta as fontes desse material:

**Quadro 4 – Fontes de coleta de dados**

<b>Fonte</b>	<b>Volumes</b>	<b>Números</b>	<b>Artigos publicados</b>	<b>Artigos coletados</b>
CCQ	20 (n. 4) – 49 (n. 2)	93	703	8
EIT	1 – 12	48	323	14
JDoc	52 – 66	85	479	5
JIE	5 – 19	30	234	1
JASIST	47 – 61	200	1862	23
KO	23 – 37	53	208	4
The indexer	20 – 28	34	330	1
AKO	1 – 12	12	626	8
NASKO	1 – 3	3	46	2
ARIST	36 – 43	8	101	0
<b>TOTAL</b>		<b>566</b>	<b>4912</b>	<b>66</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora

Considerando o número relativamente pequeno de artigos científicos selecionados e o fato de os dados quantitativos serem indicativos e não conclusivos, não atribuiremos nenhum tratamento estatístico ao *corpus* coletado.

Após aplicação da técnica de *close reading* em cada um dos 66 artigos científicos, percebemos que apenas 19 deles referem-se a *biases* na representação de assunto propriamente ditas. Foi a partir da leitura dos 19 artigos selecionados, os quais foram discutidos na subseção 3.4, que identificamos o seguinte conjunto de oposições binárias:

**Quadro 4** – Oposições binárias construídas a partir dos 19 artigos científicos selecionados

Neutralidade	Interesses especiais
Neutralidade	Direcionamento
Espelho	Compromissado
<i>Mainstream</i>	Domínio
Conveniência na classificação	Limitações
Fortalecer o status quo	Expor questões
Bibliotecas como extensões de suas instituições	Bibliotecas como promotoras de educação política

**Fonte:** Elaborado pela autora

Ao sintetizarmos as oposições binárias acima, elegemos uma que ilustraria a discussão crítica que estamos propondo nesta tese. Desse modo, a oposição binária que será descentralizada será “neutralidade *versus* interesses especiais”, isto é, de um lado temos a crença do bibliotecário na não interferência de seus valores morais em busca de uma suposta imparcialidade e, de outro lado, a necessidade de um julgamento de valor deste mesmo profissional visando melhor representar comunidades usuárias específicas.

A seguinte declaração feita por Olson (2002b): *os problemas relacionados ao ato de nomear nos catálogos de bibliotecas envolvem, primeiramente, o papel daqueles rótulos ao refletir valores sociais e a falta de neutralidade desse processo* reforça oposição binária por nós selecionada.

A oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais” será descentralizada em um contexto teórico que engloba a representação de assunto.

Olson (1996) baseou-se em Smith (1990)<sup>69</sup> ao escolher os contextos a serem discutidos em sua tese, pois seu objetivo era verificar a oposição binária “universalidade *versus* diversidade” da teoria à prática de representação de assunto. Da mesma forma, seguimos Olson (1996) para propor a nossa estrutura de discussão, mas usando uma oposição binária e

<sup>69</sup>SMITH, D. E. **The Conceptual Practices of Power: a Feminist Sociology of Knowledge**. Boston: Northeastern University Press, 1990.



um documento textual diferentes; afinal, passaram-se dezesseis anos desde a investigação da autora e os problemas na organização da informação apresentam agora outras facetas.

A seguir, discutiremos o que denominamos *contexto teórico da representação de assunto*, em que descentralizaremos a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais” valendo-nos dos FRSAD. Tal exercício possibilitaria futuras comparações com os postulados de Olson (1996, 2002) que, ao aplicar o mesmo método pós-estruturalista, sinalizou premissas e presunções que se referem aos teóricos Melvil Dewey e Charles A. Cutter e seus instrumentos.

## 5.2 Descentralização da oposição binária

*São nas margens das nossas identidades  
culturais que a mudança poderá acontecer*

Olson, 2000, p. 67

Partimos da máxima de que o objetivo da Biblioteconomia e Ciência da Informação é promover o acesso à informação por meio da construção de pontes temáticas entre os usuários e os documentos registrados e socializados. Para tanto, os bibliotecários valem-se dos instrumentos de representação de assunto. Uma vez que confirmamos na seção 3 dessa tese que a presença de *biases* nos instrumentos de representação de assunto é inevitável, perguntamo-nos: enquanto instrumentos de representação de assunto, os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD) contêm *biases*?

Para possibilitar essa discussão, identificamos a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais”. Consideramos esses binários significativos e aptos para auxiliar-nos a realçar alguns aspectos que dão legitimidade às práticas comumente entendidas como representação de assunto.

Descentralizamos<sup>70</sup> essa oposição binária em um contexto teórico que integra a representação de assunto – o modelo conceitual FRSAD, o qual foi publicado em 2010 pela IFLA com o objetivo de oferecer orientações sobre como representar os assuntos dos documentos com foco nas necessidades dos usuários. Essas diretrizes visam atingir um caráter referencial internacional e não se configuram como uma norma, padrão ou instrumento para a

---

<sup>70</sup>Particularidades do método podem ser consultadas na subseção 4.3.

representação de assunto. É importante ressaltar que a nossa autoridade para discutir esse modelo conceitual advém do próprio texto dos FRSAD.

Da expressão *foco nas necessidades dos usuários* emanam conceitos como:

Igualdade – Universalidade – Multiculturalismo

Quando falamos em igualdade, universalidade e multiculturalismo estamos tratando de uma presunção da Biblioteconomia que, nesta tese, denominamos neutralidade.

Em contrapartida, o binário *interesses especiais* evoca conceitos como:

Equidade – Diversidade – Diferenças

A partir das reflexões sobre as leituras que fizemos para compor a metodologia desta pesquisa, identificamos algumas orientações para conduzirmos a análise de discurso desejada, as quais se encontram em negrito alinhadas à esquerda e precedendo cada estrato desta subseção. O objetivo não é limitar a discussão a um esquema de perguntas e respostas, mas demarcar o porquê da escolha de tais recortes textuais como sendo representativos para a descentralização dos binários eleitos.

### ***Espaço institucional no qual o discurso fundamenta suas declarações***

Na página inicial do seu *website*, a IFLA declara-se como “[...] o principal grupo internacional que representa os interesses dos serviços informacionais, das bibliotecas e de seus usuários. Ela é a voz global da profissão de biblioteconomia e informação” (IFLA, 2013).

Fundada em uma conferência na Escócia em 1927 e registrada na Holanda em 1971, a IFLA é uma organização internacional, não-governamental e sem fins lucrativos que conta com mais de 1500 membros em aproximadamente 150 países. Seus objetivos consistem em promover o fornecimento e prestação de serviços informacionais e biblioteconômicos de alto padrão, estimular um amplo entendimento do valor desses serviços e representar os interesses de seus membros em todo o mundo<sup>71</sup>. Para tanto, a IFLA define seu núcleo axiológico nos seguintes termos:

---

<sup>71</sup>Os membros da IFLA são provenientes de associações nacionais, internacionais e institucionais e têm direito a voto nas eleições e reuniões, enquanto os afiliados pessoais, que são os profissionais liberais da área, não o têm. Muitas parcerias foram estabelecidas com corporações e também com organizações não governamentais durante esses anos de atuação da IFLA. A organização se mantém com o pagamento da anuidade de seus membros, venda de suas publicações, doações de corporações e financiamentos de agências governamentais.

- 1) Apoio aos princípios de liberdade de acesso à informação, ideias e obras da imaginação e liberdade de expressão conforme descrito no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- 2) Crença de que as pessoas, comunidades e organizações *necessitam de acesso universal e equitativo à informação*, ideias e obras da imaginação para seu bem-estar social, educacional, cultural, democrático e econômico;
- 3) Convicção de que oferecer serviços biblioteconômicos e informacionais de alta qualidade contribui para garantir esse acesso;
- 4) Compromisso em viabilizar que todos os membros da Federação possam participar e beneficiar-se de suas atividades independentemente de nacionalidade, deficiência, origem étnica, gênero, localização geográfica, língua, filosofia política, raça ou religião (IFLA, 2013, grifos nossos).

O conjunto de valores éticos que a IFLA designa como sendo seu núcleo axiológico é amplo, visando englobar as principais máximas que envolvem a Biblioteconomia. No entanto, ao adotar essa perspectiva abrangente, ela priva seus leitores de uma reflexão importante sobre as necessidades informacionais dos usuários da biblioteca.

Para fundamentar nosso argumento, iniciamos focalizando os termos contidos no item 2, no qual a IFLA afirma sua crença de que *as pessoas, comunidades e organizações necessitam de acesso universal e equitativo à informação*. Conforme explicado na subseção 4.3 desta tese, a fim de realizar a iteração valemo-nos de uma comparação entre os trechos significativos do documento eleito e os verbetes/definições extraídos do Dicionário Aulete (2014). Sendo assim, destacamos:

**Universal: 1.** Que compreende todas as coisas, que se estende a tudo ou a todos, que é aplicável a tudo (sufrágio universal); GERAL. [...] **5.** Que não é específico; que atende a diversas necessidades, situações etc. (padrão universal). **6.** Que tem o caráter de generalidade abstrata, que compreende tudo; que se estende a tudo ou a todos, que é aplicável a tudo; ABSOLUTO (DICIONÁRIO..., 2014).

Quando se tem como objetivo fomentar o *bem-estar social, educacional, cultural, democrático e econômico* dos usuários possibilitando a eles o acesso à informação, o termo *universal* torna-se inapropriado. Os usuários não se beneficiariam de acessos com *caráter de generalidade abstrata, que compreende tudo*. Apesar disso, a universalidade vem sendo tomada como uma verdade pouco discutida.

Olson (2002b, p. 18) exemplifica essa presunção da universalidade quando diz que a Classificação Decimal de Dewey foi construída “[...] sob a inquestionável presunção de que a

universalidade não é apenas desejável, mas necessária. Essa universalidade caracteriza-se pelo foco em favor da semelhança, não da diferença e diversidade.”

O item 2 do núcleo axiológico da IFLA seria mais representativo se mencionasse o papel-chave do bibliotecário ao promover o acesso e a apropriação de informações levando em consideração os interesses especiais dos usuários de uma biblioteca.

**Interesse:** [...] **2.** Aquilo que é útil, de importância concreta. **3.** Qualidade do que prende a atenção. [...] **7.** O que é bom, importante para algo ou alguém (interesse nacional, interesse da comunidade). **8.** Atenção inspirada pela curiosidade. **9.** Empenho, cuidado, diligência a favor de algo ou alguém. **10.** Sentimento que nos inspira cuidado de uma pessoa ou de uma coisa (DICIONÁRIO..., 2014).

**Especial:** **1.** Que não é geral, mas específico, particular. **2.** Que é exclusivo para uma pessoa ou um grupo de pessoas. **3.** Que é próprio de uma espécie. **4.** Que tem aplicação específica; Específico; Peculiar. **5.** Que é fora do comum. **6.** Que tem um significado particular (para alguém); Extraordinário. **7.** Que oferece vantagens que não são comuns. **8.** Diz-se de pessoa com necessidades especiais. **9.** Diz-se do que é voltado para o estudo de aspectos específicos de uma área de conhecimentos (DICIONÁRIO..., 2014).

Afirmar que nosso foco estaria *naquilo que é útil, de importância concreta e que não é geral, mas específico, particular* significa que as necessidades informacionais das comunidades usuárias de uma determinada biblioteca guiarão a atuação profissional de seus bibliotecários, influenciando nas decisões relacionadas tanto à formação de coleções e representação de assunto como ao ambiente físico e ações culturais.

Consta no núcleo axiológico da IFLA que as pessoas necessitam do acesso não só universal mas também equitativo à informação.

**Equidade:** **1.** Reconhecimento de que os direitos são iguais para todos, expresso em julgamento, ação, atitude etc.; EQUIVALÊNCIA; IGUALDADE. Antôn.: diferenciação, distinção. **2.** Característica de quem ou do que revela senso de justiça, imparcialidade; ISENÇÃO; NEUTRALIDADE. Antôn.: iniquidade, injustiça. **3.** P.ext. Lisura, correção no modo de agir ou opinar; HONESTIDADE; INTEGRIDADE (DICIONÁRIO..., 2014).

Para o contexto da representação de assunto, a definição de *equidade* deveria englobar apenas o conceito de *equivalência*, pois o conceito de *igualdade* ou *o reconhecimento de que os direitos são iguais para todos* anula a importância dos interesses especiais de cada comunidade usuária e desconsideraria a presença do *outro* no catálogo da biblioteca. Em

síntese, para a representação de assunto, *equidade* significaria fazer os mesmos esforços para dar voz às várias comunidades discursivas que utilizam a biblioteca. A conotação *imparcialidade* na atuação bibliotecária, principalmente na representação de assunto, é um mito e evoca a crença na neutralidade.

**Neutralidade:** 1. Qualidade ou condição de quem se mantém neutro. 2. Qualidade do que ou de quem revela imparcialidade. [...] (DICIONÁRIO..., 2014).

A neutralidade não se configuraria como algo almejado pela representação de assunto simplesmente porque não é um conceito aplicável a um processo que envolve escolhas e tomadas de decisões constantes.

### *A quem é dado o direito de falar?*

Dentre as diversas seções que compõem a IFLA, destacaremos a Seção de Classificação e Indexação, cujo objetivo é atuar como um foro para os produtores e usuários dos instrumentos de classificação e indexação, mediando a troca internacional de informações sobre os métodos de promoção de acesso por assunto.

Os interesses da Seção de Classificação e Indexação envolvem desde a busca de padronização da utilização dos instrumentos de classificação e indexação pelas instituições que criam ou importam registros bibliográficos, até a orientação e desenvolvimento de pesquisas sobre *assunto* e divulgação dos seus resultados. Nesse contexto, alguns profissionais têm autoridade para criar, atualizar e avaliar instrumentos de padronização, enquanto outros têm autoridade para aplicá-los.

Houve alguns eventos importantes até a divulgação do relatório final do modelo conceitual FRSAD em 2010, os quais se encontram sintetizados no panorama histórico a seguir:

- 1997: Um grupo de estudiosos da IFLA desenvolve um modelo conceitual definindo as entidades e os relacionamentos existentes no universo bibliográfico, denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR);

- 1999: A IFLA estabelece um grupo de estudos para aprofundar os trabalhos do FRBR no tocante às entidades descritas nos registros de autoridades<sup>72</sup> e, então, desenvolver um modelo conceitual voltado aos registros de autoridade, denominado *Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR);
- 2004: O FRANAR apresenta o modelo conceitual *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), cuja principal função é
- [...] fornecer uma estrutura de análise dos requisitos necessários ao tipo específico de dado de autoridade que ampara tanto o controle de autoridade quanto o compartilhamento internacional de dados de autoridade. O foco do modelo está nos dados independentemente de como eles podem ser apresentados (FRSAD, 2010, p. 6).
- 2005: A seção de Classificação e Indexação da IFLA estabelece o *Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR) com o objetivo de aprofundar as reflexões sobre os dados de autoridade de assunto;
- 2009: O FRSAR divulga o esboço do modelo conceitual FRSAD com o objetivo de receber comentários e sugestões;
- 2010: O modelo conceitual FRSAD é disponibilizado pela IFLA e publicado pela editora De Gruyter Saur como uma das obras das *IFLA Series on Bibliographic Control*.

O histórico da criação do modelo conceitual FRSAD demonstra que seu processo de construção foi cuidadoso, aberto e transparente. Entretanto, não temos maiores informações sobre até que ponto intervenções, seja algum comentário ou sugestão, de pessoas ou instituições que não pertencem à comunidade da IFLA tenham sido levadas em consideração. Caso isso tenha ocorrido, a IFLA teria, de fato, dado voz às pessoas fora do *mainstream* da Biblioteconomia em sua iniciativa. Mesmo assim, o direito de falar teria sido concedido às pessoas que compreendem a língua inglesa e têm acesso às publicações da IFLA, mas essa já é uma outra questão.

---

<sup>72</sup>Nesse contexto, dados de autoridade (*authority data*) consistem “[...] no conjunto de informações sobre uma *pessoa, família, pessoa jurídica* ou *obra* cujo nome seja utilizado como base para [a criação de] um ponto de acesso controlado de citações bibliográficas ou registros de um catálogo de biblioteca ou arquivo bibliográfico” (FRSAD, 2010, p. 6).

### *Situações que incitaram o discurso*

Discussões que envolvem a representação de assunto em bibliotecas são temas recorrentes em eventos científicos e profissionais, edições de diversos periódicos e livros porque tratam do cerne da atuação bibliotecária: a organização da informação. Ocorre que a maneira pela qual se realiza o processo de representação de assunto é, por natureza, subjetiva e apenas isso já seria motivo suficiente para estimular a produção de diferentes discursos, oficiais ou não, sobre tal processo.

Os instrumentos utilizados para realizar a representação de assunto, a adaptação ou mesmo a tradução deles para aplicação em bibliotecas são questões que têm motivado muitas discussões. Por outro lado, durante a elaboração desta tese, observamos que, no tocante às ocorrências de substitutos documentais contendo algum preconceito, existem poucos materiais para uma fundamentação teórica e menos ainda para abordagens práticas. Tal evidência leva-nos a crer que, provavelmente, os bibliotecários não acreditem ou não valorizem o fato de que esses substitutos documentais possam causar prejuízos a alguma comunidade usuária e, talvez, até afastá-la da biblioteca.

Uma outra justificativa para a escassez dessa temática na literatura seria a adoção de diferentes tradições de pesquisa em representação de assunto e, além disso, a constatação de que diferentes línguas usam termos diferentes para discutir dilemas iguais ou semelhantes dentro de uma área do conhecimento. Por esse motivo, tentativas de promover um diálogo internacional, como os FRSAD, são imprescindíveis para a questão de representação de assunto.

Dito isso, destacamos que, em princípio, não houve alterações no universo bibliográfico por causa da publicação dos FRSAD. O que a denominada “família FRBR”<sup>73</sup> (FRBR, FRAD e FRSAD) fez foi apresentar ao mundo uma “[...] estrutura sistemática e coerente para a compreensão da natureza desses dados. A estrutura também proporciona uma terminologia e uma linguagem conceitual comuns e de fácil reconhecimento internacional” (OLIVER, 2011, p. 34).

Oliver (2011) ressalta que a mudança de perspectivas almejada por esses modelos conceituais focaliza as necessidades de quem utilizará os dados bibliográficos (usuários) e a

---

<sup>73</sup>Não podemos deixar de mencionar a existência da Resource Description and Access (RDA) que “[...] é uma aplicação dos modelos conceituais FRBR e FRAD. A RDA não é, em si mesma, um modelo conceitual, mas, antes, um conjunto de instruções práticas baseadas nos modelos FRBR e FRAD. Estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções” (OLIVER, 2011, p. 17). Por tratar especificamente dos dados descritivos ou de forma do documento, não discutiremos esse instrumento de catalogação neste momento.

soma de dados bibliográficos e de autoridades em grandes catálogos e bases de dados, não em registros isolados (cooperação).

Essas novas perspectivas retomam antigas discussões sobre a representação de assunto, como a presença de comunidades usuárias nas bibliotecas e não de apenas um público usuário, e a cooperação e adaptação local dos registros catalográficos.

### ***Campo prático no qual o discurso é desenvolvido***

Nos FRBR, as entidades<sup>74</sup> foram divididas em três grupos e, posteriormente, cada um foi aprofundado por um modelo conceitual específico.

Os FRBR são responsáveis por oferecer orientações sobre o Grupo 1, no qual as entidades são definidas como produtos de esforços intelectuais ou artísticos que são nomeados ou descritos nos registros bibliográficos, quais sejam, obra<sup>75</sup>, expressão<sup>76</sup>, manifestação<sup>77</sup> e item<sup>78</sup>.

Os FRAD aprofundaram as orientações sobre o Grupo 2, em que as entidades são aquelas responsáveis pelo conteúdo intelectual e artístico, a produção física e disseminação ou custódia das entidades do Grupo 1. As entidades que compõem o Grupo 2 são: pessoa<sup>79</sup>, coletividade (entidade)<sup>80</sup> e família<sup>81</sup>.

Os FRSAD, objeto de discussão desta subseção, oferecem orientações sobre o Grupo 3, no qual as entidades representam um grupo adicional de entidades que atuam como assuntos das obras: conceito<sup>82</sup>, objeto<sup>83</sup>, evento<sup>84</sup> e lugar<sup>85</sup>.

Os especialistas responsáveis pela criação dos FRSAD foram divididos em dois grupos: ao primeiro subgrupo coube a tarefa de relatar as ações dos usuários em sua busca de documentos (i.e., recuperação da informação por assunto); o segundo subgrupo ficou

<sup>74</sup>**Entidade:** “Algo que possui um caráter unitário e autônomo; algo que tem existência independente ou separada; uma abstração, conceito ideal, objeto de pensamento ou transcendental” (MulDiCat, 2012, p. 125).

<sup>75</sup>**Obra:** “Criação intelectual ou artística distinta (isto é, o conteúdo intelectual ou artístico)” (MulDiCat, 2012, p. 206).

<sup>76</sup>**Expressão:** “Realização intelectual ou artística de uma obra.” (MulDiCat, 2012, p. 138).

<sup>77</sup>**Manifestação:** “Concretização física de uma expressão de uma obra.” (MulDiCat, 2012, p. 161).

<sup>78</sup>**Item:** “Exemplar individual de uma manifestação.” (MulDiCat, 2012, p. 149).

<sup>79</sup>**Pessoa:** “Indivíduo ou uma identidade individual estabelecida ou adotada por um indivíduo ou grupo.” (MulDiCat, 2012, p. 178-179).

<sup>80</sup>**Coletividade (entidade):** “Organização ou grupo de pessoas e/ou organizações que se identifica por determinado nome e atua, ou pode atuar, como uma unidade.” (MulDiCat, 2012, p. 112).

<sup>81</sup>**Família:** “Duas ou mais pessoas relacionadas pelo nascimento, casamento, adoção ou outro estado legal semelhante, ou que, de outro modo, se apresentam como uma família.” (MulDiCat, 2012, p. 141).

<sup>82</sup>**Conceito:** “Noção ou ideia abstrata.” (MulDiCat, 2012, p. 188).

<sup>83</sup>**Objeto:** “Coisa material.” (MulDiCat, 2012, p. 176).

<sup>84</sup>**Evento:** “Ação ou ocorrência.” (MulDiCat, 2012, p. 135).

<sup>85</sup>**Lugar:** “Localização, espaço.” (MulDiCat, 2012, p. 180).



responsável por explorar as entidades de assunto e seus relacionamentos (i.e., processo de representação do assunto), inclusive as postuladas pelos FRBR.

### ***Quem tem acesso ao discurso?***

Para esse modelo conceitual, os usuários dos dados de autoridade de assunto são os profissionais da informação que criam e mantêm tais dados, os que criam e mantêm os metadados, os intermediários (como os bibliotecários de referência, por exemplo) e os usuários finais.

Um exemplo de como os usuários finais teriam acesso ao conteúdo do modelo ou quais ações poderiam ser promovidas nesse sentido não foram apresentados.

No Brasil, atualmente, quem tem acesso a esse discurso são as pessoas interessadas em representação de assunto, que utilizam o *website* da IFLA e têm proficiência em língua inglesa.

### ***Posicionamentos em que o texto coloca seus sujeitos***

O foco do modelo FRSAD está no *aboutness* (a obra ‘tem como assunto...’ - relação definida nos FRBR”) (FRSAD, 2010, p. 10).

Há outras abordagens no tocante à representação de assunto que poderiam ter sido escolhidas para orientar esse modelo conceitual, mas, ao optar por *aboutness*<sup>86</sup>, o modelo posiciona-se: *o assunto de um documento é sobre um tópico específico*.

O próprio texto esclarece esse posicionamento quando diz que, em relação a *aboutness*, haveria dois caminhos a seguir: o nominalismo (ou idealismo, segundo Hjørland), que afirma que não é possível que um documento “tenha assuntos” ou “seja sobre um assunto”:

[...] *aboutness* não deveria ser considerado como uma propriedade das obras, mas sim como uma relação construída por uma pessoa específica em um período específico entre um conjunto específico de obras e uma expressão

<sup>86</sup>A literatura que trata do *aboutness* também discute o *ofness*. *Ofness* pode ser entendido como o assunto de um tópico específico, geralmente utilizado na indexação de imagens (por exemplo, são atribuídas diferentes *tags* a uma imagem publicada em uma rede social que vão desde descrições mais amplas da imagem até especificações de onde a foto foi tirada ou mesmo o que ela significa para o autor). “Uma pintura do pôr-do-sol sob São Francisco [...] pode ser analisada como sendo (genericamente) ‘de’ pores-do-sol e (especificamente) ‘de’ São Francisco, mas também ‘sobre’ a passagem do tempo” (FRSAD, 2010, p. 11). Os FRSAD podem ser aplicados a situações em que as declarações de *ofness* compõem as representações de assunto.

linguística específica (por exemplo: um nome ou um rótulo) (FRSAD, 2010, p. 11).

Por sua vez, o realismo considera que os assuntos dos documentos existem separadamente das expressões linguísticas utilizadas para comunicá-los. Os FRSAD tentam isentar-se quando mencionam a existência de outros pontos de vista sobre a questão do *aboutness*, mas não nos dizem quais seriam eles.

Vejamos a afirmação a seguir:

Provavelmente seja justo dizer que a maioria das pessoas envolvidas nas tarefas de criação de esquemas de classificação bibliográfica, na indexação de documentos de acordo com tais esquemas e no uso destes como instrumentos para encontrar os tipos de documentos desejados, atua de acordo com premissas compatíveis com alguma versão da perspectiva realista (FRSAD, 2010, p. 11).

Sob nosso ponto de vista, o grupo escolheu alguns posicionamentos que moldaram a construção dos FRSAD. Percebemos uma postura filosófica aristotélica (paradigma hierárquico) na maneira pela qual o grupo estruturou o seu texto, quando poderia tê-lo feito em outro formato (mapa conceitual, por exemplo); na perspectiva do *aboutness*, quando poderia ter escolhido a análise facetada de Ranganathan, por exemplo; e quando se valeu de uma orientação norte-americana voltada para uma reflexão focada na construção de substitutos documentais.

Apesar de ser possível identificar esses ou outros posicionamentos nos FRSAD, o grupo FRSAR afirma que não tomou nenhuma posição filosófica sobre a natureza do *aboutness*, mas a observou a partir do ponto de vista do usuário.

### ***O que é reconhecido como válido***

Os FRSAD (2010, p. 9) foram construídos com o objetivo de amparar as seguintes ações dos usuários:

**Encontrar** um ou mais assuntos e/ou suas designações, que corresponda(m) aos critérios estabelecidos pelos usuários, usando-se atributos e relacionamentos;

**Identificar** um assunto e/ou suas designações baseando-se em seus atributos ou relacionamentos (i.e., para distinguir entre dois ou mais assuntos ou designações com características similares e para confirmar a adequação do assunto ou da designação);

**Selecionar** um assunto e/ou sua designação adequada às necessidades do usuário (i.e., escolhê-la ou rejeitá-la baseando-se nas solicitações e necessidades do usuário);

**Explorar** relacionamentos entre os assuntos e/ou suas designações (i.e., explorar os relacionamentos visando entender a estrutura de um domínio de assunto e sua terminologia).

É na última ação que os FRSAD diferenciam-se dos demais modelos conceituais da família FRBR, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 5 – Ações do usuário**

FRBR	FRAD	FRSAD
Encontrar	Encontrar	Encontrar
Identificar	Identificar	Identificar
Selecionar		Selecionar
Obter		
		Explorar
	Contextualizar	
	Justificar	

Fonte: FRSAD (2010, p. 35)

Os criadores dos FRSAD (2010, p. 46, grifos nossos) acreditam que:

[...] ‘*explorar*’ é uma generalização de ‘contextualizar’ e expressa melhor a ação do usuário de *browsing*, informar-se, tornar-se familiarizado e descobrir.

Segundo o Dicionário Aulete, *explorar* significa:

[...] **2.** Submeter a análise, pesquisa, testes etc.: *explorar um novo remédio*. **3.** Investigar, estudar para conhecer, **entender**: *explorar os mistérios da mente*. [...] **6.** Desenvolver ou aproveitar o potencial ou a possibilidade de: *Com a dança pôde explorar os movimentos do corpo*: *Explore melhor o seu dom de escrever* (grifo nosso em negrito).

O conceito de *explorar* aqui exposto não é inédito, uma vez que remonta a uma discussão levantada por Cutter quando ele postulou a *conveniência do público*.

Olson (2001b, p. 641) explica que “[a] lógica utilizada por Cutter para a criação de um vocabulário controlado introduz uma aparente imposição democrática de que o catálogo deveria ser construído para a conveniência do público ao qual ele serve.” Esse público seria composto por um público singular com uma maneira própria de buscar informação.

Cutter empregou a expressão *the users* nas suas *Regras para um Catálogo Dicionário* publicadas em 1904. Ao utilizar o artigo *the* antes do substantivo, o autor dá indícios de que considera a existência de outros grupos de usuário, mas em suas reflexões ele recorre ao conceito do usuário majoritário. Essa perspectiva de comunidade singular “[...] exclui aqueles que são diferentes alguma maneira [...]” (OLSON, 2001b, p. 642)

Na abordagem de Cutter, o usuário já frequenta a biblioteca, então devemos nos perguntar: a qual usuário os FRSAD se referem?

Concluimos que os FRSAD também mencionam o usuário que já frequenta a biblioteca. O próprio modelo afirma que a inspiração para adicionar a tarefa “explorar” às ações dos usuários deu-se a partir de investigações que demonstraram que os usuários valem-se dos metadados dos vocabulários controlados para navegar pelo sistema de recuperação da informação, assim como para explorar os relacionamentos entre os termos dos registros bibliográficos. Estratégias para chegar ao usuário que ainda não frequenta a biblioteca não são comentadas.

Para os usuários que já fazem uso da biblioteca, os dados de autoridade de assunto podem ser utilizados para explorar um domínio do conhecimento, por exemplo:

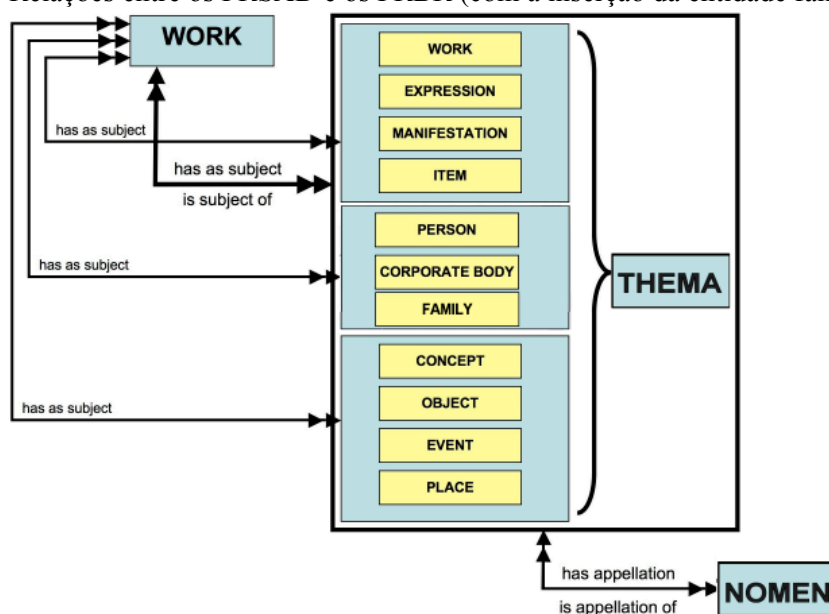
[...] o usuário A está usando os dados de autoridade de assunto para explorar como o domínio {ciência da computação} está representado no contexto do *American Society for Information Science and Technology (ASIS&T) Thesaurus* (FRSAD, 2010, p. 37).

O modelo não oferece detalhes sobre como seria a exploração de um domínio do conhecimento pelo usuário. Essa é uma iniciativa promissora no sentido de promover espaços de negociação para enxergar-se o *outro* dentro da biblioteca, porque, ao entender que os domínios do conhecimento são construídos, o usuário poderia pensar sobre a sua posição de *one* e, conseqüentemente, a existência do *outro*; ou, então, perceber a sua posição de *outro* e tentar negociar seu direito à voz naquela biblioteca.

### ***Conceitos ou objetos que o texto cria***

As orientações dos FRSAD aos bibliotecários no sentido de guiar os usuários a encontrar, identificar, selecionar e explorar os registros bibliográficos tratam de dois aspectos principais: as entidades e os relacionamentos utilizados para representar os assuntos dos documentos. Analisemos a figura a seguir:

**Figura 1** – Relações entre os FRSAD e os FRBR (com a inserção da entidade família do FRAD)



Fonte: FRSAD (2010, p. 15).

Essa figura demonstra quais são as entidades que poderiam ser utilizadas para representar os assuntos (*thema*<sup>87</sup>) de um documento (*work*). *Thema* é

[...] qualquer entidade usada como assunto de uma obra (FRSAD, 2010, p. 15).

O grupo FRSAR tomou a decisão de evitar qualquer estrutura de subclasses predefinida baseando-se, segundo seus integrantes, em estudos de usuários, revisão de literatura e análises independentes. Segundo esse grupo,

[p]arece **não haver uma categorização universal** de *themas* e qualquer tentativa de atestar uma limitaria necessariamente a usabilidade de um modelo geral. Será necessária uma implementação particular para definir as categorias ou tipos de *themas*. Dessa maneira, as entidades do grupo 3 do FRBR são apenas um conjunto possível (FRSAD, 2010, p. 46, grifo nosso).

Primeiramente, é um avanço depararmos com a declaração de que não existe uma categorização universal. As categorias sintetizam os assuntos de um documento em alguns tópicos de assunto, mas não há um conjunto de categorias fixas e universais para fazê-lo. Nesse sentido, o grupo deu um passo à frente dos outros instrumentos.

<sup>87</sup>Os termos *thema* (plural *themata* ou *themas*) e *nomen* (plural *nomina* ou *nomens*) foram trazidos do latim porque não têm outros significados na área de organização da informação e não requerem traduções. Ao valerem-se do latim como língua neutra, os criadores dos FRSAD pressupõem isenção quando, na verdade, não estão utilizando uma língua neutra. O latim é a língua utilizada por Aristóteles, por exemplo, e os preceitos filosóficos postulados por esse filósofo figuram como uma maneira de olhar a representação de assunto.

Ao apresentar esse argumento, os FRSAD corroboram a crença na necessidade do controle de vocabulário para a representação de assunto. A literatura internacional vem publicando várias pesquisas que investigam a folksonomia ou a utilização de descritores livres para a descrição de documentos, mas esses movimentos não foram mencionados.

Para representar os assuntos utilizando as entidades – obra, expressão, manifestação, item, pessoa, coletividade, família, conceito, objeto, evento, lugar e tempo<sup>88</sup> – os profissionais valem-se dos *nomens*. *Nomens* são

[...] qualquer sinal ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos, som etc.) pelo qual um *thema* é conhecido, referem-se ou dirigem-se a ele (FRSAD, 2010, p. 15).

Cada *thema* possui seus atributos, que variam de acordo com o contexto da obra que está sendo representada. Os FRSAD consideram como atributos mais gerais os tipos de *thema* e notas de escopo<sup>89</sup>. Os tipos de *thema* são as categorias às quais os *nomens* pertencem.

No Apêndice B dos FRSAD, o grupo menciona algumas categorias, como tópico, nomes pessoais (como assunto), nomes coletivos (como assunto), geografia, períodos, títulos e eventos, que pertencem à lista de cabeçalhos de assunto facetada *Faceted Application of Subject Terminology*.

As medidas de recuperação da informação (especificidade e exaustividade) vêm à tona quando os FRSAD (2010, p. 26) mencionam que:

[...] um *nomen* mais complexo [...] com adição de qualificadores deve ser construído quando necessário com o intuito de eliminar ambiguidade.

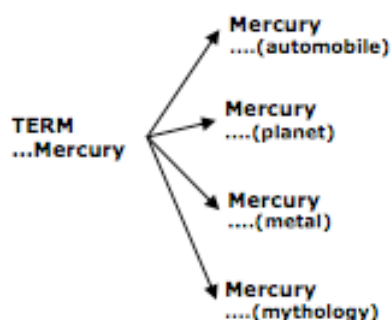
Nesse momento, os FRSAD poderiam, de fato, ter apresentado uma abordagem diferente dos modelos conceituais existentes e a perspectiva de foco no usuário poderia ter, então, aparecido.

Ambiguidade ocorre na língua natural quando uma palavra ou frase (um homógrafo ou polissêmico) tem mais de um significado. A Figura 2 oferece

<sup>88</sup>As pesquisas posteriores à publicação dos FRBR revelam que “[...] alguns pesquisadores focaram nas entidades do Grupo 3 e, particularmente, no fato de que *tempo* não está incluso [como uma entidade deste Grupo]” (FRSAD, 2010, p. 40). Tempo figura como uma categoria fundamental quando se tem como objetivo representar diferentes abordagens de um mesmo assunto. Por exemplo, os conceitos gregos de *chronos* (tempo cronológico) e *kairos* (tempo baseado em eventos) veiculam diferentes conceitos de tempo.

<sup>89</sup>**Nota de escopo:** “Um texto que descreve e/ou define o *thema* ou especifica o seu escopo no contexto de um sistema de autoridade de assunto particular” (FRSAD, 2010, p. 21).

um exemplo e mostra quanto uma única palavra pode ser usada para representar conceitos bem diferentes.



**Figura 2: Ambiguidade causada por homógrafo ou polissêmico**

Um vocabulário controlado *deve* contrabalancear os problemas causados pela ambiguidade, assegurando que cada termo tenha apenas um significado (GUIDELINES..., 2005, p. 13).

Teria sido inovador se os FRSAD houvessem mencionado a possibilidade da utilização de qualificadores de gênero (mulher/homem) para tratar de forma equitativa e dar visibilidade às questões relacionadas às mulheres.

Para aprimorar o acesso aos assuntos das obras, os FRSAD explicam quais são os possíveis relacionamentos a serem traçados na representação de assunto. As relações estabelecidas entre um *thema* e outro podem ser hierárquicas, genéricas, todo-parte, de autoridade, poli-hierárquicas e associativas.

O modelo faz um alerta aos bibliotecários para que tomem decisões sobre o estabelecimento de relações associativas e seu nível de especificidade em função de um contexto local. Ressaltamos que tais relações oferecem proficuas possibilidades de promover espaços para as diferenças.

Já as relações entre um *nomen* e outro *nomen* podem ser de equivalência e todo-parte.

A equivalência de um *nomen* é um aspecto muito importante do acesso por assunto. Dois *nomens* são equivalentes se forem designações de um mesmo *thema* em um contexto monolíngue (FRSAD, 2010, p. 31).

Desse modo, devemos decidir o que consideramos equivalência entre termos em um contexto específico.

Os Guidelines... (2005) já alertavam que é possível estabelecer muitos contextos para a associação de termos pertencentes a diferentes hierarquias, e que as referências de termos relacionados são geralmente feitas entre aqueles que têm uma correspondência

etimológica, ou seja, termos que possuem a mesma raiz. Os Guidelines... (2005) apresentam alguns exemplos significativos de relacionamentos entre os termos:

- Processo/Agente (controle de temperatura TR termostato)
- Processo/Contra agente (fogo TR controladores de chamas)
- Ação/Propriedade (limpeza ambiental TR poluição)
- Ação/Produto da ação (lacrimação TR lágrimas)
- Ação/Alvo (encadernação TR livros)
- Causa/Efeito (patógenos TR infecções)
- Conceito ou objeto/Propriedade (venenos TR toxicidade)
- Conceito ou objeto/Origem (método socrático TR civilização grega)
- Conceito ou objeto/Unidades ou mecanismos de medida (corrente elétrica TR amperes)
- Material bruto/Produto (trigo TR farinha)
- Disciplina ou Campo/Objeto ou Praticante (botânica TR plantas)

Os FRSAD (2010) não incluíram os relacionamentos *Conceito ou objeto/Origem* e *Conceito ou objeto/Unidades ou mecanismos de medida*, mas ressaltaram o relacionamento *Coisa/Suas partes* (carro TR motor) quando a parte não estiver apta a compor a relação hierárquica todo-parte.

Outras situações em que os Guidelines... (2005) autorizaram a utilização de relações associativas são quando o termo não se enquadraria como um termo geral (patos TR patos de borracha) ou se configura como um antônimo (baixo TR alto).

Eis uma afirmação em que percebemos uma orientação importante para as bibliotecas que prezam pelas necessidades especiais de seus usuários:

Em alguns vocabulários controlados, *pode* ser considerado aconselhável refinar as referências aos Termos Relacionados com o intuito de explicitar a natureza do relacionamento. Códigos para cada indicador de relacionamento e seus equivalentes *podem* ser desenvolvidos localmente. Esses códigos locais *devem* ser claramente explicados e ilustrados na introdução ou documentação do vocabulário controlado impresso ou digital (GUIDELINES..., 2005, p. 57).

Um catálogo de biblioteca deveria estabelecer mais de um lugar para a mesma obra, fortalecendo as relações poli-hierárquicas. Outra ação que promoveria espaços de negociação nos catálogos seriam as equivalências entre *nomens* em línguas diferentes, desde que traçadas nos termos propostos por Hudon (1997).



### ***Consequências que o texto salienta***

Os FRSAD (2010, p. 44) atestam que:

[u]m bom modelo deve admitir múltiplas estruturas orientadas a cada domínio e ser suficientemente flexível para acomodar diferentes implementações.

Essa declaração reflete uma preocupação e soa inclusiva, mas como um modelo faria isso sem tentar universalizar as questões que envolvem a representação de assunto?

O modelo FRSAD (2010, p. 44) afirma que tal objetivo pode ser atingido:

[...] somente a partir de um modelo teórico mais abstrato, completamente independente de qualquer implementação que permita o tratamento de atributos e relacionamentos em um nível mais geral.

Entendemos o desejo do grupo em apresentar um modelo teórico abrangente. No entanto, a literatura vem sinalizando que a área de Organização da Informação esteja, talvez, almejando uma postura mais incisiva no sentido de realçar que os instrumentos de representação de assunto poderiam ser agentes para mudanças e, desse modo, oferecer ferramentas para os bibliotecários darem voz a quem ainda não a possui em sua biblioteca. Usamos o termo *ferramentas* representando orientações teóricas e concretas; afinal,

[t]ornar as fronteiras de um sistema permeáveis não consiste somente em cruzar vocabulários de uma mesma área ou cruzar barreiras linguísticas. Isso também pode ocorrer quando suplementos ou variantes linguísticas são desenvolvidas para ampliar e adaptar os padrões *mainstream* de acesso de assunto já existentes (OLSON, 2002a, p. 108).

### ***Correlações com outras declarações***

Durante o *close reading*, percebemos que as pessoas envolvidas na criação dos FRSAD tenham provavelmente tentado identificar binários presentes nos modelos conceituais tradicionais. Nesse caso, o *one* seria a estruturação tradicional dos modelos que tratam de questões da representação de assunto e o *other* seria o novo conceito de modelo conceitual focado no usuário que se pretende englobar nos FRSAD.

Apesar disso, para esta análise, os FRSAD não se diferenciam substancialmente em sua estrutura e exemplos de modelos tidos como mais tradicionais. As Diretrizes para a

Construção, Formato, e Administração de Vocabulários Controlados Monolíngues (GUIDELINES..., 2005) são um bom exemplo.

### ***Declarações que o texto exclui***

O texto não menciona que durante o processo de representação de assunto os *nomens* podem veicular *biases* terminológicas ou que os relacionamentos entre os *themas* e os *nomens* podem ser construídos sob *biases*. Aliás, a discussão da questão das *biases* não existe nos FRSAD.

Não encontramos exemplos extraídos da Classificação Decimal Universal, que é um esquema de classificação amplamente utilizado.

Mencionamos a questão dos exemplos, pois a nossa expectativa era encontrar exemplos provenientes de áreas que envolvessem questões delicadas, já que os FRSAD se dizem orientados às necessidades dos usuários. Afinal, representar assuntos provenientes das Ciências Exatas e Biológicas não requer tantas interpretações do bibliotecário quanto as Ciências Humanas e Sociais.

É importante ressaltar que os criadores dos FRSAD compõem um grupo experiente e multicultural. Assim sendo, podemos afirmar que esses pesquisadores sabem da existência de discussões sociais na representação de assunto e, mesmo assim, propuseram exemplos simples e sem maiores implicações sociais.

A autoridade da diretoria da biblioteca não foi mencionada e, por esse motivo, não se discutiu que as decisões administrativas tomadas nesse patamar influenciam diretamente a representação de assunto (número de bibliotecários atuando na seção, convênios para importação de registros catalográficos, convênios com bases de dados etc.).

Para criar catálogos que abram espaços de negociação, teremos que contar com a possibilidade de utilizarmos mais de uma linguagem de indexação e sistema de classificação; precisaremos também de uma equipe de catalogadores, classificadores e indexadores comprometidos, um serviço de referência estruturado e um acervo multicultural e apropriado. Todos esses quesitos, que envolvem custos, estão relacionados à diretoria da biblioteca.

As presunções destacadas nesta subseção compõem o discurso dos FRSAD e retomam algumas outras pertinentes aos instrumentos de representação de assunto discutidas na subseção 3.4.

Podemos considerar que essas presunções figuram como *biases* inerentes a esse instrumento de representação de assunto e recurso teórico da área de organização da informação. As *biases* percebidas nos FRSAD foram:

- presença do paradigma do usuário majoritário defendido por Cutter, ou seja, que os usuários almejados já frequentam a biblioteca e têm necessidades informacionais semelhantes;
- usuário majoritário pertencente ao *mainstream*;
- não valorização de que os relacionamentos entre *nomens* e entre *themas* poderiam ser usados para negociarmos um espaço para aquelas comunidades que compõem o *outro* na nossa biblioteca;
- falta de referência à existência de *biases* terminológicas na representação de assunto e como isso pode causar prejuízos aos usuários.

Por outro lado, os FRSAD negaram a existência de categorias universais e mencionaram sem, contudo, fundamentar com exemplos ou com uma reflexão teórica mais profunda, a necessidade de que as suas diretrizes sejam adaptadas localmente para servirem como instrumento para representação de assunto.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito-chave discutido nesta pesquisa foi *diferenças* e, tendo esse conceito como pano de fundo, iniciaremos essa seção respondendo às perguntas formuladas na proposição desta tese e, ao mesmo tempo, incluindo uma síntese das percepções apreendidas acerca do tema.

*Acreditamos que a organização da informação poderá tentar solucionar ou minimizar o problema das biases próprias de cada cultura a partir do momento em que entendermos que os usuários, mesmo os provenientes de uma mesma cultura, não devem ser considerados como um grupo homogêneo. Nesse caso, a noção de igualdade enquanto um meio para atingir-se a objetividade pode resultar num tratamento separado, embora igual, das diferenças (OLSON; SCHLEGL, 2001).*

*A organização da informação poderia tentar solucionar ou minimizar o problema das biases e, simultaneamente, lidar com as visões multiculturais quando começar a questionar as suas presunções. Tanto no mercado de trabalho quanto no âmbito acadêmico, o bibliotecário irá defrontar-se com uma grande quantidade e diversidade de assuntos e discursos. As condutas que assumiremos diante dos dilemas cotidianos envolverão os nossos próprios valores morais, bem como aqueles que permeiam a profissão. Ocorre que a leitura que faremos desses discursos será diferente em função do contexto e da época em que estaremos inseridos. Por essa razão, as tomadas de decisão exigem reflexões éticas constantes.*

Ao compreender que as comunidades usuárias enfrentarão dentro da biblioteca as mesmas questões sociais que elas habitualmente vivenciam, o bibliotecário pode tentar observar de que maneira essas questões se manifestam nesse espaço social específico. Uma das formas de se fazer isso seria observar como se dão as relações de poder na prática bibliotecária<sup>90</sup>.

Na organização da informação, não existe um substituto documental ideal nos moldes de universalização. Um substituto documental defensável é aquele que promove o acesso à informação dentro de um contexto e que dá voz às comunidades usuárias que dele farão uso. Essa declaração vai ao encontro do juramento que nós, bibliotecários, fizemos na ocasião da nossa colação de grau, o qual diz: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e **humanista** da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na **dignidade da pessoa humana**” (BRASIL, 1966, grifos nossos).

---

<sup>90</sup>Decisões relacionadas à criação e importação de registros catalográficos, convênios para acesso a periódicos científicos etc. são determinantes, mas são tomadas por um pequeno grupo de instituições e não localmente.

É impossível entendermos o *outro* como entendemos a nós mesmos e, quando conseguimos enxergá-lo e aceitá-lo como sendo outra pessoa, o fazemos a partir das nossas experiências e expectativas. Assim, é somente a partir de uma postura ética pautada pelo empenho em tratar o *outro* com dignidade que os bibliotecários constroem, adaptam e utilizam substitutos documentais, os quais mereceriam ser metaforicamente chamados de pontes temáticas para o documento. Tal postura evocaria valores morais, como respeito, honradez e honestidade. O *outro* são os usuários da nossa biblioteca que não pertencem ao *mainstream*.

*Acreditamos que seria viável analisar simultaneamente várias culturas*, mas isso se dará apenas quando considerarmos as suas diferenças. Para isso, o primeiro passo seria identificar quais são as vozes excluídas no contexto da nossa biblioteca e tentar convidá-las a estar presentes. Para tanto, serão necessários esforços no sentido de encontrar espaços de negociação, ou seja, espaços onde esses usuários se sentirão à vontade para interagir com a biblioteca. O catálogo pode ser uma alternativa, mas podemos ir além, mostrando-lhes não apenas o que solicitaram, mas também algumas outras opções que julgarmos úteis para suas necessidades informacionais.

Ao tentarmos tornar permeáveis os limites no contexto da representação de assunto, demonstraríamos aos grupos de usuários que não tivessem voz em nossas bibliotecas que nos importamos com eles e que podemos atender às suas demandas.

Essa negociação entre os usuários e o acervo poderia dar-se por meio do aprimoramento das relações sintagmáticas e associativas entre os termos no catálogo ou pela sinalização de que, apesar de a estrutura hierárquica que utilizamos limitar a disposição dos documentos nas estantes, é possível colocá-los em diversas classes virtualmente. Mostrar aos usuários que as *biases* na representação de assunto existem poderia instigá-los a entender melhor o domínio do conhecimento com o qual estão em contato.

Os instrumentos de representação de assunto refletem a cultura dominante de uma sociedade e, por essa razão, desempenham um papel-chave no contexto das bibliotecas. Tais instrumentos<sup>91</sup> permitem que os bibliotecários trabalhem nas margens ou nos limites sociais e epistemológicos visando incluir diferentes pontos de vista (OLSON, 2000).

Como os termos eleitos para compor essas ferramentas veiculam uma liderança social, política e tecnológica (STROTTMAN, 2007), eles podem atuar como agentes para mudanças

---

<sup>91</sup>As instituições responsáveis pela criação e manutenção dos sistemas de representação assunto são os elementos-chave para lidarmos com as *biases*. Esses sistemas de representação de assunto recuperarão a confiança nelas depositada, como bem lembra Mai (2010), quando se valerem de princípios de transparência.

culturais. O método Desconstrução, por exemplo, poderia ser adaptado e utilizado como uma estratégia metacognitiva para a tomada de decisão ética frente à presença de *bias* no conteúdo de um documento ou mesmo na linguagem de indexação ou sistema de classificação utilizado pela biblioteca. Ao identificar o *one* e o *outro* na situação-problema, o bibliotecário poderia invertê-los, buscando identificar os limites de cada um e, então, tentar promover uma negociação na etapa de *avaliação da indexação*.

Ações nesse sentido devem ser discutidas entre os bibliotecários que valorizem a presença de comunidades usuárias diversas em suas bibliotecas e que queiram pensar em soluções para dar voz a elas. Aqueles que enxergarem os usuários como sendo um grupo homogêneo não compreenderão a profundidade dessa discussão. Essa não será uma tarefa fácil, mas acreditamos que assumir a presença das *biases* na representação de assunto já seria um primeiro passo.

Para mostrar aos usuários que as *biases* na representação de assunto existem, devemos entender como elas se compõem, se constroem e se comportam teoricamente. Primeiramente, destacamos alguns elementos terminológicos que poderiam auxiliar na proposição de uma definição para o termo *bias* em língua portuguesa no que se refere à representação de assunto.

Em um contexto negativo, um substituto documental ou um instrumento de representação de assunto contendo *bias* veicularia *inclinação* ou *tendenciosidade*, geralmente evocando crenças e princípios de quem os criou. Em um panorama mais opressor, podem veicular *preconceitos* ou *desvios*.

Já em um contexto positivo, percebem-se *direcionamentos* ou *vieses* nos substitutos documentais ou instrumentos de representação de assunto que visam garantir especificidade às comunidades usuárias por meio da representação de assunto. Não observamos lastro na literatura em língua inglesa do termo *bias* sendo usado no contexto positivo que descrevemos nesta tese porque, em inglês, há outros termos em Biblioteconomia e Ciência da Informação para designar esse contexto positivo, tais como: *propensity* e *slanting*.

Ao delinear os conceitualmente o fenômeno *bias* na representação de assunto, percebemos que o periódico CCQ foi a fonte mais fértil para coletarmos indícios sobre o que seriam as *biases* na representação de assunto, visto que prioriza publicações internacionais sobre a produção de registros bibliográficos. Reflexões sobre a LCSH apareceram em todos os artigos selecionados, o que não nos surpreendeu, pois esse é um periódico tradicional norte-americano que vem sustentando discussões sobre essa lista de cabeçalhos de assuntos há muitos anos.

Constatamos que muitos termos da LCSH contêm *biases* que, em alguns casos, se

tornam evidentes pela utilização de uma linguagem a qual mostra um preconceito em favor de um ponto de vista em particular e contra outros (KNOWLTON, 2005).

Fischer (2005) afirma que a presença de *biases* na LCSH deve-se possivelmente aos atrasos na atualização desta lista pela Library of Congress. É sabido que as revisões da LCSH envolvem procedimentos muito complicados e de alto custo e devem ser evitadas quando possível (FISCHER, 2005) e que, quando ocorrem, passam exclusivamente pelo crivo da Library of Congress (OLSON, 2000). Por esse motivo e apesar de ser utilizada mundialmente, a LCSH reflete as crenças e o contexto da instituição que a criou e mantém, o que leva à suposição de que a LCSH veicularia *American biases* (FISCHER, 2005).

Tipos específicos de inclinações prejudiciais presentes na LCSH são apresentados, tais como as *biases* regionais (STROTTMAN, 2007), ou seja, discriminações relacionadas à costa sudoeste dos Estados Unidos, particularmente ao estado do Novo México; as *biases* ideológicas, já que a LCSH tende a ignorar paradigmas diferentes no contexto das Ciências Sociais (URBIZAGASTEGUI ALVARADO, 1994<sup>92</sup> citado por FISCHER, 2005), e *biases* de gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, língua e religião (OLSON, 2000).

Para integrar tópicos de assuntos que representam as minorias sem isolá-los ou omiti-los e, assim, promover o acesso à informação de forma equitativa, as instituições devem abandonar a pretensão de que seus instrumentos são neutros. Olson (2000) adverte que a preservação dessa crença estimula a presença de *bias* ao representar as margens culturais. Em síntese, no contexto do CCQ são discutidas tanto *biases* sistêmicas quanto terminologias com *biases*, principalmente referentes à LCSH.

A contribuição de Brey (1999) vem reforçar os objetivos do periódico EIT ao oferecer respostas relacionadas a questões éticas, sociais e políticas associadas às tecnologias de informação e comunicação. Segundo ele, *biases* individuais e sociais ocorrem em jogos da realidade virtual, os quais são tendenciosos na medida em que favorecem certos valores ou interesses, o que lhes garante a caracterização de *biased*.

Segundo Mai (2010), *todas as classificações são biased de alguma forma*. Tal afirmação, feita em um artigo publicado no respeitado periódico inglês JDoc, ressalta a necessidade da transparência na classificação, um tema que vem se consolidando no campo da pesquisa teórica.

É preciso destacar que os artigos recuperados no periódico KO cumprem o objetivo principal da ISKO, ou seja, promover a pesquisa, desenvolvimento e aplicações de sistemas

---

<sup>92</sup>URBIZAGASTEGUI ALVARADO, R. Cataloging Pierre Bourdieu's books. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 19, n. 1, p. 89-105, 1994.

de organização do conhecimento no que diz respeito ao avanço de abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas de ordenação do conhecimento.

McIlwaine (2003) não apenas ressalta que a existência de *bias* é inevitável, mas também afirma que as *biases* religiosas e geográficas podem até ser úteis, desde que o sistema no qual elas estejam presentes englobe o mesmo contexto para o qual ela é *biased*. Essa declaração reafirma que estruturas sistêmicas podem abrigar ou gerar *bias* nas classificações (OLSON, 1999) e podem promover limitações, como as *biases* inerentes aos esquemas de classificação bibliográfica no tocante às pessoas, por exemplo, às pessoas mestiças (FURNER; DUNBAR, 2004). Outro contexto possível gerador de *biases* linguísticas são os resumos escritos pelos próprios autores que, na tentativa de promover os seus trabalhos, o fazem de forma tendenciosa ou por inexperiência na elaboração (MONTESI; GIL URDICIAIN, 2005).

Olson (1999) chama a atenção da área para uma questão grave: a maneira pela qual realizamos a classificação não apenas reflete aspectos culturais que envolvem o *mainstream*, mas também atua como ferramenta desta cultura para reforçá-lo. A representação de assunto está intimamente ligada aos posicionamentos, inclusive políticos, tomados pelos bibliotecários.

Nos anais dos eventos da ISKO Internacional encontram-se discussões sobre até que ponto um domínio do conhecimento, no qual um documento é representado tematicamente, está sendo revelado e construído. Hjørland (2008a) acredita que, ao representarmos assuntos, estamos, sim, contribuindo para a construção de um domínio. López-Huertas e López-Pérez (2010) concordam com ele e acreditam que, uma vez que se compreendam as articulações presentes no domínio do conhecimento, há possibilidades de se encontrar e evitar a representação de *biases* epistemológicas e teóricas referentes àquele domínio presentes nos instrumentos de representação. Em síntese, a representação de assunto será mais defensável quando todos os bibliotecários tentarem entender como se dá a produção de conhecimento em um domínio e a maneira pela qual esse domínio interage com a sociedade e é por ela afetado.

Inevitavelmente, seremos *biased* e subjetivos ao classificarmos e indexarmos assuntos, porque há muitas perspectivas dentro de um mesmo domínio do conhecimento, e teremos que escolher quais destas perspectivas representaremos. Essa é uma tomada de decisão ética.

De todos os periódicos analisados, o *The Indexer* foi o que nos ofereceu mais exemplos de como as *biases* se compõem. Isso pode ter se dado pelo fato de esse ser um periódico especializado na vertente temática da representação do conhecimento criado por indexadores.



Jacobs (2007) ressalta que, no processo de identificação, categorização e nomeação de conceitos e ideias, os indexadores podem introduzir *biases* por falta de conhecimento, descuido, suposições incorretas (inclusive quanto ao uso ou não do “politicamente correto”) etc. Escolhas inadequadas ou criação de termos sem levar em consideração suas possíveis conotações, a inclusão de *biases* culturais e até pessoais são outros exemplos de distorções que podem ocorrer no processo de indexação.

Jacobs (2007) também menciona a presença de *biases* na estrutura hierárquica dos vocabulários controlados e esquemas de classificação, as denominadas *biases* sistêmicas. A autora afirma que, da mesma maneira, a estrutura utilizada para a construção de índices é enviesada, porque se vale de conceitos e crenças que não correspondem àqueles extraídos do documento e/ou às necessidades dos usuários.

Muitas dessas *biases* resultam de uma presunção humana comum, qual seja, a de acreditar que a nossa percepção do mundo é semelhante à dos autores e usuários. Jacobs (2007) lembra que precisamos estar conscientes de nossas responsabilidades éticas e que, se criarmos distorções no processo de indexação, estaremos interferindo nos direitos de expressão de opiniões e de acesso à informação.

Limitações semelhantes também podem advir de uma característica inerente à nossa linguagem: a linguagem evolui mais lentamente do que as mudanças sociais e os domínios do conhecimento<sup>93</sup>, o que gera limitações linguísticas as quais podem estimular constrangimentos sociais de identidade e sexismo durante a construção de um índice (BELL, 1991). Uma vez que o indexador figura como autor do seu índice, sua terminologia revelará as suas presunções.

Poucos autores ousam dizer explicitamente como as *biases* na representação de assunto se comportam, ou seja, quais são suas consequências práticas. Apresentamos abaixo alguns exemplos que evidenciamos no estudo dessa questão:

- Incentivo ou introdução de preconceitos aos jovens leitores mediante uso de cabeçalhos que reflitam preconceitos populares com vistas à promoção do acesso à informação (ROGERS, 1993<sup>94</sup> citado por FISCHER, 2005);
- Indução a crenças falsas ou com *biases* (BREY, 1999);
- Estigmatização de grupos de pessoas por meio de rótulos imprecisos ou

<sup>93</sup>O que reitera o conceito de “chancela social” preconizado por Saussure (2006, p. 92-93): “[...] se se tomasse a língua no tempo, sem a massa falante – suponha-se o indivíduo isolado que vivesse durante vários séculos – não se registraria talvez nenhuma alteração; o tempo não agiria sobre ela. Inversamente, se se considerasse a massa falante sem o tempo, não se veria o efeito das forças sociais agindo sobre a língua.”

<sup>94</sup>ROGERS, M. N. Are we on equal terms yet? Subject headings concerning women in LCSH, 1975-1991. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 181-196, 1993.

- degradantes (KNOWLTON, 2005);
- Distanciamento dos documentos referentes aos grupos marginalizados de seus próprios usuários (OLSON; SCHLEGL, 2001);
  - Impacto na auto-imagem e identidade social dos usuários (STROTTMAN, 2007);
  - Insinuação de que alguns pontos de vista são normais e outros incomuns (KNOWLTON, 2005);
  - Falta de esclarecimentos sobre os atributos selecionados para caracterizar a essência de uma pessoa (e acrescentamos: de um domínio do conhecimento) por quem está categorizando (FURNER; DUNBAR, 2004);
  - Possibilidade de os programas de realidade virtual tornarem-se menos úteis ou agradáveis aos usuários cujos valores ou interesses sejam negligenciados (BREY, 1999);
  - Insinuação de que possam existir instrumentos de representação universais quando, na verdade, são as diferenças que permitem a especificidade na representação de assunto (McILWAINE, 2003);
  - Inconsciência de que a classificação é um dos instrumentos de construção cultural eficientes para representar o *mainstream* da cultura que o originou (OLSON, 1999);
  - Utilização de classificações, tesouros ou listas de cabeçalho de assunto que refletem os interesses e necessidades de apenas uma parcela da comunidade usuária (*biases* geográficas), negligenciando as outras comunidades usuárias que fazem uso da mesma biblioteca (HJØRLAND, 2008a, McILWAINE, 2003).

Confirmamos que existem algumas semelhanças entre os problemas relativos às *biases* enfrentados por determinados grupos e temas na representação de seus assuntos. Olson e Schlegl (2001) esclarecem que isso pode ser consequência das presunções que permeiam nossos tesouros, listas de cabeçalhos de assunto e classificações.

A literatura analisada oferece algumas orientações práticas para que lidemos com a presença inevitável das *biases* negativas, já que as positivas são entendidas pelos profissionais da área de representação de assunto como garantias de especificidade ou representação de assunto com foco no usuário.

Como são poucos os estudos que assumem declaradamente seus posicionamentos sobre as *biases* na representação de assunto, foi necessário traçar uma metodologia que nos permitisse investigar esse fenômeno mais profundamente. Sendo assim, realizamos uma

análise de discurso no texto dos FRSAD, descentralizamos a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais” e concluímos que os FRSAD estão construídos sob *biases*. Conforme prevíamos, confirmamos a impossibilidade da criação de guias ou métodos facilmente aplicáveis ou teoricamente completos e transparentes, mas tentativas neste sentido são válidas e frutíferas.

Um modelo conceitual como o dos FRSAD, publicado no contexto da “família FRBR” e coordenado por um grupo multicultural gerenciado pela IFLA, poderia ter deixado claras as suas posições filosóficas e epistemológicas, uma vez que elas estão implícitas no texto. Tais posicionamentos, adotados na composição dos FRSAD, agem como mecanismos de poder e afetam diretamente a atuação dos bibliotecários na representação de assunto.

Ao seguirem a estrutura entidade-relacionamento advinda da Ciência da Computação e valerem-se, implicitamente, da concepção aristotélica inerente aos postulados de Cutter, os FRSAD assumem uma postura aristotélica quando recorrem à supremacia da estrutura hierárquica para a organização do texto. Ao fazer isso, esse modelo conceitual não arriscou em inovar e acolheu uma presunção já discutida por Olson (1999), ou seja, a necessidade de hierarquização para tratar as questões de representação de assunto.

O modelo segue uma tradição norte-americana na formulação de diretrizes que garantam uma função aplicada. Guimarães (2008, p. 82) explica que essa linha de abordagem, denominada *subject cataloguing*, foi influenciada pela Escola de Chicago e “[...] decorreu diretamente dos princípios de catalogação alfabética de Cutter e da tradição de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, cuja ênfase reside no catálogo enquanto produto do tratamento da informação em bibliotecas.” Não há problemas em relação a essa postura quando o modelo não assume a pretensão de apresentar um panorama mais teórico sobre o tema.

Criamos a expectativa de que os FRSAD fariam asserções teóricas mais profundas. Entretanto, o que percebemos foi uma apresentação muito bem organizada sobre entidades e relacionamentos, mas com poucas orientações específicas em relação às comunidades usuárias, que seriam o foco deste modelo. Por vezes, o modelo menciona que deve haver uma adaptação das entidades e dos relacionamentos às necessidades dos usuários locais sem mostrar, todavia, exemplos de como isso poderia ocorrer.

Recomendamos o uso da Análise de Discurso Foucaultiana (FROHMANN, 1994) como metodologia de pesquisa na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e reafirmamos a eficiência do método Desconstrução (OLSON, 1996, 2001a, 2002b) em documentos textuais advindos de contextos teóricos de uma área de estudos.

É importante dizer que as técnicas *close reading* e iteração mostraram-se confiáveis ao lidarmos com declarações textuais, além de salientarem o quão ingênua uma revisão de literatura ou uma análise de discurso pode ser quando os autores não se mostram cientes da subjetividade desses processos.

Sugerimos que investigações sobre a presença de *biases* na representação de assunto continuem sendo desenvolvidas em busca de constantes negociações para a construção de substitutos documentais defensáveis. Essas investigações poderiam extrapolar os limites da área de organização da informação e adentrar outros setores, como serviço de referência, desenvolvimento de coleções e estudo de usuários.

Contribuições advindas da Linguística, Terminologia e abordagens feministas e das teorias críticas são imprescindíveis para reforçar que a neutralidade não existe na organização da informação e que, para abrigarmos as diferenças, devemos explorar os limites dos nossos instrumentos e justificar as nossas decisões relacionadas tanto ao controle de vocabulário quanto à leitura documental e análise de assunto.

## REFERÊNCIAS

- AGGER, B. Critical Theory, Poststructuralism, Postmodernism: Their Sociological Relevance. **Annual Review of Sociology**, California, v. 17, p. 105-131, 1991.
- AGUILLO, I. F. et al. Scientific research activity and communication measured with cybermetrics indicators. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 57, n. 10, p. 1296-1302, 2006.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-Colonial Studies: the key concepts**. 2. ed. London: Routledge, 2007. (Routledge Key Guides).
- BAIR, S. C. Toward a code of ethics. **Technical Services Quarterly**, New York, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.
- BALDONADO, M. Q. W. A user-centered interface for information exploration in a heterogeneous digital library. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 51, n. 3, p. 297-310, 2000.
- BANUSH, D. Stepping out: the expanding role of catalogers in academic libraries and academic institutions. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 45, n. 3, p. 81-90, 2008.
- BAR-ILAN, J. et al. Presentation bias is significant in determining user preference for search results: a user study. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 60, n. 1, p. 135-149, 2009.
- BARITÉ ROQUETA, M. **La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación**. 2011. 377 f. Tese (Doutorado em Informação Científica) - Facultad de Comunicación y Documentación, Universidad de Granada, Granada, 2011.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.
- BELL, H. K. Bias in indexing and loaded language. **The indexer**, London, v. 17, n. 3, p. 173-177, 1991.
- BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People**. 2. ed. Jefferson; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.
- BOOTH, P. F. **Indexing: the manual of good practice**. Munchen: K. G. Saur, 2001.
- BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Código de ética profissional do bibliotecário**, 2002. Disponível em:

<[http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao\\_042-02.pdf](http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao_042-02.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução nº 6, de 13 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 ago. 1966. Seção 1, p. 2361.

BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.

BUCHANAN, E. A. An overview of information ethics issues in a world-wide context. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 3, p. 193-201, 1999.

BUDD, J. M. Discourse analysis and the study of communication in LIS. **Library Trends**, Baltimore, v. 55, n. 1, p. 65-82, 2006.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Voicing seduction to silence leadership. **Organization Studies**, New York, v. 12, n. 4, p. 567-602, 1991.

CAMP, L. J.; TSANG, R. P. Universal service in a ubiquitous digital network. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 2, n. 4, p. 211-221, 2000.

CAPURRO, R. Privacy. An intercultural perspective. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 7, n. 1, p. 37-47, 2005.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (Org.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. p. 29-38.

CORNELL, D.; PANFILIO, K. M. **Symbolic forms for a new humanity: cultural and racial reconfigurations of Critical Theory**. New York: Fordham University Press, 2010.

CORNELL, D. **The philosophy of the limit**. New York: Routledge, 1992.

CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. **Ética**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COTHEY, V. Web-crawling reliability. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 55, n. 14, p. 1228-1238, 2004.

CUBILLO, J. **Cambio y continuidad en las organizaciones de gestión del conocimiento**. Santiago: CEPAL/CLADES, 1999.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. In: SMIT, J. W. (Org.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. p. 39-62.

D'ACCI, J. **Women, television and the case of Cagney and Lacey**. 1988. 513 f. Doctoral dissertation (Doutorado em Communication Arts) - University of Wisconsin-Madison, Madison, Wisconsin, United States, 1988.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.

DE VISSCHER, A. An index to measure a scientist's specific impact. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 61, n. 2, p. 319-328, 2010.

DICIONÁRIO Aulete: o dicionário da língua portuguesa na internet. Disponível em: <[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital)>. Acesso em: 22 fev. 2014.

DILLON, R. S. Respect for persons, identity, and information technology. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 12, n. 1, p. 17-28, 2010.

EDWARDS, C. Responsibility and Bias in Soviet Classifications. In: NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION, 3., Toronto. **Proceedings...** 2011. Disponível em: <<http://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/12786>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

ELGESEM, D. Search engines and the public use of reason. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 10, n. 4, p. 233-242, 2008.

EMENTA da linha “Produção e Organização da Informação” da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=363&CodigoOpcao=366>>. Acesso em: 19 junho 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: the critical study of the language**. New York: Longman, 1995.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21<sup>st</sup> century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 487-492. (Advances in Knowledge Organization, 8).

FISCHER, K. S. Critical views of LCSH, 1990–2001: the third bibliographic essay. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 41, n. 1, p. 63-109, 2005.

FLORIDI, L.; SANDERS, J. W. Artificial evil and the foundation of computer ethics. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 3, n. 1, p. 55-66, 2001.

FORD, N. et al. Information seeking and mediated searching: part 4. cognitive styles in information seeking. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 53, n. 9, p. 728-735, 2002.

FOUCAULT, M. **Power/knowledge: Selected writings and other interviews 1972-1977**. New York: Pantheon, 1980.

FREI BETTO. **Desafios éticos**. Brasília: Ministério da Fazenda. Ouvidoria, 2006. Disponível em:

<<https://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/ouvidoria/ActionServlet?idInformacao=167&objeto=br.com.tellus.ouvidoria.negocio.InformacaoUtil&acao=recover>>. Acesso em: 18 set. 2012

FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). **New worlds in information and documentation**. Amsterdam: Elsevier; FID, 1994. p. 459-470.

FROHMANN, B. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, New Jersey, v. 16, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, Florida, v. 42, n. 1, p. 12-26, 2001.

FROHMANN, B. Subjectivity and information ethics. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 59, n. 2, p. 267-277, 2008.

FRSAD - Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD): A conceptual model. Netherlands: IFLA, 2011. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/5849>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

FURNER, J.; DUNBAR, A. W. The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical race-theoretic approach. In: McILWAINE, I. C. (Ed.). **Knowledge Organization and the Global Information Society**: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference, London, 13-16 July 2004. Würzburg: ERGON VERLAG, 2004. p. 115-120. (Advances in Knowledge Organization, 9).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border” towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21<sup>st</sup> century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8).

GNOLI, C. Naturalism vs. pragmatism in knowledge organization. In: McILWAINE, I. C. (Ed.). **Knowledge Organization and the Global Information Society**: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference, London, 13-16 July 2004. Würzburg: ERGON VERLAG, 2004. p. 263-268. (Advances in Knowledge Organization, 9).

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUIDELINES for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies. Maryland: NISO Press, 2005.

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação (TTI) no universo científico da International Society for Knowledge Organization - ISKO**. Marília: UNESP, 2006a. Projeto de Produtividade em Pesquisa apresentado ao CNPq referente ao período: mar. 2007-fev. 2010.



GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação (TTI) no universo científico da International Society for Knowledge Organization - ISKO. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. **Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI):** elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área da Biblioteconomia no Mercosul. Marília: UNESP, 2003. Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq referente ao período: 2003-2006.

GUIMARÃES, J. A. C. **Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI):** elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área de Biblioteconomia no Mercosul. Marília: UNESP, 2007. Relatório de Produtividade do Projeto Integrado de Pesquisa referente ao período 2003-2006 apresentado ao CNPq.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento.** Natal: EDUFRN, 2006b. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil.** Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 94-129.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ethics in the Knowledge Organization Environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization.** Würzburg: ERGON Verlag, 2008a. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, p. 138-153, 2008b.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Los valores éticos en Organización y Representación del Conocimiento (ORC). In: BRAVO, B. R.; DIEZ, M. L. A. (Org.). **La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico: actas del VIII Congreso ISKO - España.** León: Universidad de León - Secretariado de Publicaciones, 2007. p. 77-89.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In:

FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000a. p. 53-70.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia do Mercosul: uma reflexão. In: ENCUESTRO DE EDIBCIC, 5., Granada. **La formación de profesionales y investigadores de la formación para la sociedad del conocimiento: actas**. Granada: Universidad de Granada, 2000b. p. 206-216.

GUNKEL, D. J. Thinking otherwise: Ethics, technology and other subjects. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 9, n. 3, p. 165-177, 2007.

HAIDER, J.; BAWDEN, D. Conceptions of “information poverty” in LIS: a discourse analysis. **Journal of Documentation**, London, v. 63, n. 4, p. 534-557, 2007.

HJØRLAND, B. Deliberate bias in knowledge organization? In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Culture and Identity in Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference, Montréal, 5-8 August 2008**. Würzburg: ERGON VERLAG, 2008a. p. 256-261. (Advances in Knowledge Organization, 11).

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008b.

HOLSAPPLE, C. W. A publication power approach for identifying premier information systems journals. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 59, n. 2, p. 166-185, 2008.

HORNER, D. S. Moral luck and computer ethics: Gauguin in cyberspace. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 12, n. 4, p. 299-312, 2010.

HOWARTH, L. C. Metadata and bibliographic control: soul-mates or two solitudes? **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 40, n. 3/4, p. 37-56, 2005.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

HUGHES, B.; WAREHAM, J.; JOSHI, I. Doctors’ online information needs, cognitive search strategies, and judgments of information quality and cognitive authority: how predictive judgments introduce bias into cognitive search models. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 61, n. 3, p. 433-452, 2010.

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions. Disponível em: Acesso em: <<http://www.ifla.org/about/more>>. 10 dez. 2013.

INTNER, S. S. Censorship in indexing. **The indexer**, London, v. 14, n. 2, p. 105-108, 1984.

INTRONA, L. D. Disclosive ethics and information technology: Disclosing facial recognition systems. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 7, n. 2, p. 75-86, 2005.

JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **The indexer**, London, v. 25, n. 3, p. 161-166, 2007.

JANSEN, B. J.; RESNICK, M. An examination of searcher's perceptions of nonsponsored and sponsored links during ecommerce web searching. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 57, n. 14, p. 1949-1961, 2006.

JOHNSTONE, B. **Discourse analysis**. 2. ed. Malden: Balckwell, 2008.

KAIN, P. **How to do a close reading**. 1998. Disponível em: <<http://www.fas.harvard.edu/~wricntr/documents/CloseReading.html>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

KNOWLTON, S. A. Three decades since *Prejudices and Antipathies*: a study of changes in the Library of Congress Subject Headings. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 40, n. 2, p. 123-145, 2005.

KOEHLER, W.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. **Journal of Information Ethics**, Jefferson, v. 9, n. 1, p. 26-54, 2000.

KUFLIK, T.; SHAPIRA, B.; SHOVAL, P. Stereotype-based versus personal-based filtering rules in information filtering systems. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 54, n. 3, p. 243-250, 2003.

KURTZ, M. J. et al. The bibliometric properties of article readership information. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 2, p. 111-128, 2005.

LAAT, P. B. How can contributors to open-source communities be trusted? On the assumption, inference, and substitution of trust. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 12, n. 4, p. 327-341, 2010.

LANCASTER, F. W. **Indexing and abstracting in theory and practice**. London: ALA, 1991.

LATHER, P. **Getting Smart: Feminist Research and Pedagogy with/in the Postmodern**. New York: Routledge, 1991.

LAU, A. Y. S.; COIERA, E. W. A Bayesian model that predicts the impact of Web searching on decision making. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 57, n. 7, p. 873-880, 2006.

LEE, H.-L. What is a collection? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 51, n. 12, p. 1106-1113, 2000.

LIND, W. A. Cuba's independent library movement reconsidered. **Journal of Information Ethics**, Jefferson, v. 17, n. 2, p. 61-77, 2008

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 209-235.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; LÓPEZ-PÉREZ, M. J. Epistemological dynamics in scientific domains and their influence in knowledge organization. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, Rome, 23-26 February 2010**. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. p. 91-97. (Advances in Knowledge Organization, 12).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008b.

MAI, J.-E. Classification in a social world: bias and trust. **Journal of Documentation**, London, v. 66, n. 5, p. 627-642, 2010.

MALLORY, M.; MORAN, G. Scholarly search for the truth, and problems associated with indexing/abstracting. **The indexer**, London, v. 19, n. 2, p. 99-101, 1994.

McCLENNEN, S. A. **How to do a close reading**. 2001. Disponível em: <<http://www.personal.psu.edu/users/s/a/sam50/closeread.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

McILWAINE, I. C. Trends in knowledge organization research. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 30, n. 2, p. 75-86, 2003.

MILANI, S. O. **Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área**. 2007. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MILANI, S. O. **Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir do *Journal of the American Society for Information Science and Technology* - JASIST e do *Journal of Documentation* (1995-2004)**. Marília: UNESP, 2006. Relatório final de Iniciação Científica apresentado à FAPESP referente ao período: out. 2005-set. 2006.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (Ed.). **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Biases in Knowledge Representation: an Analysis of the Feminine Domain in Brazilian Indexing Languages. In: NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION, 3., Toronto. **Proceedings...** 2011. Disponível em: <<http://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/12794>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in the indexing languages: theoretical approaches about feminine issues. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, Rome, 23-26 February 2010. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. p. 424-429. (Advances in Knowledge Organization, 12).

MOED, H. F. The effect of “open access” on citation impact: an analysis of ArXiv’s condensed matter section. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 58, n. 13, p. 2047-2054, 2007.

MOED, H. F.; VAN LEEUWEN, T. N.; REEDIJK, J. A new classification system to describe the ageing of scientific journals and their impact factors. **Journal of Documentation**, London, v. 54, n. 4, p. 387-419, 1998.

MONTESI, M.; GIL URDICIAIN, B. Recent linguistic research into author abstracts: its value for information science. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 32, n. 2, p. 64-78, 2005.

MUGRIDGE, R. L. Experiences of newly-graduated cataloging librarians. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 45, n. 3, p. 61-79, 2008.

MulDiCat - Multilingual Dictionary of Cataloguing Terms and Concepts. Netherlands: IFLA, 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/multilingual-dictionary-of-cataloguing-terms-and-concepts-muldicat>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

MUNK, T. B.; MØRK, K. Folksonomy, the power law & the significance of the least effort. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 34, n. 1, p. 16-33, 2007.

NEELAMEGHAN, A.; IYER, H. Some patterns of information presentation, organization, and indexing for communication across cultures and faiths. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in Knowledge Representation and Organization for the 21<sup>st</sup> Century. Integration of Knowledge across Boundaries**: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference, Granada, 10-13 July 2002. Würzburg: ERGON VERLAG, 2002. p. 539-545. (Advances in Knowledge Organization, 8).

NICOLAS, Y. Folklore requirements for bibliographic records: oral traditions and FRBR. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 39, n. 3/4, p. 179-195, 2005.

OED - Oxford English Dictionary Online. Oxford: Oxford University Press, 2012. Disponível em: <<http://www.oed.com.ezproxy.lib.uwm.edu/>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

OHLY, H. P. Interrelations and dynamics in thematic networks: how to present bibliometric outcome? In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference,

Rome, 23-26 February 2010. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. p. 371-376. (Advances in Knowledge Organization, 12).

OLIVER, C. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

OLSON, H. A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 29, n. 1/2, p. 53-71, 2000.

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A.; FOX, M. J. Feminist Epistemologies and Knowledge Organization. In: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H.-L. (Ed.). **Cultural frames of knowledge**. Würzburg: Ergon, 2012. p. 79-97.

OLSON, H. A. If it's there, can you find it? Bibliographic control. In: OLSON, H. A. (Ed.). **Information Sources in Women's Studies and Feminism**. München: K. G. Saur Verlag, 2002a. p. 100-114.

OLSON, H. A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains (Dewey Decimal Classification excludes some groups). **Library Trends**, Champaign, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998.

OLSON, H. A. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for Information and Library Science**, Toronto, v. 26, n. 2/3, p. 1-29, 2001a.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 32, n. 2, p. 61-80, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002b.

OLSON, H. A. **The power to name: marginalizations and exclusions of subject representation in library catalogues**. 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Library and Information Studies) - University of Wisconsin-Madison, Madison, Wisconsin, United States, 1996.

OLSON, H. A. The power to name: representation in library catalogs. **Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 26, n. 3, p. 639-668, 2001b.

OLSON, H. A. Transgressive deconstructions: feminist/postcolonial methodology for research in Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 731-740.

PARSELL, M. Pernicious virtual communities: identity, polarisation and the Web 2.0. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 10, n. 1, p. 41-56, 2008.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

ROBBIN, A.; BUENTE, W. Internet information and communication behavior during a political moment: the Iraq war, March 2003. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 59, n. 14, p. 2210-2231, 2008.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. Noesis: perception and every day classification. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Culture and Identity in Knowledge Organization**: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference, Montréal, 5-8 August 2008. Würzburg: ERGON VERLAG, 2008. p. 249-255. (Advances in Knowledge Organization, 11).

SMIT, J. W. **O que é documentação**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

STROTTMAN, T. A. Some of our fifty are missing: Library of Congress Subject Headings for southwestern cultures and history. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 45, n. 2, p. 41-64, 2007.

SUN, Y.; KANTOR, P. B. Cross-evaluation: a new model for information system evaluation. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 57, n. 5, p. 614-628, 2006.

THELLEFSEN, T. L.; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004.

TOMBROS, T. Users' perception of relevance of spoken documents. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 51, n. 10, p. 929-939, 2000.

TOWNLEY, B. **Reframing Human Resource Management**: power, ethics and the subject at work. London: SAGE Publications, 1994.

VAAGAN, R. A. **The ethics of librarianship**: an international survey. Munchen: K. G. Saur, 2002.

VALLOR, S. Social networking technology and the virtues. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 12, n. 2, p. 157-170, 2010.

VAN DER WALT, M. S. *Round-table*: Ethics in knowledge representation and

organization. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21<sup>st</sup> century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. (Advances in Knowledge Organization, 8).

VAUGHAN, L. Q.; SHAW, D. Web citation data for impact assessment: a comparison of four science disciplines. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 10, p. 1075-1087, 2005.

VERGUEIRO, W. C. S. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. **Palavra-chave**, São Paulo, v. 8, p. 8-11, 1994.

WESTBROOK, L. Chat reference communication patterns and implications: applying politeness theory. **Journal of Documentation**, London, v. 63, n. 5, p. 638-658, 2007.

WHITE, H. D. Combining bibliometrics, information retrieval, and relevance theory, part 2: Some implications for information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 58, n. 4, p. 583-605, 2007.

WHITE, M. Representations or people? **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 4, n. 3, p. 249-266, 2002.

WILLIAMS, D.; COLES, L. Evidence-based practice in teaching: an information perspective. **Journal of Documentation**, London, v. 63, n. 6, p. 812-835, 2007.

WINTER, C. E. Quantitative analysis of indexed publications on seventeen model organisms in nine countries, from 1974 to 2006. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 59, n. 10, p. 1598-1607, 2008.

WU, H.; HE, J.; PEI, Y. Scientific impact at the topic level: a case study in computational linguistics. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 61, n. 11, p. 2274-2287, 2010.

WU, M. M.; LIU, Y. H. Intermediary's information seeking, inquiring minds, and elicitation styles. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 54, n. 12, p. 1117-1133, 2003.